

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUILHERME RICARDO TISSOT

**A REVOLUÇÃO CUBANA E OS CINEMAS NOVOS NA AMÉRICA LATINA
DOS ANOS 1960: OS CASOS DE ARGENTINA, BRASIL E CHILE**

Porto Alegre

2017

GUILHERME RICARDO TISSOT

**A REVOLUÇÃO CUBANA E OS CINEMAS NOVOS NA AMÉRICA LATINA
DOS ANOS 1960: OS CASOS DE ARGENTINA, BRASIL E CHILE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de
Graduação em Relações Internacionais da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS,
como requisito parcial para obtenção do título
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2017

GUILHERME RICARDO TISSOT

**A REVOLUÇÃO CUBANA E OS CINEMAS NOVOS NA AMÉRICA LATINA
DOS ANOS 1960: OS CASOS DE ARGENTINA, BRASIL E CHILE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi - Orientador UFRGS

Prof^a Dr^a Sônia Maria Ranincheski
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me acolheu como cotista oriundo de escola pública durante todos esses anos e me ofereceu condições suficientes para permanecer na universidade, o que fará de mim o primeiro do meu núcleo familiar a obter diploma de ensino superior, graças às políticas de acesso ao ensino superior dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Agradeço ao meu orientador, professor Eduardo Filippi, que desde o primeiro semestre de faculdade despertou em mim a ideia de relacionar cinema com as relações internacionais, bem como foi de extrema compreensão comigo durante o processo de escrita deste trabalho.

Agradeço a Anaís Passos e Iara Binta, pela oportunidade oferecida de ser bolsista na revista *Perspectiva*, despertando em mim maior interesse pelas Relações Internacionais e pela vida acadêmica no geral, quando ainda era calouro.

Agradeço à professora Marianne Wiesebron, pela contribuição em meu crescimento acadêmico ao me oferecer uma bolsa de intercâmbio na Universidade Leiden, na Holanda, em meu segundo ano de faculdade.

Agradeço aos meus pais e às minhas irmãs por todo o apoio durante os anos de faculdade, pois sem eles talvez eu não tivesse conseguido superar esta importante etapa. Sou eternamente grato a meus pais pelo sacrifício que fizeram para me proporcionar estudo de qualidade tão distante de minha terra natal.

Agradeço finalmente a todas as amigas e aos amigos que fiz durante minha graduação, colegas de diversos cursos, especialmente à Luiza Nunes Corrêa, Henrique Pigozzo, Amanda Mayor, Liza Bischoff, Barbara Pfluck, Laura Quaglia, Camilla Corá, Danúbio Reichmann, Nilton Cardoso, Silviane Fortes, Luíza Cerioli, Marcela Ana Ximena Diaz, Micaela Araújo.

A todas as pessoas que passaram pela minha vida nestes longos anos, muito obrigado.

Os homens não moldam o seu destino. O destino produz o homem de cada momento.

Fidel Castro

Eu queria entender o mundo, isso foi o que me levou para o marxismo.

Vania Bambirra

RESUMO

Este trabalho foi elaborado considerando o conceito de “jogos de dois níveis” de Robert Putnam, enfatizando-se os condicionantes internos e externos na análise da política externa dos estudos de caso: Argentina, Brasil e Chile, os quais desenvolveram cinemas políticos e sociológicos de contestação ao capitalismo, ao imperialismo estadunidense e europeu e às ditaduras militares que se instalaram no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970. As principais fontes utilizadas ao longo da pesquisa referem-se a trabalhos acadêmicos das áreas de Relações Internacionais, Cinema, Sociologia e Economia, além de se ter utilizado os próprios filmes e os manifestos dos cineastas da época como fontes primárias. Realizou-se uma análise do tipo histórico-descritiva em que, primeiramente, analisou-se a Revolução Cubana, as relações internacionais da América Latina dos anos 1960, bem como o *Nuevo Cine Latinoamericano* para, em segundo, partir-se para os três estudos de caso, nos quais foi aplicado o mesmo método. Conclui-se que existe uma relação entre o ideário revolucionário cubano, que se expandiu internacionalmente na década em estudo, com o surgimento de novas cinematografias, os chamados Cinemas Novos, cujos temas estavam intrinsecamente ligados ao modelo que vinha sendo implantado em Cuba: reforma agrária, melhores condições de vida, educação e saúde, coisas das quais os países em estudo careciam e sua população em sua maioria não se dava conta do seu próprio estado de subdesenvolvimento e dependência em relação às grandes potências, pelo grau de alienação dos filmes da indústria comercial, predominantemente estadunidense.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Cinemas Novos. Revolução Cubana. Argentina. Brasil. Chile.

ABSTRACT

This work was elaborated considering the concept of the “logic of two level games” of Robert Putnam, emphasizing the internal and external determinants of the foreign policy of the case studies: Argentina, Brazil and Chile, which had developed a sociological and political cinema characterized by the opposition to capitalism, to the U.S. and European imperialism, and to the military dictatorships emerged in the Southern Cone during the 1960’s and the 1970’s. The main sources used along the research refer to academic works in the field of international relations, cinema, sociology and economics, besides the own filmmakers’ films and *manifestos* of the period analyzed as primary sources. It was realized through an historical-descriptive analysis which, first, analyzed the Cuban Revolution, the Latin America international relations of the 1960’s, as well as the *Nuevo Cine Latino-Americano*; secondly, the three case studies were analyzed applying the same method. The conclusion is that exists a connection between the Cuban revolutionary ideas, which expanded internationally during the decade in study, the so-called New Cinemas, with the emergence of new types of cinematography with Cuban-related themes intrinsically associated to the model which had been implanted in Cuba, such as land reform, better life, health and education, all of them lacking in the three case studies analyzed and most of their population was not aware of their own underdevelopment condition and dependence of the great powers, that is because of the high level of alienation of the mainstream commercial film industry, mostly from the United States.

Keywords: International Relations. New Cinemas. Cuban Revolution. Argentina. Brazil. Chile.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	– Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALPRO	– Aliança para o Progresso
AMFORP	– <i>American & Foreign Power Company</i>
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
BA	– Estado Burocrático-Autoritário
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEE	– Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ESG	– Escola Superior de Guerra
FIP	– Força Interamericana de Paz
GATT	– <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
ITT	– <i>International Telephone & Telegraph</i>
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MIR	– <i>Movimiento de Izquierda Revolucionario</i>
M-26-7	– Movimento Revolucionário 26 de julho
MR-8	– Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRE	– Ministério das Relações Exteriores
NCLA	– Novo Cinema Latino-Americano
OPA	– Operação Pan-Americana
PDC	– <i>Partido Demócrata Cristiano</i>
PEI	– Política Externa Independente
PSD	– Partido Social Democrático
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	– Superintendência da Moeda e do Crédito
UP	– <i>Unidad Popular</i>
UCRI	– <i>Unión Cívica Radical Intransigente</i>
UCRP	– <i>Unión Cívica Radical del Pueblo</i>
UDN	– União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A REVOLUÇÃO CUBANA E O NOVO CINEMA LATINO-AMERICANO	14
2.1	A oposição ao cinema “perfeito” de Hollywood	19
2.2	O Cinema revolucionário e sua expansão.....	21
3	ESTUDOS DE CASO	26
3.1	ARGENTINA	26
3.1.1	Contexto interno e externo: Radicais e Onganía.....	26
3.1.2	Da geração de 1960 ao <i>Tercer Cine</i>	39
3.2	BRASIL	45
3.2.1	Contexto interno e externo: Jânio-Goulart, Castelo Branco e Costa e Silva	46
3.2.2	Do Cine Clube da Bahia ao Cinema Novo.....	61
3.3	CHILE	66
3.3.1	Contexto interno e externo: o Chile democrático.....	66
3.3.2	Dos Centros de Cinema Experimental ao <i>Nuevo Cine Chileno</i>	79
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Cubana, de 1959, pode ser considerada um dos eventos mais importantes para o sistema interamericano e para a história da América Latina, bem como pode ser entendido como um importante constrangimento ao sistema internacional da Guerra Fria (1955-1989). A partir de Cuba, os ideais da Revolução expandiram-se por todo o subcontinente, refletindo-se na cultura latino-americana e, em especial no cinema, gerando uma verdadeira efervescência cultural e política durante os anos 1960, de caráter revolucionário e de esquerda. Um tom contestatório de oposição, em primeiro lugar, ao sistema capitalista como um todo; em segundo, ao imperialismo praticado pelos Estados Unidos (EUA) em âmbito global; e, por fim, às ditaduras civil-militares que se instalaram por toda a região ao longo das décadas de 1960 e 1970. Essa contestação esteve bem marcada no que se pode considerar um cinema sociológico e político, um cinema de resistência, embasado na intelectualidade de alguns diretores latino-americanos engajados que passaram a teorizar sua própria forma de fazer cinema, mas acima de tudo a protestar contra o padrão vigente de produção hollywoodiana e às próprias produções comerciais nacionais, marcadas pela alienação política.

Por que os anos 1960? Esta década foi propícia para o nascimento de uma nova forma cinematográfica em virtude do tumultuado contexto internacional, marcado inicialmente pela política dura de Eisenhower com relação à América Latina, passando pela Aliança para o Progresso (ALPRO), o assassinato de Kennedy, a Guerra do Vietnã, a crise do modelo fordista-keynesiano, pelo avanço da União Soviética (URSS) e pela autonomia da China, resultando nos anos 1970 na Diplomacia do Ping-Pong de Nixon e Kissinger. No plano regional, percebe-se uma alteração de forças em razão da introdução da Guerra Fria no continente graças à eclosão da Revolução Cubana e do temor dos EUA de que o comunismo fosse implantado na América Latina, seguindo o exemplo cubano, haja vista que havia condições para que isso ocorresse: fome, miséria, desigualdade social, concentração de renda e da estrutura agrária, enfim, o subdesenvolvimento e o capitalismo dependente latinoamericano, conforme teorizou Vania Bambirra. Este também era um temor das burguesias nacionais, sempre associadas ao capital estrangeiro e, dentre outras, esta foi uma das razões de ela ter se aliado a setores militares para derrubar governos considerados de esquerda na região e, assim, apoiar golpes militares que instalaram regimes ditatoriais sob a forma de Estados burocrático-autoritários (BA), na concepção de Guillermo O'Donnell.

A segunda questão que se impõe é como definir o que são “cinemas novos dos anos 1960”. Cinemas novos foi uma denominação usada para classificar toda nova cinematografia a partir da aclamação no Festival de Cannes de *Os Incompreendidos* (1959), de François Truffaut e *Hiroshima Meu Amor* (1959), de Alain Resnais, de acordo com a visão dos países desenvolvidos, através de autores como Nowell-Smith. Entretanto, neste trabalho não se faz relação com os movimentos que eclodiram na Europa, pois, embora se possam traçar pontos em comum com o neorealismo italiano e a *Nouvelle Vague*, na América Latina emergiram cinemas novos com características próprias, oriundas de uma sede dos intelectuais comprometidos politicamente, idealistas que acreditavam poder mudar a realidade de subdesenvolvimento de seus países e do continente através de “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Estes visionários autores-diretores inicialmente fomentaram suas ideias em cine clubes, mas nos anos 1960 passaram para a ação concreta e tentaram realizar um projeto coletivo que demonstrasse, criticasse e debatesse o realismo que apresentavam nas telas, não apenas incorporar modismos dos países desenvolvidos, e partir para uma contestação da forma, do conteúdo e da ética do cinema moderno.

Assim, do cineclubismo na Argentina, no Brasil e no Chile, passando pelo fotodocumentário ao próprio cinema documental e ficcional (embora neorrealista), percebe-se nos anos 1960 o surgimento de produções cinematográficas na América Latina marcadas pelo tom da Revolução Cubana, qual seja, a preocupação com o subdesenvolvimento e a nossa situação de periferia do sistema econômico internacional e a contestação ao imperialismo estadunidense. Daí derivaram os manifestos da fome, no Brasil; do cinema “imperfeito”, em Cuba; e do “*Tercer Cine*”, na Argentina, além da incipiente produção chilena, marcada principalmente pela sua origem no cinema experimental. Tais produções foram encaradas como novos movimentos cinematográficos, definidos como de resistência, e que surgiram por características intrínsecas à realidade latino-americana e da própria situação de subdesenvolvimento por que passavam essas nações. A questão a se investigar, portanto, é a seguinte: qual a relação da Revolução Cubana, considerada como importante constrangimento ao sistema internacional, com o surgimento e o desenvolvimento dos Cinemas Novos (ou *El Nuevo Cine*) na Argentina, no Brasil e no Chile nos anos 1960?

O principal objetivo deste trabalho será demonstrar o caráter relacional entre a eclosão da Revolução Cubana e o surgimento dos Cinemas Novos dos anos 1960 na Argentina, no Brasil e no Chile, dentro de um movimento mais amplo considerado

como Novo Cinema Latino-Americano (ou *Nuevo Cine Latinoamericano*), com alguma similaridade com os Cinemas Novos que emergiram de fins dos anos 1950 e ao longo da década de 1960 em diferentes países e regiões, mas cada região com características próprias. A principal hipótese a ser trabalhada é a de que a Revolução Cubana, e por consequência, seu cinema de caráter revolucionário (mas não propagandístico), influenciaram produções cinematográficas em países como a Argentina, Brasil e Chile, que vivenciavam um contexto político, cultural e social no início dos anos 1960 bastante conturbado, mas que, por outro lado, tinham experiências audiovisuais próprias oriundas de fenômenos como o cineclubismo e experimentos visuais como o fotodocumentário e o cinema experimental. A hipótese secundária a ser investigada é a de que estes cinemas novos tinham características muito peculiares oriundas da realidade de seus países, refletido no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, aliado às teorias da dependência, também desenvolvidas na mesma época, resultando em um tipo de cinematografia de resistência ao imperialismo, ao capitalismo e às ditaduras militares.

Cuba segue isolada até hoje, pelo menos oficialmente, a despeito da recente reaproximação com os Estados Unidos, graças aos esforços de Raúl Castro e Barack Obama para por fim ao isolamento desta ilha do sistema interamericano de nações, ou seja, o fim do bloqueio ao país. Nesse sentido, revela-se tentador conhecer por que uma revolução ocorrida há quase 60 anos ainda inspira qualquer noção de temor por parte da superpotência capitalista, os Estados Unidos. É tentador também entender quão influente foi o cinema revolucionário cubano para as demais nações da América Latina, embora este trabalho não pretenda contemplar todos os países da região. O recorte temporal feito servirá para analisar as raízes de um fenômeno que se iniciou em fins de 1950, mas com consequências até os dias de hoje, haja vista a persistência do bloqueio a Cuba. Entende-se, assim, que Cuba serviu como *proxy* para o surgimento dos Cinemas Novos naquele período em pelo menos países como a Argentina, o Chile e o Brasil, que, com suas características próprias, retroalimentaram um movimento cultural mais amplo, que foi o Novo Cinema Latino-Americano da década de 1960, bastante estudado pela área de comunicação e pelas ciências sociais, mas carente de análise nas relações internacionais. Justifica-se, dessa forma, a importância deste trabalho ante a carência de trabalhos relacionando cinema com as relações internacionais, como o que este se propõe, analisando constrangimentos no sistema internacional com o desenvolvimento

de determinadas produções cinematográficas, especialmente as de caráter político-sociológico e não comercial.

2 A REVOLUÇÃO CUBANA E O NOVO CINEMA LATINO-AMERICANO

Para uma melhor compreensão da Revolução Cubana e seus impactos socioeconômicos, políticos e culturais – especialmente no campo do cinema – é necessário que se faça um breve recuo histórico para o século XIX, considerando eventos como as lutas pela independência da Espanha e imbricações da história cubana com a dos Estados Unidos, uma vez que foram recorrentes as tentativas de anexação de Cuba por parte dos estadunidenses (que consideravam Cuba como parte integrante de seu território desde Abraham Lincoln), além da necessidade de se resgatar a importância de líderes emancipacionistas como José Martí, Antonio Maceo e Máximo Gómez. Faz-se necessário ainda compreender a disputa interimperialista que ocorrera no período, a penetração do imperialismo dos EUA em Cuba e suas consequências para o surgimento de um espírito nacionalista na Ilha, além de uma sintética análise do período autoritário de Fulgencio Batista (1952-1959) para finalmente se adentrar na Revolução de Fidel Castro. Todos esses eventos históricos contribuíram para moldar em Cuba um espírito antiimperialista e de contestação aos Estados Unidos, o que teve sua sublimação na figura de Ernesto “Che” Guevara, com impactos não só no povo cubano, mas por toda a América Latina, alterando a configuração das forças sociais no subcontinente, onde a esquerda revolucionária e o nacionalismo ganhavam cada vez mais força como principal oposição ao imperialismo estadunidense.

A primeira guerra de independência foi de 1868, sob a liderança de Manuel de Céspedes, até 1878, com a derrota das forças de Antonio Maceo, considerado por Luis Fernando Ayerbe (2004) como integrante do “setor radical”, devido à associação da independência com o fim da escravatura na ilha. A abolição só se dará em 1880 por influências externas (como da Inglaterra) e por razões econômicas, como os interesses estadunidenses em controlar o setor exportador de Cuba, além da precária situação dos grandes proprietários nacionais, que buscavam se modernizar. Após a Guerra de Secessão (1861-1865), os EUA despontam no cenário internacional e buscam novas matérias-primas na região do Caribe. Cuba passa, assim, a ter uma relação de dependência não só com a Espanha, como com os EUA, além de ter-se alterado a estrutura produtiva cubana, concentrando terras e engenhos e gerando uma casta de “colonos”.

A segunda guerra de independência teve início em 1895, com a chegada de Máximo Gómez e José Martí a Cuba, que se juntaram às forças de Antonio Maceo e

mobilizaram amplos setores populares, conquistando importantes vitórias. Martí morre em 1895 na Batalha de Dois Rios, e Maceo em 1896 também em combate. Os EUA, então, decidem intervir no conflito em 1898, após o incidente com o navio Maine. Sobre este segundo confronto,

A guerra durou poucos meses. Em 12 de agosto, a Espanha assina um armistício com os Estados Unidos em Washington e em 10 de dezembro um tratado de paz em Paris, em que reconhece a independência de Cuba, transfere aos Estados Unidos a posse de Porto Rico e Guam, e o controle das Filipinas em troca do pagamento de vinte milhões de dólares. (AYERBE, 2004, p. 24)

Faz-se necessário notar o fato de que as negociações pela independência de Cuba entre EUA e Espanha se dão sem a participação de líderes cubanos, além de a Ilha ter sido ocupada por tropas estadunidenses e por um governo provisório até 1902, quando toma posse o primeiro presidente de Cuba, Tomás Estrada Palma, do PRC (Partido Revolucionário Cubano), de Martí. Além da ocupação, os EUA impõem a Emenda Platt, que permite a eles intervirem em Cuba com a escusa de se preservar a independência da nação. Ayerbe aponta, ainda, que a presença dos EUA na independência de Cuba trouxe elementos diferenciados em relação às demais independências latino-americanas, onde a questão nacional entrelaçou-se em uma realidade onde havia um “colonialismo em retração” e um “novo imperialismo emergente”. Além disso, a presença estadunidense frustrou os líderes revolucionários, contribuindo para a formação de uma “singular consciência nacionalista” no país (p. 25). Em 1952, Fulgencio Batista lidera um golpe militar, amparado pelos EUA, dando início a uma nova ditadura em Cuba, fechando as portas da via institucional para que se efetuassem mudanças socioeconômicas; entre as lideranças que reivindicavam tais mudanças, estava Fidel Castro, do PPC (Partido do Povo Cubano) ou Ortodoxo, criado em 1947, a partir da ruptura do PRC, governista; Fidel vinha denunciando a corrupção nos governos Grau San Martín (1944-48) e Prío Socarrás (1948-52) e tinha favoritismo para vencer as eleições de 1952, o que motivou o golpe. A partir daí, organizaram-se movimentos de resistência liderados por Fidel, utilizando a luta armada (ou a guerrilha) como principais instrumentos para tomar o poder, cujo fato mais notório foi os assaltos aos quartéis de Moncada e Bayamo, na província de Oriente, em 1953, que resultou num fracasso e na prisão de Fidel Castro.

Preso, Fidel escreve “*La Historia me absolverá*”, documento em que consta, além de sua defesa e de sua ação insurrecional, um programa conhecido como “Programa de Moncada”, no qual propõe um conjunto de cinco leis revolucionárias, além de defesa da reforma agrária, de reforma do sistema educacional e nacionalização de empresas que prestam serviços públicos. O líder revolucionário comenta, em seu livro, sobre a ação frustrada sobre os quartéis:

Todo el mundo tenía instrucciones muy precisas de ser, ante todo, humanos en la lucha. Nunca un grupo de hombres armados fue más generoso con el adversario. Se hicieron, desde los primeros momentos, numerosos prisioneros, cerca de veinte en firme; y hubo un instante, al principio, en que tres hombres nuestros, de los que habían tomado la posta: Ramiro Valdés, José Suárez y Jesús Montané, lograron penetrar en una barraca y detuvieron, durante un tiempo, a cerca de cincuenta soldados. Estos prisioneros declararon ante el tribunal, y todos sin excepción han reconocido que se les trató con absoluto respeto, sin tener que sufrir ni siquiera una palabra vejaminosa. Sobre este aspecto sí tengo que agradecerle algo, de corazón, al señor fiscal: que en el juicio donde se juzgó a mis compañeros, al hacer su informe, tuvo la justicia de reconocer como un hecho indudable el altísimo espíritu de caballeridad que mantuvimos en la lucha. (CASTRO, 1993, p. 38)

O Programa de Moncada ficou conhecido como o “programa da revolução”, e buscava solucionar problemas como a falta de liberdade e democracia, a questão da terra e das condições precárias da população. Em termos econômicos, busca melhorar o desempenho econômico de Cuba através de uma mudança na estrutura da propriedade e defendia um processo de industrialização no país. Em 1959, a participação de Cuba no mercado estadunidense era de 33% enquanto as importações cubanas dos EUA correspondiam a 75%. Os indicadores sociais mostram que o desemprego praticamente duplicou de 1953 para 1956-57 (AYERBE, 2004, p.32). Cuba era naquele momento um país desigual, mas com indicadores que demonstravam uma situação semelhante aos países latino-americanos mais desenvolvidos, como por exemplo: em número de carros por habitante, a ilha ocupava em 1958 o sexto lugar no ranking mundial; em número de televisores, o primeiro lugar na América Latina e Caribe; em quarto lugar em termos de estações de rádio e salas de cinema e terceiro lugar em termos de investimentos diretos recebidos dos EUA. Entretanto, apenas alguns setores se beneficiavam da estrutura desigual do sistema econômico cubano, tais como a aristocracia rural, a burguesia vinculada à especulação imobiliária, a indústria turística e uma classe média formada por profissionais liberais e funcionários do Estado.

Inicialmente, a Revolução era nacionalista e visava a derrubar a ditadura de Batista, haja vista que o documento produzido por Fidel não confrontava os EUA, mas preocupava-se em atacar as oligarquias nacionais e o regime político que representa essa classe; entretanto, como aponta Cesar Guazzelli (1993), conforme foram se aprofundando as reformas, a Revolução se tornou antiimperialista e acabou rompendo com o capitalismo, através de uma construção gradual do socialismo. Assim, a nova estratégia agora era a ação guerrilheira no campo, buscando apoio da população mais pobre, o que se cristaliza com a implantação da reforma agrária nos territórios que iam sendo ocupados. O *Movimiento 26 de Julio* (M-26-7), criado por Fidel em 1953, lança o Manifesto de Sierra Maestra, numa tentativa de unificar as frentes revolucionárias e demais oposições a Batista, e refutando-se qualquer interferência externa nos assuntos de Cuba, além de clamar por mudanças econômicas. Em 1957, o grupo se divide em três colunas comandadas por Fidel, Raul e Guevara e, no ano seguinte, os movimentos de resistência urbanos realizam uma greve geral, levando Batista a enviar 10 mil soldados do Exército para combater os guerrilheiros, o que, após mil baixas, recuaram. Em 1959, os revolucionários realizam uma grande marcha em direção a Havana e, em dezembro, Fulgencio Batista renuncia.

Imbuídos de enorme confiança popular, em 1959 os revolucionários tomam o poder e, neste primeiro momento, tomam medidas de combate à corrupção do governo Batista, como o desmantelamento da ampla rede de hotéis, cassinos e casas de prostituição controlada por estadunidenses aliados a Batista. Esse foi, segundo o autor, “o primeiro ataque ao capital estrangeiro em Cuba” (p. 17). Houve oposição de setores mais moderados que não estavam satisfeitos com as expropriações e controle de preços, dada suas posições de classe. Entretanto, com a “virtual ruptura do aparelho repressivo anterior”, com o desmantelamento dos órgãos policiais e das Forças Armadas, o Exército Rebelde era o poder de fato na Ilha, impedindo a reversão do programa revolucionário. A resistência interna contou com o apoio de Washington, cujos interesses foram contrariados com a nacionalização do truste telefônico, resultando, como represália, na prática clandestina de incendiar canaviais por parte da aviação norte-americana. O governo cubano confiscou, ainda, as terras da United Fruits, o que gerou nova retaliação, desta vez no porto de Havana. Os EUA cortaram o fornecimento de petróleo à Ilha e impediram o refino por parte de empresas estadunidenses de petróleo soviético, o que levou Castro a nacionalizar companhias petrolíferas e um grande conjunto de bancos e empresas estrangeiras. Além disso, a Casa Branca

suspendeu a compra de cana-de-açúcar de Cuba, o que obrigou o país a buscar novos parceiros econômicos, especialmente as nações do bloco socialista, levando Cuba a se tornar “um dos principais focos da Guerra Fria”.

Guevara conseguiu, em 1961, um contrato comercial com a URSS para aquisição de toda a cota de produção de açúcar cubano, assim como garantias de abastecimento de petróleo. Assim, desarticulou-se a principal “coação econômica estadunidense ao governo revolucionário cubano”, restando aos EUA intimidações políticas e militares. Os EUA, então, rompem relações diplomáticas com Cuba, dando início a uma “virtual abertura de hostilidades”, com apoio a grupos dissidentes em território cubano, os quais fracassaram por não contar com o apoio popular. Em abril de 1961 ocorre uma clara tentativa de intervenção, a invasão da Baía dos Porcos, a qual fracassou, pois houve “surpreendente mobilização das milícias populares” além da capacidade do jovem exército de derrotar a ameaça externa. Conforme Jorge Domínguez (1993), a rápida e dramática mudança nas relações Cuba-EUA foi acompanhada pela reorganização dos assuntos econômicos e políticos internos de Cuba, a qual gerou, dentre outras consequências, uma migração massiva para os EUA. Politicamente, essa comunidade de exilados vai formar uma forte força anticomunista:

Most emigrants came from the economic and social elite, the adult males typically being professionals, managers and executives, although they also included many white-collar workers. On the other hand, skilled, semi-skilled and unskilled workers were under-represented relative to their share of the work force, and rural Cuba was virtually absent from this emigration. This upper-middle- and middle-class emigration was also disproportionately white. (DOMÍNGUEZ, 1993, p. 100)

Guazzelli considera que a Revolução Cubana, em três anos, “provocara uma guinada decisiva para a história de Cuba e uma influência internacional como poucos acontecimentos depois da Segunda Grande Guerra”. (p. 21). O programa de reformas implantado afastou os grupos dominantes internos e entrou em atrito com o imperialismo, daí que sua plataforma política conduziu a uma postura antiimperialista e anticapitalista. Isso significou para a América Latina um novo paradigma em que, de um lado, havia um exemplo capaz de levar à luta socialista; e, de outro, havia a necessidade de conter “eventuais explosões revolucionárias”. A Revolução Cubana também pode ser entendida como importante *constraint* ao sistema internacional, que contribuiu para a construção social do sistema internacional dos anos 1960, porque

alterou significativamente a configuração de forças entre as duas superpotências com relação ao continente americano, chegando ao extremo na Crise dos Mísseis de 1962, em que estivemos bem próximos de um conflito de destruição mútua, caso o uso de armas nucleares viesse a ocorrer (PECEQUILO, 2003). Assim, alguns autores consideram, em uma análise superficial, que a Revolução trouxe a Guerra Fria para o continente latino-americano, quando na verdade a história da política externa norte-americana demonstra o contrário. Seu impacto no cinema de toda a América Latina foi imediato e serviu de *proxy*.

There was an island in the sun. They had a revolution. They created a new society, dedicated to social justice—and to making films (and music and other arts). It would be a new kind of cinema, which would transcend both the formulaic escapism of the Hollywood genre movie, and the bourgeois individualism of the Western European art film. It might be low budget and imperfect, like the country's economy, but it would vindicate cinema by revolutionizing the modes of both production and representation, thus freeing up the imagination and bringing a fresh eye to the social and historical reality in front of the camera. (KAPUR; WAGNER, 2011, p. 79)

2.1 A oposição ao cinema “perfeito” de Hollywood

Os principais diretores representantes dos movimentos conhecidos como Cinemas Novos dos anos 1960 na América Latina acabaram teorizando sobre suas próprias películas apenas nas décadas seguintes, muitos em exílio na Europa ou em outros países latino-americanos que não estivessem vivenciando ditaduras militares. Assim surgiram o “Manifesto da Fome”, no Brasil, o “Manifesto Por Um Cinema Imperfeito”, em Cuba, o “Manifesto dos Cineastas da Unidade Popular”, no Chile, e o “Manifesto pelo Terceiro Cinema” na Argentina. Este último torna-se um dos mais combativos na caracterização de cinema de resistência que se atribui a ditos movimentos (GALT; SCHOONOVER, 2010). O Primeiro Cinema seria Hollywood, o cinema padrão, comercial, a grande indústria cinematográfica que sempre exerceu hegemonia pelo menos desde os anos 1930 sobre toda a América Latina, sobretudo na transição do cinema mudo para o falado, monopolizando a exibição. Nesse sentido, o Primeiro Cinema é identificado por estes autores-diretores como um cinema opressor, alienante, para o puro entretenimento e cujo propósito maior é atender aos interesses dos Estados Unidos no que tange a sua face imperialista diante do mundo. O Segundo

Cinema seria o cinema d'arte, o cinema artístico seja europeu ou norte-americano, mas principalmente europeu, e cujos traços também são a alienação política e o desengajamento com as causas sociais, um cinema claramente burguês cuja ideologia era a “arte pela arte”. O Terceiro Cinema seria, conforme formularam os diretores argentinos, o cinema do Terceiro Mundo, dos países que lutavam por libertação, aqueles do G77, o grupo dos Países Não Alinhados oriundos da Conferência de Bandung de 1955; em suma, o cinema dos oprimidos, e daí a necessidade de se resistir ao neocolonialismo, ao imperialismo norte-americano e a um sistema econômico que tornara visível a desigualdade social entre os povos e dentro de suas realidades nacionais.

In theoretical texts and manifestoes written in the late 1960s and early 1970s, filmmakers in Argentina, Brazil, and Cuba advocated a revolutionary cinema they called Third Cinema, which constituted a transformative social practice and functioned as an instrument of political change and consciousness raising. Fernando Solanas and Octavio Getino declared that this cinema of the struggle against imperialism was “the most gigantic cultural, scientific, and artistic manifestation of our time” and represented “the decolonization of culture.” They and other filmmakers distinguished their anticolonial cinema from a dominant and capitalist First Cinema and a Second Cinema that was artistic, intellectual, and auteurist. This tripartite framework, in which film style was mapped onto geography and ideology, persists in contemporary film criticism. Political films from the so-called Third World are set against big-budget Hollywood productions as well as European art films deemed overly formalist and therefore insufficiently political. (GALT; SCHOONOVER, 2010, p.320)

Um modo de encarar o sistema de dominação capitalista exercido pelos Estados Unidos pode ser encontrado em Nicos Poulantzas (1977), que entende que a burguesia capitalista é dividida em classes e frações de classes que constituem o bloco no poder, o qual exerce a dominância de forma homogênea. Nesse sentido, os Estados Unidos exerceram (e exercem) sobre a América Latina e o resto do mundo um tipo de dominância total no que se refere ao cinema – o Primeiro Cinema – porque as frações de classes burguesas empenhadas na grande indústria cinematográfica estadunidense convergem, pelo menos até os anos 1960, com os interesses imperialistas dos EUA e de sua política exterior voltada para a América Latina, historicamente marcada por interferências e intervenções, diretas ou indiretas. Segundo Poulantzas, o Estado é “uma relação de forças ou, mais precisamente, a condensação material de tal relacionamento entre as classes e as frações de classe, da forma como ela é expressão no Estado em uma

forma necessariamente específica” (POULANTZAS, 1977). A dominância, por fim, se dá através do domínio da tecnologia (ou da mais alta tecnologia), o que por si constitui um meio de dominação através do cinema. O cinema surge como um exemplo palpável dessa forma de hegemonia, principalmente quando nos damos conta do “alcance e influência social, mas também pela complexidade de sua tecnologia”; daí que para as classes dominantes seja um instrumento valioso para perpetuar o seu domínio e “para as classes oprimidas seja imprescindível utilizá-lo como um instrumento de libertação” (OLIVO, 2015, p.3).

Como oposição à opressão do cinema estadunidense, surge o Novo Cinema Latino-americano (NCLA), que, segundo Ramón Olivo (2015) compreende o período de 1955 a 1973, e se manifestou nos principais países da América Latina, tais como Argentina, Chile, Brasil, Bolívia, Peru, Cuba, Colômbia e Uruguai. Contudo o escopo deste trabalho toma como objeto de análise os países do ABC, em alusão à produção trinacional *El ABC del Amor* (1967), projeto dos cineastas Rodolfo Kuhn (Argentina), Eduardo Coutinho (Brasil) e Helvio Soto (Chile) sobre as consequências da revolução sexual na América Latina, e também em alusão às históricas tentativas de integração, como o Pacto do ABC (Argentina-Brasil-Chile), e, para isso, delimitamos a década de 1960 como principal *momentum* do NCLA, porque nestes anos foram produzidas as principais obras cinematográficas representativas do movimento como um macrofenômeno, enquanto realidades particulares foram se agregando e formando seus próprios microfenômenos, tais como a “estética da fome”, no Brasil, e “*El Tercer Cine*”, na Argentina, *El Nuevo Cine Chileno*, dentre outros.

2.2 O Cinema revolucionário e sua expansão

A realidade latino-americana se revelava complexa nos anos 1960, não só pelas estruturas herdadas de uma primeira colonização, mas por novas estruturas de domínio, agora muito mais complexas, tanto pelas tecnologias utilizadas (e daí a oposição à grande indústria cinematográfica hollywoodiana), como por setores sociais atraídos à sua esfera de domínio, geralmente na América Hispânica os *criollos* e no Brasil as oligarquias tradicionais. Glauber Rocha sentenciava que a América Latina permanecia colônia, “e o que diferenciava o colonialismo de antes do atual é unicamente a forma mais perfeita do colonizador, e também dos colonizadores, as formas sutis de aqueles que sobre nós armam futuros golpes”. Aliado a isso, nesta década houve grande

agitação social, com o ressurgimento dos movimentos operários e de uma classe média cada vez mais atuante na política, sem desprezar os impactos da influência no campo das ideias do bloco soviético e dos ideais revolucionários de Cuba. Assim,

De ahí que no solamente fuera necesario plantearse el desarrollo de un nuevo cine, sino que éste debería de oponerse al modelo impuesto por la metrópoli imperial y actuar a su vez como un instrumento de liberación. Con esta evolución se adquirió la conciencia de que para hacer del cine un instrumento de liberación, era preciso abandonar y combatir el modelo dominante que situaba por delante la técnica, es decir la forma, más que el lenguaje del cual ésta es instrumento. (OLIVO, 2015, p. 9)

Aliado a esse processo político internacional da hegemonia no campo cinematográfico por parte do Primeiro Cinema, verifica-se no campo da cultura e das ideias uma nova percepção, que remonta às vanguardas europeias dos anos 1920, mas que foi muito bem pronunciada por autores como Gramsci (1975) e Sartre (1972). Gramsci, em seu conceito de “intelectual orgânico”, apresenta a noção de um intelectual que se vincula com o povo ou com a classe operária em um processo de conscientização política, considerando que todo homem, pelo fato de estar imerso num marco histórico, não poderia jamais adquirir uma posição autônoma, já que seria objeto de manipulação das classes dominantes em seu exercício da hegemonia política. Nesse sentido, vincula-se a intelectualidade e as massas, em um movimento que se retroalimenta. As ideias baseadas na comunicação e socialização entre o intelectual e o povo nos permitem reconhecer no cinema, por exemplo, instrumentos viáveis que estabeleçam uma consciência de intervenção na realidade histórica, através da comunicação nas obras de conteúdos que retratem e deem voz às reivindicações sociais de grupos tradicionalmente marginalizados (GRAMSCI, 1975).

Sartre, por outro lado, permite-nos compreender o fenômeno de vinculação entre criador, receptor e sociedade, em razão do papel primordial outorgado ao intelectual ou artista como um ser comprometido, preocupado e envolvido com o mundo social em que se insere. Em suas palavras, “a função do escritor consiste em trabalhar de modo que ninguém possa ignorar o mundo e que ninguém possa ante o mundo dizer-se inocente” (SARTRE, 1972, p.58). Sartre encomendou à literatura (e por consequência às demais estéticas) a tarefa de buscar novas linguagens que expressem a realidade social da qual hão emanado. Exatamente é isso que os artistas do NCLA dos anos 1960 irão fazer, ou seja, realizarão uma assimilação entre suas práticas com os aspectos históricos e sociopolíticos de suas respectivas nações, manifestando grande inquietude

diante da realidade alarmante de subdesenvolvimento em que vivia a América Latina, mas sobretudo propondo uma nova reestruturação da linguagem estética tradicional.

Em termos de teorias, Alexander Wendt (1999) adota um tipo de construtivismo que considera como bases o estruturacionismo e a sociologia interacionista simbólica: uma versão moderada, segundo o próprio autor, porque sua “teoria” construtivista parte das mesmas premissas do neorrealismo de Waltz (1979), mas chega a uma conclusão diferente, em razão dos comprometimentos materialistas e individualistas que conduziram os neorrealistas a concluir que a anarquia faz a política internacional necessariamente conflituosa, um “*self-help world*”. Já comprometimentos idealistas e holistas conduziram Wendt, entretanto, à visão de que “*anarchy is what states make of it*” (WENDT, 1992). O próprio autor, no entanto, não considera o construtivismo uma teoria de política internacional, mas não deixa de ser uma abordagem ou como ele próprio diz “*One can accept constructivism without embracing that theory.*” (WENDT, 1999). O que interessa na abordagem construtivista é saber como as ideias influenciam a maneira pela qual as identidades são constituídas e como os atores definem seus interesses em função de suas identidades, ou seja, a forma como os Estados definem seus interesses depende de como se definem em relação aos outros, uma função da identidade social aos níveis domésticos e sistêmicos da análise. A estrutura social, dentro da ótica construtivista, não se resume apenas às ideias – com interação entre atores e identidades – mas também ao conteúdo de questões materiais, de interesses e poder. A importância do poder e dos interesses para a explicação do fenômeno internacional, atribuídos pelos atores a essas forças são muito significativos. Para Wendt, o poder é constituído principalmente por ideias e contextos culturais. Enquanto o modelo waltziano ignora completamente a socialização entre os Estados, Wendt vai ressaltar que as ameaças sociais são construídas e não naturais.

Júlio García Espinosa foi o principal expoente do Novo Cinema Cubano, também entendido como cinema revolucionário, mas definido pelo diretor como a busca por um “cinema imperfeito”, em oposição ao cinema perfeito “*técnica y artísticamente logrado*” considerado como reacionário. Em seu manifesto “*Por Un Cine Imperfecto*”, de dezembro de 1969, teorizava sobre os cinemas novos manifestados em vários países latino-americanos, ao invés de preocupar-se exclusivamente com o cinema cubano. Nas palavras de Espinosa,

Al cine imperfecto no le interesa más la calidad ni la técnica. El cine imperfecto lo mismo se puede hacer con una Mitchell que con una cámara 8mm. Lo mismo se puede hacer en estudio que con una guerrilla en medio de la selva. Al cine imperfecto no le interesa más un gusto determinado y mucho menos el “buen gusto”. De la obra de un artista no le interesa encontrar más la calidad. Lo único que le interesa de un artista es saber cómo responde a la siguiente pregunta: ¿Qué hace para saltar la barrera de un interlocutor “culto” y minoritario que hasta ahora condiciona la calidad de su obra? (ESPINOSA, 1969, p. 9)

O Cinema Imperfeito deveria, além de negar a técnica e a qualidade, também ter outra dimensão: sua aspiração revolucionária, por isso o cinema não deve ser visto como objeto de realização pessoal, mas de comprometimento e de conexão de um intelectual com as massas, da mesma forma que já se discutiu a respeito das considerações na mesma linha de Gramsci (1975) e Sartre (1972). Ainda, Espinosa prega que o *Cine Imperfecto* não deveria ser “exibicionista no duplo sentido da palavra”, não deveria ser narcisista nem mercantilista, bem como poderia este cinema ser encarado como arte pluralista ou expressão específica, porque “não são essas as batalhas que pretende travar”, o que significa dizer que não os interessava a arte pela arte, mas sim o engajamento político-social (ESPINOSA, 1969, p.8).

No documento *Hacia un tercer cine: apuntes y experiencias para el desarrollo de un cine de liberación en el Tercer Mundo* que os diretores Octavio Getino e Fernando E. Solanas, em outubro de 1969, lançam seu manifesto, declarando que “*el nacimiento del Tercer Cine significa, al menos para nosotros, el acontecimiento cinematográfico más importante de nuestro tiempo*” e demonstrando seu completo repúdio ao Primeiro e ao Segundo Cinemas, considerados como instrumentos da burguesia para alienar e manipular as massas e as sociedades. Contudo não foram apenas os ideais da Revolução Cubana que influenciaram estes cineastas, mas também os eventos de Maio de 1968 na França, conforme demonstra trecho do manifesto:

El cine de la revolución es simultáneamente un cine de destrucción y de construcción. Destrucción de la imagen que el neocolonialismo ha hecho de sí mismo y de nosotros. Construcción de una realidad palpitante y viva, rescate de la verdad en cualquiera de sus expresiones. La restitución de las cosas a su lugar y sentido reales es un hecho eminentemente subversivo tanto en la situación neocolonial como en las sociedades de consumo; en estas, la aparente ambigüedad o la seudobjetividad de la información en la prensa escrita, en la literatura, etc., o en la relativa libertad que tienen las organizaciones populares para suministrar su propia información controlados o monopolizados por el sistema. Las experiencias dejadas en Francia a propósito de los acontecimientos de mayo son bastante explícitas al respecto. (GETINO; SOLANAS, 1969, p.8)

No Brasil, com o aumento da repressão com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, houve também maior agitação política e dificuldades para Costa e Silva conter a esquerda revolucionária e as guerrilhas em formação principalmente no campo. Como consequência, houve aumento da censura, da repressão e de todas as formas de cerceamento das liberdades, enquanto o país desfrutava o “milagre brasileiro” na economia. O cinema de Glauber continuou militante nesta época, quando foi lançado *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (1969). No Chile, a esquerda se articulava em torno da figura de Salvador Allende, que venceria as eleições somente na década de 1970, mas se vislumbrou um cinema nacional, conforme a matriz proposta por Garretón (2007), estatal-nacional-popular-democrático-partidária, mas que em 1973 seria interrompida pelo golpe de estado que instalaria mais uma ditadura militar no Cone Sul. Nesse período no Chile, especialmente mais no final dos anos 1960, foi produzido um dos mais importantes filmes de caráter social, *Ayúdeme Ud. Compadre* (1968), bem como *El Chacal de Nahueltoro* (1969). Os Estados Unidos, por fim, responderiam ao fenômeno internacional dos cinemas novos (*Nouvelle Vague*, NCLA, *New British Cinema*, Novo Cinema Nipônico, *Czech New Wave*, entre outros) reformulando sua forma de fazer cinema na década de 1970, movimento que ficou conhecido como a Nova Hollywood, em que foram incorporados muitos dos elementos das novas ondas, bem como o documental e o realismo político, e mesmo por isso conseguiu manter suas características de Primeiro Cinema e de se propagar de forma dominante e hegemônica com capacidade de influenciar povos e ideias em todo o mundo.

3 ESTUDOS DE CASO

3.1 ARGENTINA

Este primeiro estudo de caso inicia com o final do governo Arturo Frondizi (1958-1962), da *Unión Cívica Radical Intransigente* (UCRI), derrubado pelo golpe militar de 29 de março de 1962, seguido de um governo civil sob a tutela militar, o de José Maria Guido (1962-1963), quando assume Arturo Illia (1963-1966), da *Unión Cívica Radical del Pueblo* (UCRP), derrubado por um novo golpe, em junho de 1966, que põe fim ao período radical; e se encerra com a chegada ao poder do general Juan Carlos Onganía (1966-1970), iniciando uma ditadura civil-militar, autodenominada *Revolución Argentina*, que se estenderia até 1973, com o retorno do peronismo ao poder.

3.1.1 Contexto interno e externo: Radicais e Onganía

A queda de Perón, em setembro de 1955, significou o fim da ordem política “legítima”, articulada através de uma aliança entre as Forças Armadas, os sindicatos e as corporações patronais que representavam a burguesia nacional. Este pacto foi rompido e o resultado foi uma enorme instabilidade política na Argentina que irá perdurar durante todos os anos 1960. Os governos que o sucederam tentaram de toda sorte “desperonizar” o Estado e a própria sociedade argentina, no que não obtiveram sucesso, considerando que o peronismo é uma força política na Argentina até os dias de hoje. Faltou aos governos sucessores capacidade de articular a sociedade com o Estado, de acordo com Portantiero (1977), além da necessidade de se “estabelecer mecanismos claros de exclusão e recompensa, de fundar, enfim, uma legitimidade reprodutora do sistema baseada na força e também no consenso” (PORTANTIERO, 1977, p. 532). Houve no período de transição (1955-1958), o que se designou “limpeza da casa”, por parte das classes dominantes, especialmente a burguesia agrária — prejudicada durante o peronismo — o que significou atacar o núcleo mais forte do nacionalismo popular: o sindicalismo, desarmando-o quanto fosse possível. Não havia um modelo claro, porém era notável a opção pelo desenvolvimentismo e pela “substituição de trabalho por capital no desenvolvimento industrial”, o que significava uma abertura para o capital

estrangeiro, especialmente estadunidense, daí a necessidade de uma aproximação com os EUA (PORTANTIERO, 1977; MORGENFELD, 2012).

O governo Arturo Frondizi, primeiro civil depois do golpe de 1955 e do período transicional conhecido como *Revolución Libertadora*, teve de lidar com diversas forças sociais e militares em diversos momentos opostas aos seus projetos, no que diz respeito à sua opção econômica pelo “desenvolvimentismo”, na verdade, um tipo especial de desenvolvimentismo, que Lenz e Fonseca (2014) chamam de “populismo econômico”, aplicável também ao presidente Juscelino Kubitschek, no Brasil; mas tal projeto demandava capitais estrangeiros para investimentos em infraestrutura e indústria básica, principalmente, que era o que Frondizi priorizava ao invés de justiça social. O mandatário do país acreditava, bem como os EUA, que a situação de pobreza e subdesenvolvimento da América Latina, em especial da Argentina, possibilitava a penetração dos ideais revolucionários de Cuba, o “exemplo cubano”; por essa razão, enfatizava que, para um desenvolvimento industrial efetivo da Argentina era preciso urgentemente capitais estadunidenses no âmbito da ALPRO, o que significou a mudança para um modelo “dependente-associado”, termo oriundo da teoria da dependência de Cardoso e Faletto (LENZ; FONSECA, 2014). O governo enfrentou enormes dificuldades no balanço de pagamentos e a inflação chegou a três dígitos, o que gerou inúmeras reações, pois Frondizi havia sido eleito também com o apoio dos peronistas, que estavam na ilegalidade; o resultado foi uma crise econômica aguda em 1962 e a própria derrocada do presidente pelas Forças Armadas, que defendiam o liberalismo econômico que vinha sendo implantado pela Revolução Libertadora e não o desenvolvimentismo (RAPOPORT, 2000).

Protestos eclodiram em todo o país, especialmente após a nomeação para o Ministério da Fazenda de Alvaro Alsogaray, que adotara medidas de política econômica que agravaram a recessão. Em 1961, Frondizi pôs fim ao programa de estabilização, que tinha como consequência o aumento da inflação, e optou por um mais flexível socialmente. Apesar do “extraordinário” desempenho da indústria, graças à abertura aos capitais estrangeiros e a medidas protecionistas da indústria nacional, o plano de desenvolvimento de Frondizi não foi bem sucedido: as reservas internacionais foram severamente dilapidadas, a economia começou a encolher cada vez mais — de acordo com Lenz e Fonseca, devido à queda nos investimentos estrangeiros —, e o balanço de pagamentos apresentou déficit praticamente durante todo o período. Aspectos positivos da política econômica de Frondizi foram a solução do problema do déficit energético e a

“promoção de processos de capitalização, modernização e concentração em inúmeros setores industriais”, o que, nos anos seguintes, possibilitaria um aumento da capacidade produtiva (LENZ; FONSECA, 2014, p. 200).

No plano externo, os tópicos relevantes para a década de 1960 quanto à política externa do governo Frondizi giram em torno de três princípios, de acordo com Pelosi e Machinandiarena de Devoto (2012), quais sejam: desenvolvimento, integração e paz mundial. O fato mais notável são os chamados “Entendimentos de Uruguaiana”, termo utilizado por Vera da Silva (2005), onde parecia se concretizar um processo integracionista a partir do eixo Argentina-Brasil. Quanto a este tema, havia uma consciência desde a época de JK, chegando a Jânio e João Goulart, de que a autonomia frente aos EUA dependia de uma cooperação e uma atuação coordenada entre Brasil e Argentina, para contrabalançar a superpotência do norte, historicamente ingerencista na América Latina. Havia, entretanto, uma preocupação constante na chancelaria argentina de que a aproximação com o Brasil prejudicaria as relações com o Chile, o que não se faz entender por que não se aproveitou o *momentum* para se resgatar o antigo Pacto do ABC, uma nova tentativa após a de Vargas e Perón. Por outro lado, havia muitas desconfianças entre diplomatas tradicionais do Itamaraty quanto ao estreitamento dos vínculos com a Argentina. Um ponto em que as duas nações vizinhas concordavam até a metade da década era quanto à questão cubana, ambos os países defendendo a autodeterminação dos povos, questão, aliás, tratada durante as reuniões na cidade gaúcha. De qualquer forma, entre 1961-1962 foram assinados os Acordos de Uruguaiana, onde primeiramente se reuniram os presidentes Quadros e Frondizi em abril de 1961. O encontro foi marcado por grande tensão, haja vista que o presidente brasileiro não fora aconselhado pelas Forças Armadas a deixar o país, daí a solução de convidar o mandatário argentino a uma cidade fronteiriça (SILVA, 2005, p. 83).

Jânio Quadros e sua chancelaria estavam imbuídos da Política Externa Independente (PEI), em que buscavam a formação de um bloco neutralista no Cone Sul e isto divergia do pensamento de Arturo Frondizi, que pregava nos primeiros anos de seu mandato uma integração a nível continental para fins de desenvolvimento econômico da América Latina, contando com recursos norte-americanos. Com a renúncia de Jânio Quadros, Frondizi acreditou que a Argentina poderia assumir o papel de liderança deixado pelo Brasil, com uma posição autônoma frente aos EUA e, assumindo, de certa forma o neutralismo pregado por Quadros. O ápice se deu com a visita de Ernesto “Che” Guevara, representante de Cuba, em Buenos Aires, para

entrevistar-se com Frondizi. A política externa independente do presidente argentino não foi bem recebida pela sociedade e houve reações, como o pedido de exoneração por parte do Ministro das Relações Exteriores. Houve intensa atuação da CIA, de acordo com Silva (2005), para desestabilizar o governo Frondizi, junto a órgãos de informação e comunicação, que agitavam a opinião pública. Segundo a autora, neste momento, a política externa passa a ser elemento-chave da política interna. Após forte pressão de setores das Forças Armadas e dos EUA, e depois da Conferência de Punta del Este de 1962, a Argentina rompe relações com Cuba.

Com a queda de Frondizi, assume, por meio de uma articulação civil-militar, o presidente do Senado, Jose Maria Guido, que irá governar sob a tutela militar. No plano econômico, adotou medidas ortodoxas que levaram a Argentina a uma crise, que Rapoport (2000) considera que poderia levar a uma guerra civil, pois a situação no balanço de pagamentos se deteriorava, bem como as condições de vida dos trabalhadores. Diante das eleições de 1963, o governo Maria Guido sancionou o Estatuto dos Partidos Políticos, considerando o peronismo como “totalitário” e colocando na ilegalidade os partidos de esquerda, o que na prática dava início a uma ditadura sob a égide da facção “gorila” das Forças Armadas, extremamente antiperonista. Perón, mesmo fora do território argentino, sempre tratava de articular com determinados setores sociais da Argentina para que o peronismo não fosse derrotado e, por esse motivo, houve uma cisão no Exército entre “*azules*” e “*colorados*”, conforme o grau de tolerância ao peronismo. O triunfo azul deu um tom mais moderado e negociador ao governo Maria Guido, o que se revelou na tentativa de articular uma reincorporação do peronismo à vida política, mas sem permitir o retorno de Perón, além de aliança com a UCRI e a Democracia cristã, uma “tática integracionista”, nas palavras de Rapoport, a qual, não funcionou. Houve reação dos sindicalistas peronistas, que rechaçavam aliança com os desenvolvimentistas, além de setores de direita, a URCP e os colorados (RAPOPORT, 2000, p. 507).

Portantiero (1977) aponta para a grande modificação que ocorreu na sociedade argentina, através de uma reconfiguração das forças sociais. Havia, talvez como herança do desenvolvimentismo, surgido uma tecnocracia, “*el nueblo Establishment*”, que se fusionava com a classe a que estava subordinada, gerando uma espécie de “burguesia gerencial”, que vai deslocar velhos políticos ligados a outras formas de acumulação (e representação) que passavam a ser subordinadas, no período Maria Guido. Nas palavras do autor:

A estos actores - "Establishment", Burocracia Sindical, Organizaciones Empresarias - debe sumarse la modificación operada en el comportamiento de las Fuerzas Armadas, principalmente del Ejército, durante el periodo Guido. Esta modificación no se produjo sin conflictos: como quedó anotado, los enfrentamientos militares de septiembre de 1962 y abril de 1963 no tienen parangón en la historia contemporánea de Argentina. En ellos fueron derrotados quienes, desde 1955, ocupaban los cuadros de dirección militares como representantes de un "sentido común", en el que el antiperonismo se identificaba con la ilusión de un retorno a la situación de 1943. Habían sido esos oficiales los que finalmente decidieron el derrocamiento de Frondizi y los que impulsaron, en la primera etapa del gobierno de Guido, las políticas favorables a la burguesía agraria. (PORTANTIERO, 1977, p. 540)

No plano externo, os EUA relutaram em reconhecer o novo governo, após a derrocada de Frondizi, mesmo havendo uma ampla bibliografia que trata do apoio de certos círculos de Washington ao golpe e sua relação com os militares argentinos. Isso resultou em pouca legitimidade ao governo Maria Guido, daí sua pouca duração e, deixava candente a questão das disputas intercastrenses no seio das Forças Armadas, que tutelavam o presidente no poder. A política externa de Maria Guido foi de total alinhamento com os EUA, apesar da relutância inicial, os quais ofereceram apoio econômico e ajuda militar, pois temiam a expansão do comunismo na Argentina em razão da grave crise financeira por que passava o país. Na ocasião da crise dos mísseis de 1962, a Argentina participou conjuntamente da operação estadunidense que bloqueou Cuba, enviando navios de guerra e aviões, o que na prática significou o abandono do tradicional pressuposto da diplomacia argentina de respeito à autodeterminação dos povos. Ainda quanto às relações bilaterais com os EUA no tecido da Guerra Fria, pode-se afirmar que os anos Maria Guido foram de total "seguidismo" ao que os EUA ditavam, portanto não se avançou na integração Argentina-Brasil nem em qualquer outro tipo de relação vicinal.

A eleição de 1963 deu vitória a Arturo Illia, da UCRP, que foi extremamente favorecido pela nova conjuntura internacional, o que Vizentini (2004) chama de "terceira fase da Guerra Fria", marcada pelo assassinato do presidente Kennedy, pela saída de Krushev do poder e um afrouxamento do conflito. No plano econômico internacional, surgiram novos polos concorrentes aos EUA, como a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o Japão, ao passo que em termos de sistema internacional a URSS atingia o equilíbrio nuclear-estratégico com o bloco capitalista. Esta conjuntura internacional de distensão favoreceu enormemente os preços dos produtos de países como a Argentina no mercado internacional, levando à superação da crise no mesmo ano em que Illia assumiu o poder, graças à melhoria no balanço de pagamentos.

Rapoport (2000) aponta para o aumento dos investimentos estrangeiros privados desde 1959, que passaram, por exemplo, no setor de bens duráveis, de 44,2% para mais de 63% em 1962, além de uma valorização salarial de 12% realizada em 1960, o que provocou aumento da produção e da produtividade, com consequente aumento do produto em 1960 e 1961. A questão que se impõe é que o governo Maria Guido adotou medidas ortodoxas, diante de uma instabilidade na condução da política econômica, haja vista que passaram pelo Ministério da Fazenda cinco ministros num mandato tampão de poucos meses. Em abril de 1962, adotou-se *“la liberación del mercado cambiario y el retiro del Banco Central de la operatoria, tratando de proteger sus reservas de divisas”* (RAPOPORT, 2000, p. 564), o que foi completado com um acordo *stand by* com o FMI de 100 milhões de dólares, que exigia como contrapartida uma maior abertura da economia. O governo adotou medidas para enfrentar o déficit fiscal que se revelaram contraproducentes e agravaram ainda mais a crise:

Así, la política monetaria y fiscal tuvo serias consecuencias sobre el aparato productivo. La contracción de la demanda agravaba la recesión. La política monetaria restrictiva, por su parte, provocaba un aumento de las tasas de interés que incrementaba los costos y disuadía el emprendimiento de nuevas inversiones productivas, sin que ello pudiese detener la inflación, originada en la devaluación y no en un exceso de oferta de dinero. De esa forma, el gobierno profundizaba las causas del déficit fiscal y se obligaba a un ajuste sin fin. Como decía Bunge en los años '30: la víbora se devoraba a sí misma por la cola. (RAPOPORT, 2000, p. 565)

O governo Illia viria com uma mudança na forma de encarar a economia, num misto de concepção cepalina com keynesianismo, um maior gradualismo nas medidas adotadas e até mesmo certa influência do nacional-desenvolvimentismo, porquanto houvesse muito influência política do yrigoyenismo. Neste período, o que favoreceu a balança comercial foi o grande crescimento das exportações, embora a estrutura não tivesse sido alterada, pois se constituíam de produtos primários e de pouca industrialização, além da manutenção das importações sob rígido controle. 1964 foi o melhor ano do governo, quando o PIB atingiu 10,3%, de acordo com Rapoport. Diferentemente do governo Frondizi, Illia implementou o que prometeu em campanha quanto à questão petrolífera, opondo-se aos contratos assinados com empresas estrangeiras, o que o levou a dispendar grandes montantes para indenizá-las, além de ter provocado quase uma paralisia na produção de petróleo argentino, num momento de acelerada expansão. O que se passou em 1966 e que contribuiu para um novo golpe de Estado foi o que Portantiero chamou de “minirecessão”, decaindo o PIB para 0,6%; isso

em uma normalidade institucional e democrática não seria grave, mas na Argentina dos anos 1960 era motivo suficiente para se derrubar o presidente e assumir finalmente um general alinhado com os EUA e que implantaria uma “revolução” no país, o general Juan Carlos Onganía (PORTANTIERO, 1977; RAPOPORT, 2000).

No plano externo, a questão das Ilhas Malvinas foi trazida à tona nos anos 1960 indo ao encontro do movimento anticolonial e de descolonização que vinha ocorrendo desde a metade da década passada. Graças à Resolução 1.514 da ONU de 1960, foi possível à Argentina levar o caso das Malvinas ao âmbito multilateral, ganhando visibilidade internacional para a questão, para que pudesse tratar posteriormente de forma bilateral com a Grã-Bretanha, que até o momento não aceitava qualquer reclamação. Em 1964, o Comitê Especial encarregado de independência a povos coloniais das Nações Unidas aprovou por unanimidade, com exceção da Grã-Bretanha, um informe em que os dois países deveriam negociar a soberania das Ilhas e, em 1965, foi aprovado na Assembleia Geral. A diplomacia argentina considerou este um grande êxito, pois pela primeira vez se reconhecia que as Ilhas estavam em situação colonial, permitindo a Argentina reivindicar o direito sobre elas, consideradas como parte integrante de seu território, o que, na verdade, agravaria o conflito nas décadas seguintes, ao invés de se encontrar uma solução.

Outro ponto da política externa de Illia diz respeito à questão da intervenção na República Dominicana, o que está imbricado nas relações Argentina-EUA, mas também diz respeito às relações interamericanas, especialmente quanto à América Latina, e este tema se tornou motivo de disputa interna no país, motivo este que certamente fez o mandatário jogar no jogo de dois níveis de Putnam. Para evitar a chegada ao poder de Juan Bosch, político considerado anti-EUA, na República Dominicana, Washington decide intervir unilateralmente no país e pressionou os demais governos latino-americanos a contribuírem de alguma maneira ou dar algum tipo de apoio à operação, batizada de Operação Power Pack. Segundo Rapoport, a resposta da diplomacia argentina foi cautelosa e decidida a sustentar os postulados da autodeterminação e da não intervenção, consagrados na carta da OEA; entretanto, para satisfazer os EUA e setores das Forças Armadas, Illia vota favoravelmente à intervenção na reunião da OEA realizada em 1965, onde se argumentou que a República Dominicana estava em guerra civil, o que não passou de um pretexto dos EUA que mais uma vez temiam uma “nova Cuba”, daí o intervencionismo. Apesar de ter votado respaldando a intervenção e de ter assinado um acordo de assistência militar em 1964 com os EUA, a Argentina não

enviou tropas nem qualquer tipo de ajuda militar à República Dominicana, o que agradou aos setores da sociedade argentina que se opunham à intervenção. Autores como Catalina Smulovitz (1993) apontam que este foi um dos motivos da queda de Illia, em razão do descontentamento que provocou nas Forças Armadas a não colaboração da Argentina na operação, gerando um ambiente de frustração.

Um terceiro ponto a destacar é a tensão limítrofe que ocorreu com o Chile em fins de 1965, quando ficaram explícitas as divergências entre as Forças Armadas e o governo Illia, no episódio em que quarenta carabineiros chilenos invadiram a região de Laguna del Desierto, na província de Santa Cruz, e içaram a bandeira chilena, detendo um proprietário de uma estância. O general Onganía, comandante chefe do Exército, imediatamente ordenou o envio de efetivos para a zona de conflito visando a desalojar os chilenos, em um número de 150 *gendarmes*, enquanto os presidentes Eduardo Frei e Arturo Illia mostravam-se inicialmente indiferentes ao incidente. Antes que os *gendarmes* chegassem ao local, os presidentes dos dois países acordaram um prazo para a retirada dos carabineiros da região e o Ministro da Defesa minimizou o episódio considerando-o “*un incidente menor y que habia quedado zanjado*”. Já as Forças Armadas ficaram em prontidão para empregar a força em caso de uma nova invasão; conforme aponta Smulovitz, fontes da Secretaria de Guerra afirmavam que “*las ordenes no han sido cambiadas*”, o que levou a um enfrentamento entre os carabineiros que não haviam ainda se retirado do local e os *gendarmes* que chegaram para desalojá-los, resultando na morte de um soldado chileno. O Chile argumentou que ainda não havia vencido o prazo acordado para a retirada e, desde então, as Forças Armadas dos dois países decidiram reforçar sua presença nas zonas disputadas (SMULOVITZ, 1993).

Ao se analisar as relações internacionais do governo Illia, percebe-se claramente algumas fissuras no relacionamento com os EUA, especialmente na questão da anulação dos contratos petroleiros, e, internamente, com os militares argentinos azuis, o que criou um clima propício para um golpe de estado, bastante similar ao que ocorrera no Brasil em 1964, quando derrubaram o presidente João Goulart. O discurso era o mesmo, o da ameaça vermelha, expansão revolucionária, células guerrilheiras, infiltração comunista, insurreições das massas, penetração soviética na América Latina e assim por diante. Houve alguns atentados por parte de setores da extrema esquerda, mas nada de proporções maiores, e isso bastou para que os EUA financiassem uma propaganda na Argentina, inclusive através dos meios de comunicação, de que o país estava em plena convulsão social, à beira de uma guerra civil e que o presidente já não era capaz de

manter a ordem interna (RAPOPORT; LAUFER, 2000). Smulovitz, por outro lado, aponta que no último ano do governo Illia, debateu-se muito a questão da “eficácia governamental”, que servia de crítica da oposição ao governo, considerando-o primeiramente ilegítimo, já que o segundo maior número de votos foi em branco (dos peronistas); em segundo, incapaz de defender a Argentina de ameaças externas (como a infiltração comunista); em terceiro, por considerarem que o presidente deixara as fronteiras indefesas. Isso permitiu à oposição construir um novo consenso entre civis e militares, pondo fim à era radical:

El conflicto por la fijación de la agenda de problemas permitió a la oposición partidaria, a la prensa y a las FF.AA. hablar de ineficacia e inoperancia gubernamental allí donde el gobierno ni siquiera consideraba necesaria su presencia. Desde el punto de vista del gobierno, la cuestión de la ineficacia no existía porque el problema que según sus críticos requería soluciones no existía. La cuestión de la ineficacia gubernamental no fue sólo consecuencia de la escasa capacidad del gobierno para dar respuesta a problemas específicos, también fue producto de un "malentendido" acerca de la naturaleza e identidad de los mismos. (SMULOVITZ, 1993, p. 519)

Assim, tendo estudado na Escola das Américas (ou *United States Army School of the Americas*), no Panamá, e imbuído da Doutrina de Segurança Nacional e da percepção geopolítica de que havia “fronteiras ideológicas”, semelhante ao que pensava Castelo Branco, no Brasil, o general Juan Carlos Onganía parecia a figura mais certa para presidir este novo consenso através de uma ditadura que alteraria todo o sistema político e econômico do país até 1973. María Cecilia Míguez (2013) considera que ocorreu uma “nacionalização da Doutrina de Segurança Nacional” na Argentina, graças, entre outros fatores, aos estreitos laços dos militares azuis com os militares estadunidenses e com o próprio Departamento de Estado, relação especial e amistosa que vinha desde 1962. A instauração da ditadura começou logo após a destituição de Illia e revelou, na ata de 28 de junho de 1966, o caráter e o programa da autodenominada “Revolução”, cujos pontos principais foram: 1) a constituição de uma Junta Militar com os comandantes das três Forças Armadas até a escolha do novo mandatário da nação; 2) destituir de seus cargos o presidente e o vice-presidente da República e governadores e vice-governadores das províncias; 3) dissolver o Congresso Nacional e legislaturas provinciais; 4) separar de seus cargos os membros da Suprema Corte do Procurador Geral da Nação; 5) dissolver todos os partidos políticos do país; 6) colocava a Justiça sob as leis do Estatuto Revolucionário; 7) oferecia o cargo de Presidente da República ao tenente general Juan Carlos Onganía. O onганиato, a como

se refere Gregorio Selser (1973), cujo consenso interno inicial fora formado por militares, peronistas, centrais sindicais, setor rural, grandes e pequenos empresários e imprensa, excluindo-se apenas os radicais, os comunistas e os socialistas, restringiu as liberdades sob o pretexto de uma modernização capitalista, com ampla repressão sobre o operariado e as universidades. Tal consenso logo se esfacelou ao longo dos anos, e resultou na insurreição mais amarga para o governo, o Cordobazo, de 1969, o que levou Onganía a enviar tropas do Exército para pôr fim ao levante, o qual ao mesmo tempo revelava forte capacidade de resistência da população argentina descontente com o novo regime.

Os motivos do rompimento do consenso inicial estabelecido por Onganía se deu pelas próprias contradições do governo: anti-estatal mas desenvolvimentista, liberal mas com “compromissos” com a questão social, nacionalista mas que defendia maior abertura ao capital estrangeiro e isso será elemento-chave para a não conciliação de forças tão heterogêneas que primeiramente apoiaram o golpe. Não se conseguiu, como aponta Portantiero, e com o qual concorda Laguado Duca (2010), estabelecer uma hegemonia, no sentido gramsciano, dentre classes e frações de classes tão divergentes quanto às da Argentina dos anos 1960, de modo que não se podia, principalmente através da narrativa da promoção do desenvolvimento econômico, agregar discursos de certas frações sem excluir os de outras. Para Pierre Bourdieu (1999), a questão social, ontologicamente, é sempre uma questão política, tendo em vista que é na arena política onde se tomam as decisões que irão afetar a sociedade e permitir nosso pertencimento a ela; nesta arena, também, os intelectuais orgânicos realizam seu “capital simbólico”, o que na prática significa poder, ou, segundo o autor, “violência simbólica legítima”, quando tal poder é empregado para, através de suas enunciações, realizar ação constitutiva sobre o mundo. Nesse sentido que os enunciados de Onganía e suas aparentes contradições revelaram uma nova percepção do conceito de desenvolvimento, sempre associado à modernização capitalista e ao liberalismo, visando a agradar as forças díspares que o sustentavam no poder, especialmente as divergentes elites castrenses.

No plano econômico, em 1967 é nomeado para o Ministério da Fazenda Adalbert Krieger Vasena, representante da burguesia industrial e inspirado nas políticas que De Gaulle aplicara na França, e que põe em prática o que ficou conhecido como “Plano Krieger Vasena”, tentativa de estabilização do governo Onganía, cujos objetivos eram primordialmente atacar a inflação e o enorme déficit fiscal, os quais se deram

através de 1) uma forte desvalorização do câmbio ante o dólar (cerca de 40%); 2) um acordo com os 100 maiores empresários do país para que não houvesse aumento de preços enquanto não houvesse aumento salarial ou de impostos (o que dispensou o congelamento de preços); 3) o estabelecimento de um significativo imposto sobre as exportações e o corte de mais da metade dos direitos de importações; 4) prorrogação dos convênios coletivos de trabalho por 18 meses, ao passo que se outorgou um aumento salarial de 15% em média. O tom keynesiano do programa econômico do governo Onganía estava nos investimentos públicos em infraestrutura, considerada um estrangulamento do país, e até mesmo em habitação e, para tal empresa, contou com empréstimos do Banco Mundial e do BID, além de ter colocado títulos à venda no mercado externo; graças à construção de grandes obras públicas a economia lentamente se recuperou e a Argentina instalou sua primeira usina nuclear. A inflação recuou gradativamente de 27,3% (1967) para 9,6% (1968) e 6,7% (1969), apontando para um aparente sucesso das medidas econômicas. Em 1969, diante do Cordobazo, Onganía substituiu seu ministro da Fazenda por Jose María Pastore, que basicamente tentou manter o mesmo plano econômico, mas, por motivos muito mais da complexa política interna, o governo cai em 1970 (VERCESI, 2001).

O que se instalou na Argentina em 1966 — e no Brasil em 1964, e no Chile em 1973 — foi um Estado burocrático-autoritário (BA), conforme a definição de Guillermo O'Donnell (1987), cujas características próprias o diferiam do autoritarismo tradicional, do populismo e do fascismo. São elas: 1) as posições superiores são ocupadas por pessoas oriundas de organizações “complexas e altamente burocratizadas”, como Forças Armadas, o próprio Estado, grandes empresas; 2) são sistemas de exclusão política¹; 3) são sistemas de exclusão econômica²; 4) são sistemas despolitizantes, reduzindo as questões sociais e políticas públicas a questões técnicas; 5) correspondem a uma etapa de transformações nos mecanismos de acumulação, que formam parte do aprofundamento do capitalismo “periférico e dependente”, dotado de extensa industrialização. O autor assim resume um BA:

Este emerge como resposta de exclusão do setor popular à crise em que se desembarcam o populismo e os seus epígonos desenvolvimentistas. Após

¹ Sistemas de exclusão política tendem a fechar os canais de comunicação do Estado com o setor popular, bem como desativá-lo politicamente através da repressão e dos controles verticais sobre os sindicatos (O'DONNELL, 1987, p. 21).

² Sistemas de exclusão econômica reduzem e pospõem para um futuro indeterminado as aspirações de participação econômica do setor popular (op. cit.)

essas crises a exclusão do setor popular aparece para muitos como requisito para conseguir — e para a garantia da sua futura manutenção — de uma “ordem” social e de uma estabilidade socioeconômica que, por sua vez, são condição necessária para atrair, na continuidade e quantidade necessárias, o capital internacional. Sem este [...] o aprofundamento destes capitalismo não pode ser seriamente empreendido. [...] O Estado BA transforma profundamente a sociedade, procurando controlá-la e torná-la predizível, não de qualquer maneira mas na forma que torna possível obter as transfusões de capital eterno necessárias para o aprofundamento. (O’DONNELL, 1987, p. 33)

No plano externo, o primeiro ponto a se destacar era novamente a questão das Ilhas Malvinas, que no final do governo Illia obteve-se um primeiro êxito quanto às negociações com a Grã-Bretanha, abrindo uma nova etapa nos entendimentos. Desde a instalação da “Revolução Argentina”, ocorreram inúmeras reuniões secretas, formais e informais, entre as partes, em que se chegou muito próximo de um acordo, embora a Grã-Bretanha enfrentasse internamente a oposição de setores interessados na exploração econômica das Ilhas. O segundo logro veio em agosto de 1968, oportunidade em que as duas nações assinaram um “Memorando de Entendimento”, em que se ficou acordado que a disputa sobre a soberania das Ilhas deveria levar em conta a população que nelas habita, além de se estabelecer uma série de medidas visando a estreitar a comunicação e o movimento entre o arquipélago e o continente. Finalmente, de acordo com Rapoport (2000), o Reino Unido comprometia-se a entregar a soberania das Ilhas Malvinas à Argentina, em uma data “a combinar”, o que significou um dos compromissos mais sérios e explícitos de passar a soberania das Ilhas. Entretanto, o governo argentino demorou a assinar o documento e, quando a chancelaria foi requerer a transformação do Memorando em atos oficiais de ambos os governos, a Grã-Bretanha argumentou que, diante da demora argentina, tinha desistido da assinatura, resultando num “severo fracasso diplomático argentino” (RAPOPORT, 2000, p. 637).

Quanto às relações com a URSS e o Leste europeu, no governo Illia timidamente havia ocorrido uma aproximação que visava à assinatura de um acordo comercial diante do interesse soviético nos grãos argentinos, contudo no onganiato ocorreria um total afastamento e a paralisação das negociações, graças à adesão aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional e do estreito relacionamento dos militares argentinos com os EUA e com a Europa Ocidental. Quanto às relações com o Brasil, havia um interesse brasileiro de se avançar no processo de integração regional a partir do eixo Argentina-Brasil e, imbuído deste sentimento, Roberto Campos, Ministro do Planejamento visita Buenos Aires em 1967 para propor uma união aduaneira num prazo

de cinco anos entre os setores siderúrgico, petroquímico e agrícola dos dois países. Ainda, o chanceler brasileiro Juracy Magalhães propôs à Argentina a construção de uma siderúrgica internacional em Corumbá, junto com a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai, para o aproveitamento do ferro de El Mutún, na Bolívia. Entretanto a questão siderúrgica era estratégica para ambos os governos e estava ligada à indústria bélica, portanto, entrava na seara da defesa nacional, onde Brasil e Argentina disputavam a liderança no subcontinente, como diz Rapoport “*desde la óptica nacionalista de los militares argentinos, toda cooperación con aquel país [Brasil] significaba colocar al nuestro en una posición subordinada [...]*”, porque o Brasil estava muito mais avançado em termos de siderurgia, era rico em ferro e ainda tinha grande potencial hidrelétrico, coisas das quais a Argentina carecia (RAPOPORT, 2000, p. 634). Na questão do uso das águas da Bacia do Prata, os dois países vizinhos também entraram em desacordo, em razão da nova política exterior argentina, que concebia aos rios da Bacia como um meio de poder e influência geopolítica sobre o Brasil. Havia um projeto de integração na questão hídrica desde o governo Illia, mas que agora o Palácio San Martín refutava e arguia sobre a questão com base nos tratados internacionais, tentando dissuadir a chancelaria brasileira sobre o aproveitamento energético unilateral do Prata.

Com relação à CEE, a Argentina buscou diminuir sua dependência em relação aos EUA estreitando relações com a Europa, para o financiamento de importantes obras de infraestrutura e de telecomunicações, como no caso da construção da estação terrena de comunicações por satélite de Balcarce, bem como adjudicou a construção da central atômica de Atucha a uma empresa alemã. Ainda, a aproximação se deu no terreno dos armamentos, mesmo sendo o maior provedor os EUA e, para tanto, estabeleceu-se o “*Plan Europa*”, visando a modernizar as tropas argentinas, através do desenvolvimento da indústria nacional de armamentos, fornecidos pelos europeus. De acordo com Rapoport, o Exército argentino estabeleceu um contrato com a França para a compra de veículos blindados e peças de artilharia de longo alcance. Por fim, a Armada Argentina buscou novos provedores, já que as unidades mais modernas eram de propriedade dos EUA, que buscavam renovar esse contrato por mais cinco anos, o que na prática transformava a frota nacional argentina em uma força da Marina estadunidense, para o desagrado da Casa Rosada.

3.1.2 Da geração de 1960 ao *Tercer Cine*

Parece equivocado associar a queda de Perón em 1955 com a gestação da geração de 1960; em primeiro lugar, porque, apesar da “férrea condução da indústria cinematográfica”, houve uma produção paralela independente de relevância, com curtas-metragens como *La flecha y un compás* (1950), de David Kohon e *Un teatro independiente* (1954), de Víctor Iturralde, para citar alguns. A segunda metade dessa década enfrentaria uma semiparalisia do cinema nacional, ao passo que se travava com o governo uma luta dos diretores por uma lei de incentivo à indústria cinematográfica e ao curta-metragem; inexistiam escolas de cinema no país, o que obrigava muitos cineastas a estudarem na Europa (rendendo-lhes críticas de que estavam fazendo um cinema “europeizado” ao retornarem); mesmo assim, a produção de curtas não diminuiu e chegou a um número de 35 películas em 1958. Faz-se importante notar que o movimento de realização de curtas-metragens em 16 e 35mm dos anos 1950, partindo das universidades, inclusive do interior, era essencialmente independente, embora, em 1957, tivesse contado com o apoio governamental com a criação do Fundo Nacional das Artes e do surgimento de festivais, que premiavam em valores generosos. Ao chegar à presidência Frondizi, o cinema vai sofrer mais dificuldades em termos de exibição, o que leva Simón Feldman (1990) a vincular as mudanças institucionais por que passou a Argentina na década de 1960 com a instabilidade no cinema nacional. O governo Frondizi, que assumiu em 1958, revelou-se um entrave ao cinema argentino não convencional, através de medidas de censura, oposição à aprovação de roteiros e no fornecimento de créditos, qualificações “B” para a maioria dos filmes que não agradavam ao governo, o que significava, nas palavras de Feldman, “*la muerte civil de algunas películas*”, além de uma reação do setor tradicional da produção e da exibição, que consideravam os novos cineastas como “aventureiros” (FELDMAN, 1990).

Nos três anos seguintes, contudo, ocorreu o “parto” dos filmes que podem ser considerados os precursores da renovação do cinema argentino da década de 1960, quais sejam, *Río abajo* (1960), de Enrique Dawi, *El negoción* (1959) e *Los de la mesa diez* (1960), de Simón Feldman, *Prisioneros de una noche* (1962) e *Tres veces Ana* (1961), de David Kohon, *El crack* (1960), de José Martínez Suárez, *Tiernas ilusiones* (1961), de Dino Minniti, *El centro forward murió al amanecer* (1961), de René Mugica e *Shunko* (1960) e *Alias Gardelito* (1961), de Lautaro Murúa. Todas essas películas tinham em comum o fato de que se afastavam dos enfoques notadamente comerciais ou

industrialistas (FELDMAN, 1990). Infortunadamente estes diretores não puderam continuar os seus trabalhos durante a década, em razão da instabilidade política do país, que se refletia no apoio estatal ao cinema não convencional, por vezes interrompido em razão dos golpes militares que ocorreram naqueles anos, além do forte rechaço a esta nova corrente por parte de setores oficiais e de profissionais do cinema tradicional, muitas vezes dificultando a exibição e a conseqüente chegada dos filmes ao público. Ainda, havia críticas no sentido de que era um cinema de influência estrangeira, particularmente da *Nouvelle Vague*, ao que Feldman responde que é impossível no mundo das artes, bem como no cinema, não haver influências globais, entretanto, os primeiros filmes da geração de 1960, apesar da influência internacional, constituíram um cinema que retratava essencialmente o nacional: “*El mundo en que se miraban era el mundo nuestro, el que nos rodeava, y al que cada uno miraba con sus propios ojos*” (FELDMAN, 1990, p. 51).

O grande perigo de simplesmente reproduzir a miséria argentina, através de imagens comovedoras de crianças humildes, aborígenes *mapuches*, pessoas pobres nas ruas, como vinha fazendo desde o final dos anos 1950 o cinema brasileiro e sendo muito elogiado no exterior, era que se corria o risco de simplesmente mostrar cenas naturais da população local que, aos olhos do europeu, soam exóticas, mas que, no fundo, não possuem, segundo Feldman, “nenhuma profundidade conceitual, nenhum rigor analítico”, com o qual concorda o diretor Fernando Birri e o boliviano Jorge Sanjinés, no sentido de que somente o povo sabe da opressão que sofre e não os cineastas que tentaram o retratar nas películas. Essa corrente ficou conhecida como “miserabilismo”, por não apenas mostrar os pobres, mas por “caçá-los” para seus filmes, de modo a oferecer a imagem mais terrível, mais degradante, mais miserável possível, transformando um problema real em um efeito impactante no público, algo que para Feldman não poderia ser senão superficial, posto que fosse acrítico (FELDMAN, 1990, p. 64). É certo que era preciso denunciar a condição de subdesenvolvimento que vivia a Argentina, bem como os demais países latino-americanos, mas não dessa forma; era preciso um movimento que unificasse a ânsia de certos diretores de realizarem filmes verdadeiramente realistas, nacionais, populares e críticos.

Um diretor que ganhou destaque e acabou por provocar uma imensa influência na nova onda cinematográfica até no Chile foi Fernando Birri, diretor da Escola de Cinema Documental de Santa Fé, onde estudou Raúl Ruiz, mas que não se interessou pela linha proposta por Birri da mesma forma que Aldo Francia o fez. Em 1956,

Fernando Birri funda o Instituto de Cinematografía da Universidade Nacional do Litoral (Santa Fé), onde pode desenvolver seus projetos de cinema-documento. Outro diretor chileno importante do *Nuevo Cine* daquele país foi Sergio Bravo, que em 1959 teve sua curta *Trilla* (1957) convidado para a Semana de Cine Documental de Santa Fé, onde teve contato com Birri, que passou a ser seu referente principal (MOUESCA, 2005; FELDMAN, 1990; CAVALLO; DIAZ, 2007). Em 1964, Fernando Birri lança o Manifesto de Santa Fé, onde expõe sua ideia de cinema engajado:

El subdesarrollo es un dato de hecho para Latinoamérica, Argentina incluida. Es un dato económico, estadístico. Palabra no inventada por la Izquierda [...] Sus causas son también conocidas: colonialismo, de afuera y de adentro. El cine de estos países participa de las características generales de esa superestructura, de esa sociedad, y la expresa, con todas sus deformaciones. Da una imagen falsa de esa sociedad, de ese pueblo, escamotea al pueblo: no da una imagen de ese pueblo. De ahí que darla sea un primer paso positivo; función del documental. ¿Cómo da esa Imagen el cine documental? La da como la realidad es y no puede darla de otra manera. [...] Problematicación. Cambio: de la subvida a la vida. Conclusión: ponerse frente a la realidad con una cámara y documentarla, documentar el subdesarrollo. El cine que se haga cómplice de ese subdesarrollo, es subcine. (BIRRI, 1964, p. 1)

Apesar de, após a queda de Frondizi, o cinema argentino dos anos 1960 ter tido seu apogeu até 1965, de acordo com Feldman, houve muitos entraves ao seu desenvolvimento, como a própria instabilidade política do país, cheia de mudanças de governo e agitações, cujos governantes do período muitas vezes lançavam mão de forte censura aos filmes daquela geração, além da incapacidade, tanto por parte das autoridades como dos realizadores e produtores independentes, de integrar esforços para criar “*una estructura que les permitiera encarar una economía productiva*” (FELDMAN, 1990, p. 61). Havia, ainda, um novo concorrente ao cinema: a televisão, que passou a exercer grande influência em parte da população, aliado ao encarecimento das entradas, que fazia diminuir dia após dia o número de espectadores nas salas de cinema. A crítica, que no início, exaltou o novo cinema argentino, agora o criticava, apoiada nas novas ondas europeias e, assim, exigiam um cinema “mais argentino”, do que o que vinha sendo feito até então. Como se tratava de um processo de construção de um novo movimento, era de se esperar uma reação, haja vista que se tratava de uma arte de espírito criativo e provocador, e foi assim que a *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA) passou a perpetrar atentados violentos contra institutos de filmes e demais entidades ligadas ao movimento. A extrema-esquerda, por

outro lado, criticava o fato de se estarem usando as minorias para mero bel prazer de jovens pedantes, crítica que, com o amadurecimento do *Tercer Cine*, iria revelar-se totalmente infundada.

Faz-se importante notar que, apesar de ser um cinema intelectual, originado das universidades e dos cine clubes, havia uma preocupação, inicialmente de Fernando Birri, ao fundar a Escola de Santa Fé, em levar tais documentários ou fotodocumentários ao alcance do público e, para tal empresa, não poupou esforços junto ao reitor da Universidade do Litoral para que se criassem salas de cinema na universidade e também na cidade de Santa Fé. Havia uma preocupação didática neste movimento, que se inspirava no neorrealismo italiano, haja vista que Birri estudou em Roma, no sentido de não buscar apenas um estilo, mas sim um conteúdo, “a técnica acompanhada de sentido”, questionando a forma tradicional de se fazer cinema, o cinema de *auteur* e propondo que os filmes sejam feitos por pessoas comuns e coletivamente. Para isso, no Instituto Cinematográfico de Santa Fé criaram-se cursos de cinema, seminários, exposições (não só de curtas, mas de artes plásticas no geral), congressos internacionais com diretores latino-americanos e europeus e mostras de filmes clássicos, a mais notável em 1960, em parceria com a Cinemateca SODRE, do Uruguai (LIMA, 2006). Os filmes realizados pelos alunos de Santa Fé eram todos embasados em uma ampla pesquisa social prévia, realizada durante o curso de cinema, dentre as quais se pode destacar *Los 40 cuartos* (1962), dirigida pelo estudante Juan F. Oliva, como tese de conclusão de curso; a película foi cassada em 1963, com base no decreto-lei n.º 4965/59.

Em 1966, com o golpe que levou o general Onganía ao poder, ocorreu verdadeiro retrocesso na vida cultural do país, onde, de acordo com o escritor da geração de 1960 Ernesto Schóo, o resultado foi “*êxodo de cérebros, desprestígio del país, parálisis unversitaria, atraso tecnológico y científico*”, porque muitos estudantes, professores e pesquisadores universitários foram presos ou desapareceram por serem tomados como “agitadores marxistas”. Em 1968, foi aprovada uma nova lei de censura, a lei n.º 18019, específica para a indústria cinematográfica e que, curiosamente, foi aprovada por um Congresso de maioria peronista. Neste período, verificou-se ainda a decadência e o desmantelamento pelo governo do Instituto Di Tella, entidade criadora de grande importância para o cinema não convencional argentino, bem como promotora de grandes mudanças culturais no país, o que, de acordo com o autor, enfurecia o “medieval” Onganía (FELDMAN, 1990).

A maturidade da chamada “geração de 1960” viria no final da década, com o manifesto dos diretores Fernando Solanas e Octavio Getino: *Hacia un tercer cine*, onde defendiam um “Terceiro Cinema”, um cinema do Terceiro Mundo, dos países que lutavam por libertação, aqueles do G77, o grupo dos Países Não Alinhados oriundos da Conferência de Bandung de 1955; em suma, o cinema dos povos oprimidos e das minorias, e daí a necessidade de se resistir ao neocolonialismo, ao imperialismo estadunidense e a um sistema econômico que tornara visível a desigualdade social entre os povos e dentro de suas realidades nacionais. O conceito de Terceiro Cinema surge em oposição aos de Primeiro e Segundo Cinemas: o Primeiro Cinema é identificado por estes autores diretores como um cinema opressivo, alienador, para o puro entretenimento e cujo propósito maior é atender aos interesses dos Estados Unidos no que tange a sua face imperialista diante do mundo. O Segundo Cinema seria o cinema de arte, o cinema artístico seja europeu ou norte-americano, o cinema de autor, e cujos traços também são a alienação política e o desengajamento com as causas sociais, um cinema claramente burguês cuja ideologia era a “arte pela arte” (GALT; SCHOONOVER, 2010).

Em *Hacia un tercer cine*, Fernando Solanas e Octavio Getino finalizam o manifesto de certa forma respondendo a futuras críticas sobre de que modo o cinema pode contribuir para alterar a realidade dos povos, em especial a da Argentina e dos demais países latino-americanos, para o que, com precisão cirúrgica, afirmam:

Somos conscientes que con una película, al igual que con una novela, un cuadro o un libro, no liberamos nuestra patria, pero tampoco la liberan ni una huelga, ni una movilización, ni un hecho de armas, en tanto actos aislados. Cada uno de estos o la obra cinematográfica militante, son formas de acción dentro de la batalla que actualmente se libra. La efectividad de uno u otro no puede ser calificada apriorísticamente, sino a través de su propia praxis. Será el desarrollo cuanti y cualitativo de unos y otros, lo que contribuirá en mayor o menor grado a la concreción de una cultura y un cine totalmente descolonizados y originales. Al límite diremos que una obra cinematográfica puede convertirse en un formidable acto político, del mismo modo que un acto político, puede ser la más bella obra artística: contribuyendo a la liberación total del hombre. (GETINO; SOLANAS, 1969, p. 26)

Estava lançado um novo movimento, cujo filme de estreia teve seu processo de produção realizado clandestinamente, em razão da ditadura de Onganía, e que foi consagrado no Festival de Cinema de Viña del Mar, no *II Festival de Nuevo Cine Latinoamericano*, de 1969: *La hora de los hornos: notas y testimonios sobre el*

neocolonialismo, la violencia y la liberación (1968). No ano de seu lançamento, a película era exibida para militantes, ativistas, operários e universitários e sempre acabava em uma reunião política, em que o público não era mais puramente espectador, mas participava de um espírito coletivo de mudança; o filme infelizmente acabou sendo exibido no circuito somente em 1973, quando a conjuntura internacional já era bastante díspar de 1968 (GETINO; SOLANAS, 1969).

3.2 BRASIL

A década de 1960 no Brasil inicia com a inauguração da cidade de Brasília, no final do mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1960), tentando passar a impressão de um país moderno, em vias de desenvolvimento, com uma nova capital totalmente planejada e estrategicamente posicionada no Planalto Central. JK passa a presidência para Jânio Quadros em 1961, não sem uma tentativa de golpe, cujo vice-presidente, João Goulart, assume a presidência após a renúncia de Jânio depois de poucos meses de governo. A posse de João Goulart foi conturbada e foi preciso se iniciar a partir do sul do país o chamado Movimento da Legalidade, cujo mentor fora Leonel Brizola, para garantir que Goulart pudesse assumir a presidência, conforme previa a Constituição. Os anos Goulart foram de extrema conturbação, semelhante ao que ocorrera na Argentina e no Chile, em momentos distintos, porém no mesmo recorte histórico, o que resultaria na instalação de um BA no Brasil através do golpe de 31 de março de 1964, dando início a ditadura civil-militar sob a presidência do Castelo Branco (1964-1967), considerado da Escola da Sorbonne, e que seria sucedido por um militar da chamada “linha dura”, Costa e Silva (1967-1969).

Os temas que permeavam a década na sociedade brasileira e nas elites dirigentes eram principalmente “inflação”, “desenvolvimentismo” e “reforma agrária” e o período até o golpe de 1964 é considerado por muitos historiadores como uma era populista, que vinha desde 1946. Getúlio Vargas, nesta lógica, teria aplicado um nacionalismo populista, bem como JK um desenvolvimentismo associado. A política econômica de Jânio e, depois, de João Goulart, é difícil de definir, mas o maior êxito destes dois governos foi no plano externo, com a Política Externa Independente (PEI). Com o golpe, veio a nacionalização da Doutrina de Segurança Nacional pelos militares brasileiros, e alguns anos depois, viria a violenta repressão através do Ato Institucional N.º 5 (AI-5), embora economicamente o país vivesse o “milagre brasileiro”. Pretende-se abordar este estudo de caso em três blocos: o primeiro, do final do período populista até o golpe militar (1961-1964), analisado em conjunto; o segundo, do governo Castelo Branco (1964-1967); e, o terceiro, do governo Costa e Silva (1967-1969), pois cada um desses dois últimos mandatos tiveram diferenças marcantes quanto às políticas econômica e externa que impossibilitam agrupá-los em um bloco só.

3.2.1 Contexto interno e externo: Jânio-Goulart, Castelo Branco e Costa e Silva

A situação do Brasil em 1960 não era diferente da do Chile e da Argentina, e dos demais países da América Latina: grande crescimento demográfico (71 milhões de habitantes); 55% da população no campo e o início do êxodo rural, haja vista que as condições no campo eram extremamente desfavoráveis (altos níveis de analfabetismo, pobreza e miséria); o que se justifica pelo caráter singular do capitalismo latino-americano: o de “dependente” das grandes potências capitalistas ocidentais, como defende Vania Bambirra (1974). O cenário político orbitava em torno de três grandes partidos: a UDN, integrada pelas classes médias urbanas — intelectuais, comerciantes, profissionais liberais, advogados —, e que se apresentava como um partido democrata e liberal; e dois partidos de influência varguista, o PSD, representante da burguesia rural vinculada à burocracia, que dominava o aparelho do Estado desde a queda de Getúlio; e, o PTB, fundado por Vargas, representante dos interesses e reivindicações do operariado industrial, com uma participação eleitoral crescente. Havia, no entanto, outros partidos menores, mas de influência apenas regional ou estadual, como PSP, PL, PDC, PSB, PRP e o PCB, este último na ilegalidade (GUIMARÃES, 2013).

Desde a metade dos anos 1950 havia importante agitação social, através do surgimento das Ligas Camponesas, iniciadas no Nordeste, que, segundo João Pedro Stedile (2012) “foram o principal movimento camponês de massas da década de 1960 e colocaram, na ordem do dia, sua palavra de ordem: reforma agrária na lei ou na marra.”. As Ligas tiveram grande influência das políticas agrárias cubanas:

A Revolução Cubana exerceu grande influência no conteúdo político e no crescimento das Ligas Camponesas. Em abril de 1960, dois dirigentes das Ligas (Francisco Julião e Clodomir Moraes) acompanharam o candidato à presidência da República Jânio Quadros, em sua viagem a Havana e Caracas, de onde regressaram entusiasmados com a reforma agrária cubana e com o grande movimento rural que se realizava na Venezuela, com mais de mil sindicatos agrícolas e umas trezentas ligas camponesas. (STEDILE, 2012, p. 45)

Como a intervenção estadunidense parecia evidente, Cuba buscava solidariedade na América Latina, mas não contou com este apoio no início dos anos 1960 no Brasil, em razão de os partidos de esquerda, socialistas, comunistas e o PTB estarem, na campanha eleitoral, comprometidos com o candidato nacionalista, general Teixeira Lott. Passada a eleição, o Comitê Estadual do PCB de Pernambuco recomendou a

solidariedade a Cuba, o que levou à criação do Comitê Nacional de Solidariedade com a Revolução Cubana, dirigido por fidelistas pertencentes a organizações políticas de esquerda, como membros do PSB e do PCB. Entretanto, com a expansão das Ligas Camponesas pelo interior do nordeste e pelo resto do Brasil, houve atritos entre os que defendiam apenas a reforma agrária e que, por essa razão, argumentavam que a luta antiimperialista não deveria ocupar espaço principal em detrimento da reivindicação por reforma agrária. O movimento cresceu vertiginosamente e constituiu-se o Comitê Nacional das Ligas Camponesas, que contava com o apoio dos partidos já citados, mas também de setores da esquerda cristã, representados por organizações como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Popular (AP). Os que combatiam as Ligas eram basicamente setores reformistas do PCB, a direita latifundiária e conservadores da Igreja Católica. O governo respondeu com a criação da SUDENE e buscou financiamento norte-americano para projetos de desenvolvimento para o Nordeste.

Jânio Quadros assume a presidência, em janeiro de 1961, amparado por uma ampla coalizão, constituída por partidos conservadores aliados ao capital estrangeiro e por setores popular sensíveis ao apelo populista das propostas de governo. No plano econômico, adotou-se uma política econômica conservadora, “uma tentativa ortodoxa”, ao passo que os dirigentes denunciavam uma herança maldita deixada por JK: aceleração inflacionária, indisciplina fiscal e deterioração do balanço de pagamentos. Em março, o governo altera o regime cambial, através da Instrução 204 da SUMOC, com o objetivo de desvalorizar a taxa de câmbio e unificar o mercado cambial; com tais medidas o Ministro da Fazenda Clemente Mariani Bittencourt (da UDN) pretendia estancar o processo inflacionário; ainda, o governo encontrou formas alternativas de gerar recursos domésticos no mercado cambial através de Letras de Importação e depósitos de importação. A dívida externa foi escalonada, através de acordos com os EUA e com a CEE, além de o governo ter obtido novos empréstimos; entretanto, o estoque da dívida externa aumentou de US\$ 2.372 milhões (final de 1960) para US\$ 2.835 milhões (final de 1961) e US\$ 3.005 milhões (final de 1962), mantendo-se estável até 1964, ou seja, apenas um “alívio temporário” (ABREU, 1990, p. 199; VIZENTINI, 1995, p. 181).

No plano externo, o chanceler Afonso Arinos, embora conservador, formulou uma política externa progressista que ficou conhecida como Política Externa Independente (PEI), elaborada em parceria com San Tiago Dantas e Araújo Castro.

Tanto Paulo Vizontini (1995) quanto Samuel Pinheiro Guimarães (2013) concordam que a PEI, em realidade, não representou totalmente uma inovação, mas sim uma mudança na tradição da política externa que se manifestava timidamente nos governos anteriores e indicava profunda inquietação por alteração nas diretrizes. As bases internas da PEI, segundo Vizontini, resultam de uma “oposição dialética entre as políticas externa e interna de Quadros”, e encontram-se no novo perfil sócio-político do Brasil dos anos 1960, cujas mudanças sócio-econômicas permitiram a mobilização de setores que exigiam cada vez mais participação na política, como os trabalhadores industriais e do campo; os grupos dominantes, por sua vez, administravam com “relativa eficácia” o processo de criar canais de expressão política para a população, através do populismo, que unificava essas bases através do nacionalismo herdado desde Vargas (VIZENTINI, 1995, p. 182-183). As bases externas da PEI encontram-se, por sua vez, nas profundas transformações que o cenário mundial apresentaria, no contexto de um sistema internacional bipolar, característico da Guerra Fria, a qual evoluía de maneira desfavorável aos EUA, já que a URSS crescia, oferecendo novas possibilidades de cooperação econômica e tecnológica para os países do Terceiro Mundo e, junto a este crescimento, surgiam tensões internas no lado Leste do conflito, como a Iugoslávia e a China Continental. Ainda, emergiram novos polos concorrentes aos EUA, como a CEE e o Japão, o que favorecia um maior multilateralismo nas relações internacionais, influenciando a formação da PEI, que partia da percepção realista de que, nas relações hemisféricas, o Brasil oferecia poucos recursos para enfrentar a potência hegemônica do norte.

A PEI se manifestou em três fases: a primeira, que compreende o breve governo de Jânio Quadros, caracteriza-se por um “neutralismo temperado”, já que o presidente era simpático a De Gaulle, Nasser e Tito — além de ter condecorado o Ministro da Fazenda de Cuba, Ernesto “Che” Guevara; a segunda, de agosto de 1961 a fins de 1962, reveste-se de uma acentuada continuidade, embora o cenário fosse de crise interna e polarização ideológica, com necessidade de melhorar o relacionamento com os EUA; a terceira, por fim, vai de 1963 até o golpe de 1964, influenciada por Araújo Castro, com ênfase no desenvolvimento. Faz-se necessário salientar os princípios mais importantes da PEI: 1) ampliação do mercado externo dos produtos primários, através da redução tarifária para a América Latina e da intensificação de relações comerciais com “todas as nações, inclusive as socialistas”; 2) formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico e aceitação de ajuda internacional; 3) necessidade de manutenção da paz por

meio da coexistência pacífica entre Estados e do desarmamento geral e progressivo; 4) não intervenção nos assuntos internos de outras nações, autodeterminação dos povos e primado absoluto do Direito Internacional; 5) emancipação completa dos territórios não autônomos (VIZENTINI, 1995). Na prática, resultou numa ampliação e diversificação de parcerias (não apenas na esfera comercial), com a América Latina, a África e a Ásia, haja vista que se pretendia exportar produtos primários para países capitalistas e socialistas industrializados e importar bens de capital para as indústrias brasileiras; pois, nas palavras de Jânio, “a rápida ampliação do mercado externo de nossos produtos tornou-se um imperativo do desenvolvimento do país” (p. 197).

Como decorrência do princípio da autodeterminação dos povos, o governo Jânio Quadros apoiou integralmente a independência de todas as colônias do Terceiro Mundo, independente de sua forma jurídica em relação às metrópoles, objetivando colocar o Brasil como uma potência intermediária simpática às novas nações recém-emancipadas. De acordo com Vizentini, “o mundo afro-asiático possibilitava ao Brasil escapar ao rígido controle no plano hemisférico e colocava o país numa posição mais elevada no meio internacional” (p. 205). A PEI, entretanto, foi desafiada com a visita, em 1961, do embaixador dos EUA, Adolf Berle Jr., em busca de apoio político, propagandístico, financeiro e armado para a invasão de Cuba. Segundo Guimarães, o plano estadunidense era realizar intervenções “à direita” na República Dominicana e no Haiti, para contrapor à esquerda de Cuba, porém Quadros tratou da questão pessoalmente e “recusou firmemente dar o aval brasileiro à aventura que viria a fracassar [a invasão de Cuba]” (GUIMARÃES, 2013, p. 968). Isso serviu de alerta, principalmente à imprensa aliada dos EUA e defensora dos valores ocidentais cristãos, de que a política de não intervenção e de autodeterminação dos povos seria aplicada com rigor. Nesse contexto, Arinos defendia que se tratasse da questão no âmbito da ONU, e não no da OEA, além de ter buscado apoio na questão com os países da América Latina.

Em agosto de 1961, é enviada à República Popular da China uma missão comercial chefiada pelo vice-presidente João Goulart, e, durante tal visita, Quadros renuncia à presidência, o que gerou um clima propício para um golpe de estado, haja vista que suas políticas desagradavam quase todos os setores da sociedade civil e militar, gerando um clima de “crise ininterrupta” até o golpe de 1964, resultado do esgotamento do processo de substituição de importações (PSI) e das contradições do capitalismo dependente brasileiro (VIZENTINI, 1995; BAMBIRRA, 1974). Após a renúncia, os ministros militares da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica manifestaram-

se contra a posse de João Goulart, o que dividiu o país e provocou a reação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o qual iniciou o “Movimento da Legalidade”, com o apoio do III Exército, através do general Machado Lopes, do governador de Goiás, Mauro Borges, e de setores da esquerda. A solução encontrada pelo Congresso foi a criação do parlamentarismo no país, e assim, Goulart assumiu a presidência, porém com poderes limitados, enquanto o Primeiro-Ministro ficara Tancredo Neves, do PSD. No MRE, assume San Tiago Dantas, do PTB, e na Fazenda, Walter Moreira Salles. Esta nova conjuntura dificultaria a implementação da PEI, pois o “processo de tomada de decisões altera-se”, sendo a Câmara dos Deputados trazida para o centro do processo decisório; mas, por outro lado, dava maior autonomia ao Chanceler e ao Itamaraty diante do enfraquecimento do poder do presidente.

O governo João Goulart (1961-1964) inicia marcado por uma “suspeição ideológica”, nas palavras de Vizontini, o que significou grande oposição da imprensa e de setores conservadores que o consideravam esquerdista, levando o presidente a não medir esforços para apaziguar estas forças até 1963, quando, através de um plebiscito, o parlamentarismo acaba e Goulart assume como presidente *de facto*, gerando enorme preocupação nos EUA, em razão da PEI e da promessa de reformas de base, o que, aos olhos estadunidenses, significava um governo com posições à esquerda, possivelmente uma “nova Cuba”, em um país que, para os norte-americanos, era estratégico no continente. Assim:

A CIA começa a atuar com maior intensidade no Brasil, e apoia os empresários, políticos e militares opostos ao governo que criavam entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Essas organizações aproximaram-se da ESG e receberam ajuda americana e de empresas multinacionais brasileiras. Os institutos colhiam informações, elaboravam estudos e articulavam politicamente a ação contra o governo. Candidaturas direitistas eram financiadas, além de o IBAD criar movimentos políticos, sindicatos, ligas femininas e até associações rurais no Nordeste para contrapor-se aos esquerdistas e nacionalistas. (VIZENTINI, 1995, p. 255)

Com a chegada de Hermes Lima no MRE, a PEI sofre a influência das teses de Araújo Castro, abandona a estratégia da “barganha neutralista” e passa a priorizar o caráter desenvolvimentista. San Tiago Dantas assume o Ministério da Fazenda e Celso Furtado é nomeado para o Ministério Extraordinário de Assuntos de Desenvolvimento Econômico. A atuação de Hermes Lima foi moderada e um dos episódios notáveis foi a proibição do Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba, no qual participariam,

entre outros, Bertrand Russell, Jean-Paul Sartre e Lázaro Cárdenas, que tiveram seus vistos de entrada negados. Em 1963, Goulart realiza uma nova reforma ministerial, nomeando Carvalho Pinto para a Fazenda e Lins e Silva para o MRE, o qual procurou associar a PEI a princípios éticos cristãos, com base na Encíclica do Papa João XXIII. O objetivo era estabelecer uma “unidade interna” para poder pôr em prática a política externa do governo, concentrando-se em questões econômico-comerciais, além de enfatizar os vínculos com o Ocidente democrático cristão — ou seja, com os EUA, diante da dificuldade em obter empréstimos —, sem com isso ignorar as nações do bloco comunista.

Quanto à esfera econômica, cabe destacar o Plano Trienal, criado em 1962 por Celso Furtado, visando a acabar com a inflação crescente e a deterioração externa. Apesar de Furtado ser um respeitado economista da tradição estruturalista da CEPAL, seu plano econômico era semelhante a outros programas de estabilização adotados no passado, segundo Abreu, e pretendia: 1) corrigir preços defasados; 2) reduzir o déficit público; 3) controlar a expansão do crédito ao setor privado. O plano, segundo Abreu, caracterizava-se por um diagnóstico “bastante ortodoxo” da aceleração inflacionária, enfatizando o excesso de demanda via gasto público como a causa mais significativa e seu receituário era de certa forma gradualista. No início de 1963, o governo estabeleceu aumentos do trigo e de derivados do petróleo, como resultado da abolição dos subsídios; e limitou a expansão de crédito ao setor privado a 35%, além de realizar cortes de gastos públicos. Diante do fracasso do Plano, Goulart solicita ao FMI que envie uma missão ao Brasil, recebida por Furtado; além disso, foi enviada uma missão encabeçada por San Tiago Dantas para tentar reescalonar a dívida externa e obter novos empréstimos, a qual resultou em um desastre, em razão da encampação de companhias estadunidenses (ITT e AMFORP), cujas indenizações fizeram o volume de crédito reduzir a uma quantidade insignificante (ABREU, 1990). Todas estas políticas resultaram em uma enorme insatisfação tanto por parte da esquerda, como Brizola, como dos conservadores, e pouco a pouco, Goulart foi perdendo legitimidade e qualquer apoio político, tornando-se num governo frágil e que aparentava certo “entreguismo” num momento em que os setores populares pregavam nacionalismo. Pedro Dutra Fonseca (2004) discorda de que o Plano Trienal tenha refletido uma visão puramente ortodoxa por parte de Furtado, e argumenta que o Ministro adotara uma abordagem “ecclética” entre os monetaristas e os estruturalistas, mas que “de forma alguma abandonava as principais teses cepalinas”. Para os elaboradores do plano, a crise do modelo só poderia ser superada com o

aprofundamento do modelo, com a ampliação do mercado interno para se prosseguir com o PSI, através de reformas e políticas voltadas à redistribuição de renda (p. 13).

Quanto ao plano externo, a viabilidade da aplicação da PEI estava cada vez mais comprometida, na medida em que as relações com os EUA deterioravam-se e, no que se refere aos países socialistas, a política de barganha com o bloco soviético praticamente desvaneceu. Priorizaram-se cooperações no campo comercial, como o acordo com a URSS em abril de 1963, prevendo o aumento do intercâmbio mercantil entre os dois países, seguindo a mesma política para o Leste Europeu, cujo fato mais notório foi a visita ao Brasil do marechal Tito, buscando apoio para o Movimento dos Não Alinhados e interessado em ampliar o intercâmbio comercial. Em relação ao mundo afro-asiático, a PEI enfrenta um grande recuo, com a defesa do anticolonialismo tornando-se mera retórica, enquanto se priorizava uma pauta econômica com os países já independentes; por vez, como na mensagem presidencial ao Congresso de 1963 houve contradições, primeiramente exprimindo um anticolonialismo brasileiro nos parâmetros da PEI, porém omitindo a parte que dizia respeito às colônias portuguesas, pois, segundo Hermes Lima, se deveria evitar ofender os portugueses, por temor de um *lobby* lusófono (VIZENTINI, 1995). A respeito das relações com a CEE, buscou-se condenar o protecionismo europeu e a vinculação privilegiada com certas nações africanas; a diplomacia brasileira ressaltava a importância do mercado europeu para o Brasil, mas num “tom defensivo”. No tocante às relações com a América Latina, a diplomacia tentou manter a política hemisférica da PEI, mesmo a pauta econômica tendo se tornado predominante no Itamaraty; havia projetos no âmbito da ALALC, mas buscou-se incrementar relações bilaterais, especialmente com Uruguai, Chile e México e criticando, por um documento em separado da Ata de Bogotá, a ALPRO e defendendo o direito de o Brasil manter relações comerciais com todos os países que o interessasse. Ainda que a PEI tenha sido adaptada à nova conjuntura, as relações Brasil-EUA mantiveram-se tensas e Washington passou a construir uma estratégia contra o nacionalismo populista e a esquerda militante, principalmente após o evidente fracasso do Plano Trienal e o não cumprimento dos ditames do FMI.

Em 31 de março de 1964, Goulart é derrubado por um golpe civil-militar, cujo eixo era formado por militares, mas que contou com apoio da classe média, imprensa, governadores de estados e com a aquiescência dos parlamentares. A participação estadunidense ocorria desde 1962 para desestabilizar o governo Goulart, embora não tivesse ocorrido nenhuma ação de fato por parte dos EUA; o que houve foi uma ação

preventiva, a Operação Brother Sam, cancelada em 3 de abril, cujos navios não chegaram a partir do Caribe. Segundo Cervo e Bueno (2012), “mesmo contando com a simpatia e eventual apoio dos EUA, o movimento armado que depôs Goulart foi exclusivamente brasileiro” (p. 389); entretanto, os EUA ajudaram economicamente determinados governadores estaduais e prefeituras, além de ter estreitado relações com o Exército e as polícias, favorecendo forças opositoras a Goulart, ocorrendo o que os autores chamam de “manipulação da assistência econômica como instrumento de política externa”, salientando que se dava também através da paradiplomacia. Assim,

[...] se durante a gestão de Jânio Quadros a “Política Externa Independente” pode ser usada como instrumento de barganha diante dos Estados Unidos (Jânio praticou o que os analistas denominaram “neutralismo tático”), o mesmo não ocorreu com João Goulart. O governo deste, ao ser visto pelos Estados Unidos como esquerdista e um “caso perdido”, ficou sem poder de barganha ante o parceiro hegemônico que, ao invés de barganhar, passou a adotar medidas que contribuiriam para sua queda. (CERVO; BUENO, 2012, p. 390)

O que se instalou em 1º de abril de 1964 no Brasil foi um Estado burocrático-autoritário (BA), segundo a conceituação de O’Donnell, que se caracteriza por inibir a ameaça de uma crescente ativação política “a cujo compasso foram amolecendo os controles do Estado e das classes dominantes sobre o setor popular”. Daí resultou a implantação de um sistema de dominação que o autor caracteriza como “excluinte”, que possui um duplo sentido, negação das aspirações de participação econômica do setor popular e fechamento dos canais de acesso político, associado à “eliminação ou subordinação das bases organizacionais desse setor”. Estes últimos pontos constituem “condição necessária” para a manutenção da ordem social no BA, como requisito para a associação com o capital internacional (p. 53). Para André Reis da Silva e Eduardo Svartman (2014), instalou-se um regime militar, apoiado por civis, cujo bloco de poder era amparado pela burguesia internacionalizada e por oficiais ligados à ESG, além de setores mais conservadores da classe média e da elite política. Os autores apontam que o objetivo dos militares era uma “modernização conservadora”, porque procuravam aprofundar o capitalismo no Brasil (para Bambirra, aprofundar a dependência deste) e ao mesmo tempo negava à boa parte da população os benefícios da modernização (p.14).

Ainda, quanto ao cenário interno, o governo Castelo Branco promulgou dois atos institucionais AI-2 e AI-3, que ampliavam os poderes dos militares, extinguiu os

partidos políticos — autorizando apenas dois novos: ARENA e MDB —, tornava a eleição de governadores e vice-governadores indireta, além da indicação dos prefeitos das capitais dos estados e cidades consideradas de “segurança nacional”; em 1967 foi promulgada uma nova Constituição. No plano econômico, assumiram as principais pastas economistas pró-EUA, como Otávio Bulhões para o Ministério da Fazenda e Roberto Campos para o Ministério do Planejamento, os quais formularam o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com objetivos de “controlar a inflação, retomar o desenvolvimento e corrigir distorções do sistema” (SILVA; SVARTMAN, 2014). O PAEG não pode ser entendido como um programa plenamente ortodoxo, haja vista que havia a “convicção da necessidade de reformas institucionais”, além do reconhecimento de que a inflação era decorrente de uma “inconsistência da política distributiva” (ABREU, 1990, p. 228). O governo possuía uma percepção de que havia três pontos de estrangulamento da economia brasileira: desordem tributária; deficiências de um mercado financeiro subdesenvolvido e a inexistência de um mercado de capitais; ineficiências e as restrições ligadas ao comércio exterior. A partir daí, Campos-Bulhões começariam as reformas institucionais: do sistema financeiro, da habitação, programas de seguro social e do setor externo; foi criada a correção monetária e, em termos de política salarial, substituiu-se a negociação dos salários pela fórmula oficial de reajuste, o que, na prática, reduziu o salário mínimo a cada ano até 1974. André Lara Resende (1990) questiona:

Se o PAEG diagnostica como causa primordial da inflação o conflito distributivo e se tem o poder político de solucioná-lo pela via autoritária da intervenção direta na determinação dos salários, pergunta-se então por que se insistiu na prática de política fiscal e monetária restritivas de caráter ortodoxo. Tal prática, além dos custos sociais da compressão salarial, provoca crise de estabilização e todos os custos da recessão. Os custos da política de compressão salarial foram sem dúvida consideráveis sendo importante elemento [...] da deterioração da distribuição de renda entre 1960 e 1970. (ABREU, 1990, p. 229)

No plano externo, as relações internacionais do período Castelo Branco foram marcadas pelo alinhamento com os EUA, pelo rompimento de relações diplomáticas com Cuba, pela aproximação com a Argentina visando à formação de uma união aduaneira (um eixo autoritário que assustava o Chile democrático), e pela percepção geopolítica baseada na “teoria dos círculos concêntricos” (formulações de Golbery do Couto e Silva), onde, em escala de prioridade, em primeiro lugar ficaria a Bacia do

Prata, em segundo a América do Sul, em terceiro o hemisfério e, finalmente, o Ocidente. Segundo Carlos Estevam Martins (1977), essa abordagem era utilizada “para propósitos eminentemente defensivos”, prevalecendo a ideia de conter ao invés de contra-atacar. Aliado a esse pensamento há a noção de “defesa coletiva”, integral e em todos os planos, o que favorecia os EUA, que deixariam de arcar com algumas de suas responsabilidades tradicionais na região, nos campos político, militar e ideológico, *buck passing* a tarefa e os custos políticos envolvidos nas ações unilaterais para potências médias como Argentina, Brasil e México, cada qual reivindicando subliderança, que, através do sistema interamericano (como se pretendia criar a FIP) e do fortalecimento da OEA, poderia tornar a liderança estadunidense no continente menos onerosa. Entretanto, estas nações exigiam reciprocidade da parte dos EUA para tal empresa, através principalmente de ajuda econômica para o desenvolvimento nacional, além de abertura do seu mercado para as “exportações modernas” do país receptor do capital estrangeiro (p. 374). A política externa de Castelo Branco e do chanceler Juracy Magalhães estava imbuída também do pensamento “esguiano” de que havia fronteiras ideológicas, relacionado com um novo conceito de soberania — soberania ilimitada —, o que, na prática, segundo Reis da Silva, “possibilitaria a intervenção nos países da América Latina” (SILVA; SVARTMAN, 2014, p. 23).

Martins considera que este primeiro governo militar tinha um “espírito de cruzada anticomunista”, não só nas elites castrenses como na sociedade civil, tal é o caso do governador Carlos Lacerda, que, ao prender membros de uma missão comercial chinesa, por questões ideológicas, provocou profundo desgaste e consequente rompimento das relações por parte da República Popular da China (MARTINS, 1977). O binômio segurança-desenvolvimento, bem como a noção de interdependência, iriam nortear os anos Castelo Branco, que colocaria como prioridade as relações hemisféricas, enquanto as extracontinentais sofreriam um relativo distanciamento, exatamente pelo caráter ideológico da política externa do período, que significou um total abandono (e repúdio) da PEI. Entretanto, como apontam Cervo e Bueno, isso não impediu a atuação através de um “realismo universalista”, o que era inevitável, já que o país pretendia expandir-se para novos mercados para seu desenvolvimento econômico; nesse sentido a diplomacia foi orientada — incluindo-se uma reforma no Itamaraty em 1966 — para atender aos interesses do comércio exterior, levando o Brasil a atuar nos órgãos multilaterais como UNCTAD, GATT, Conferência do Desarmamento, ONU, etc. e também a investir (sempre numa relação desigual em que o Brasil fosse favorecido) nos

países socialistas da Europa do Leste e na África, com base na “aceitação bilateral das divergências políticas” (p. 406).

O terceiro bloco de análise deste estudo de caso corresponde ao governo Costa e Silva, militar da chamada “linha dura”, onde se percebe uma inflexão nas políticas econômica e externa em relação ao governo anterior, caracterizando-se por um período de acelerado crescimento econômico: o milagre brasileiro, que se estenderia até 1973. Tal desempenho econômico garantiu continuidade ao BA brasileiro, porque conferia legitimidade a ele, no sentido weberiano, a partir de uma percepção por parte da sociedade que a economia estava no rumo certo e que o país estava “em ordem”, embora grande parte da população tivesse ficado excluída de tal crescimento, gerando enorme desigualdade social e protestos, greves (mesmo estando proibidas), manifestações, atentados, o que teve como resposta do governo o Ato Institucional N.º 5, em 1968, dando início a uma repressão institucionalizada contra qualquer indivíduo considerado subversivo, gerando o exílio de grandes intelectuais e artistas para o Chile democrático, principalmente. O diagnóstico da inflação mudara, com o Ministro da Fazenda Delfim Netto, que dizia que a inflação era de custos e não de demanda, enquanto que o governo usufruiria dos benefícios das reformas perpetradas por Castelo Branco, as quais viabilizaram de certa forma o crescimento econômico nos anos Costa e Silva, bem como foram um aceno aos EUA e demais potências capitalistas que serviu para uma entrada considerável de capitais estrangeiros, mesmo que a dívida externa continuasse aumentando.

O governo Costa e Silva herdou uma “pequena recessão” nas palavras de Luiz do Lago (1989), mas ao mesmo tempo provocara profundas mudanças econômicas que restauraram a credibilidade internacional e tiveram impacto positivo em diversas áreas, embora com efeitos distributivos diferenciados, com prejuízos aos trabalhadores. Para enfrentar tal conjuntura, e insistindo no desenvolvimento econômico, o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão apresenta o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), em julho de 1967, cujos objetivos fundamentais eram aceleração do desenvolvimento e contenção da inflação. A retomada do desenvolvimento acelerado comportaria, segundo o PED, dois estágios: o primeiro, uma fase de transição, caracterizada pela situação em que o PIB efetivo poderia divergir do PIB potencial, sobretudo pela “absorção de capacidade ociosa ligada à insuficiência da demanda ou à sua inadequada composição setorial”. Prevista para os anos de 1968 e 1969 essa fase teria como problema fundamental a ser enfrentado a conciliação não só da necessidade

de melhorar a liquidez e elevar a demanda (notadamente para as indústrias de bens de consumo) com a política de gradual redução da taxa de inflação, mas também do fortalecimento do setor privado com a preservação do dinamismo do setor público nas áreas prioritárias a seu cargo. Já no segundo estágio, o da retomada do crescimento, o aumento do PIB efetivo dependeria sobretudo do aumento do investimento global, dentro de uma trajetória de equilíbrio dinâmico de longo prazo, ganhando particular ênfase a necessidade de elevar consideravelmente a taxa de poupança e de investimento global. Esse segundo momento poderia ser então caracterizado pelo aumento da taxa global de investimento e poupança, aumento da participação do investimento público na despesa pública e no PIB, aumento da participação do investimento privado no PIB e manutenção de alto nível de consumo privado e demanda global. Os investimentos governamentais deveriam concentrar-se em infraestrutura (energia, transportes, comunicações), siderurgia, mineração, habitação, saúde, educação e agricultura, o que permitiria uma gradual redução da participação do setor público no investimento global, conforme o país fosse aumentando sua taxa de crescimento.

A demanda foi estimulada a partir de 1967, através de políticas monetária, creditícia e fiscal mais flexíveis, segundo Lagos, que se tornariam gradualmente expansionistas; a expansão do crédito — especialmente ao consumidor e à agricultura — foi notável, aliada a concessão de isenções e subsídios para a agricultura, para habitação, através do SFH, e para as exportações (associado a uma busca por diversificação de mercados de produtos manufaturados), que foram beneficiadas pelo regime de minidesvalorizações implantado a partir de 1968. A política industrial do governo pautou-se de forma similar, através de subsídios e incentivos fiscais, distribuídos para promover setores e regiões específicos. Embora 1967 tivesse apresentado um PIB de apenas 4,2% (em razão principalmente pelo aperto de liquidez e contenção do crédito), a partir de 1968 iniciaria um período de grande expansão da economia, conhecido como milagre brasileiro. Entre 1968 e 1973 o PIB real cresceu a uma taxa média de 11,2%, com crescimento industrial significativo (especialmente a indústria de transformação e a de construção, ocupando a capacidade ociosa anterior), com um bom desempenho do setor primário (que cresceu a taxa de 4,5%) e com os investimentos em infraestrutura consolidando o setor de bens de capital, como resultado de políticas setoriais específicas; também, houve aumento da produção de bens de consumo, particularmente os bens de consumo duráveis, associado, segundo Lago, “ao

processo de concentração da renda pessoal que se observou durante o período”, mas também pela expansão do crédito ao consumidor (p. 241).

Assim, o binômio foi modificado de segurança-desenvolvimento para desenvolvimento-segurança, e por essa razão a política externa demonstraria um giro em relação ao governo Castelo Branco, associada às novas orientações econômicas, como a política cambial e a política de incentivo às exportações. Influenciou também a economia internacional, que crescia em ritmo considerável, além de ter ocorrido no período uma melhoria dos termos de troca e uma crescente liquidez no mercado internacional de capitais, favorecendo, dessa forma, as contas externas do Brasil. O CONCEX (Conselho de Comércio Exterior) definiu como objetivos para a área de comércio exterior: 1) o aumento da competitividade dos produtos brasileiros; 2) diversificação das exportações, em direção a manufaturados e semi-acabados; 3) diversificação e expansão dos mercados externos; 4) manutenção de suprimento adequado de matérias-primas importadas, bens intermediários e de capital a preços estáveis (ABREU, 1990). A política cambial era muito mais flexível, para favorecer o comércio exterior, e Delfim Netto inicialmente manteve o câmbio fixo até janeiro de 1968, quando desvalorizou o cruzeiro em 18,6%; em agosto, foi novamente desvalorizado em 13,3%, a partir daí iniciando-se a política de minidesvalorizações que seria mantida até 1979.

No plano externo, a Guerra Fria tomava novos contornos, em que a tensão intrablocos prevalecia sobre a interblocos, em razão do agravamento das disparidades Norte-Sul, emergindo nos países do Terceiro Mundo a questão do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente. Em termos de política externa de Costa e Silva, voltaram à tona os conceitos de soberania nacional e de segurança nacional, mas sempre atrelados ao desenvolvimento. Martins chama a nova política exterior de “uma inflexão esquerdizante”, enquanto Reis da Silva e Svartman a chamam de “diplomacia da prosperidade” e Cervo e Bueno de “recuperação das tendências”, todos estes autores querendo expressar que, na prática, a PEI retornava ao Itamaraty, através da reformulação das diretrizes fundamentais da política externa estabelecidas pelo primeiro governo militar. Abandonavam-se, assim, os conceitos de bipolaridade, de segurança coletiva (retardando qualquer processo integracionista com a Argentina, pois, na concepção de Costa e Silva, qualquer projeto transnacional seria um risco para a soberania nacional), de interdependência militar, política e econômica (abandonando-se, assim, a FIP), e, por fim, de ocidentalismo (prevalecendo o universalismo realista que já

se manifestava timidamente no final do governo Castelo Branco). A tônica da política externa do “Brasil Grande Potência” pode ser assim definida:

A diplomacia foi concebida e mantida como instrumento do expansionismo econômico. Buscou o consenso, apelando para a complexidade do Brasil, e apoiou-se no esforço interno para direcionar-se pelo mundo, contra a estratificação do poder e da riqueza, contra a “desordem” do capitalismo, particularmente suas regras internacionais de comércio e finanças, contra decisões internacionais calcadas na velha bipolaridade ou em sua reedição reaganiana, contra a resistência do Primeiro Mundo em admitir novos sócios no clube dos ricos. O inconformismo não bastava. E a diplomacia abriu-se ao universo, cotejando as reivindicações dos povos atrasados, sentando à mesa das potências avançadas, lutando para cooptar os foros internacionais aos esforços do desenvolvimento, denunciando seus fracassos sem perder a esperança, engajando, enfim, um plano gigantesco de cooperação internacional [...] (CERVO; BUENO, 2012, p. 411-412)

Tal política, entretanto, de acordo com Martins, levou a uma quase confrontação com os EUA, em relação a três pontos de divergência: 1) a criação da Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA), na qual o Brasil teve papel ativo e cujo objetivo era ser um fórum à margem da OEA; 2) o Brasil era contra o projeto tarifário de “preferências hemisféricas” da Colômbia; 3) campanha pela defesa do uso da energia nuclear, propondo a criação da Comunidade Latino-americana do Átomo e recusando-se a assinar o TNP. Ainda, o governo Costa e Silva fez duras críticas à ALPRO, considerando que ela “limitou-se a provocar o aumento do financiamento oficial à América Latina”, e que, mesmo como programa de assistência falhou, teve um significado “nulo (ou mesmo negativo)” se contraposto o déficit sofrido pela região com o excesso de remessas de lucros sobre as entradas de novos investimentos; teve um significado “negativo” se consideradas as perdas em virtude da deterioração dos preços dos produtos de exportação latino-americanos. O Brasil torna-se, ainda, para a insatisfação estadunidense, líder dos países subdesenvolvidos na II Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU, em 1968, em Nova Deli, onde a chancelaria brasileira foi eleita presidente do Grupo dos 77, tentativa de se criar uma instituição de interesses comuns às nações subdesenvolvidas; entretanto, essa “aliança terceiro-mundista” estava comprometida pela exclusão de inúmeros países, como a China continental, Coreia, Vietnã, as Colônias portuguesas, Cuba, entre outros, levando a resultados modestos (MARTINS, 1977).

Outros pontos de atrito com os EUA foram a questão do café solúvel e a dos fretes marítimos. O Acordo Internacional do Café, assinado em 1962, não gerou atritos

com os EUA quanto ao café *in natura*, entretanto, com a aquisição de maquinário e da técnica de torra para transformação em café solúvel, exatamente no período Costa e Silva que as exportações deste tipo de café aumentaram exponencialmente, provocando reações por parte de Washington, revelando-se protecionista e, indo mais além, queria, no âmbito do Acordo, impedir que o Brasil exportasse café solúvel para o mercado estadunidense e para os demais países sem uma devida taxação. Diante de tal impasse, o governo brasileiro preferia tratar a questão de forma bilateral, enquanto os EUA forçavam para que se tratasse em Londres, dentro do Acordo Internacional do Café; a questão terminou com o Brasil, de certa forma, cedendo às pressões estadunidenses, argumentando que a maior parte de suas exportações, cerca de 90%, era de café *in natura*. Quanto à questão dos fretes marítimos, o Brasil unilateralmente assinou o *Flag discrimination*, em que 40% da carga marítima passariam para a responsabilidade de armadores brasileiros, de acordo com as teses da UNCTAD; acordou-se, porém, com os EUA a seguinte fórmula: 50% no trecho EUA-Brasil e 60% no Brasil-EUA para os armadores nacionais. Quanto às relações com a Bacia do Prata, havia enorme desconfiança de nossos vizinhos, porque o governo Castelo Branco era acusado de subimperialista, levando Costa e Silva a “reordenar e aprofundar estas relações a partir do estreitamento de contatos com a América Latina”, seja com obras de infraestrutura, apoio à extinção da FIP, líder esforços com os demais países subdesenvolvidos nos contenciosos com as potências do norte. Desta forma, tentou-se articular a integração via ALALC e fora da OEA, de modo que os EUA ficassem excluídos das negociações, reforçando a CECLA para ampliar um relacionamento em bloco com os demais países latino-americanos. Resultado concreto, em termos de infraestrutura integracionista, foi a rodovia do Atlântico (BR-277), inaugurada em março de 1969, vista como uma “saída atlântica do Paraguai” (SILVA; SVARTMAN, 2014). Quanto às relações extra-hemisféricas, verificou-se uma ampliação das relações com diversos países, independente de sistema político interno, uma multilateralização (ou universalismo) iniciado pela PEI e resgatado; nesse sentido foram estabelecidos diversos acordos comerciais e tecnológicos com países da Europa Ocidental, países socialistas (onde o comércio bilateral foi incrementado), reestabelecendo relações com a África negra e a Ásia, o que, para Perla Martins, significou a criação das bases do relacionamento com estes continentes até a década de 1990, deixando, assim, um importante legado diplomático (p. 79).

3.2.2 Do Cine Clube da Bahia ao Cinema Novo

O fenômeno do cineclubismo, assim como na Argentina, teve destacada importância na formação de um cinema engajado politicamente e inovador em termos de técnica, como foi o movimento ocorrido nos anos 1960, conhecido no Brasil como Cinema Novo, cujo expoente mais conhecido internacionalmente era o diretor Glauber Rocha. Muitos estudiosos da área de cinema consideram que o movimento iniciou na metade da década anterior, com Nelson Pereira dos Santos, através do filme *Rio 40 Graus* (1955) e, depois, *Rio Zona Norte* (1958), entretanto, há críticos que se referem a essas películas como simples influências do neorealismo italiano, contemporâneo à produção dos dois filmes. O que se pretende, todavia, neste estudo de caso é estabelecer uma relação em dois planos: o primeiro, o fenômeno interno que vinha desde a década de 1940 dos cine clubes, o qual serviu como maternidade para novas ideias em termos de conteúdo, técnica e experimentação audiovisual, o que, segundo Milena Gusmão (2008), contribuiu para a formação cultural da época; o segundo, com a Revolução Cubana, que influenciou um ideário revolucionário de contestação ao imperialismo que encontraria terreno fértil nas mentes de Rocha, Pereira dos Santos, Hirszman, entre outros representantes do Cinema Novo; neste segundo plano, o vínculo se dá no campo das ideias, baseado nos conceitos de “intelectual orgânico” de Sartre e Gramsci, os quais não só adotam determinada ideologia fílmica, como a colocam em ação para transformar as sociedades em que vivem, gerando reflexão crítica por parte da população e afastando-a, assim, da alienação do cinema estadunidense.

O Cine Clube da Bahia foi um dos mais importantes nesta relação que se pretende estabelecer com o surgimento do Cinema Novo, pois foi ali que Walter da Silveira, considerado o filósofo do cinema brasileiro, propagou as novas tendências europeias e, não só as exibiu, como as debateu, através dos cinefóruns, com frequência semanal no Cine Clube, com participação não apenas de cinéfilos e intelectuais, mas da população no geral interessada em cinema. Já ali, segundo Gilberto Vasconcellos (2013), pode-se perceber a influência de uma nova percepção do cinema: Silveira era marxista e pensava o cinema como “fato cultural”, nas suas palavras “ver é o sentido básico do nosso tempo”, e considerava que cinema era ciência, antes de arte, atacando o preconceito literário, teatral e pictórico, o que, segundo ele, negava capacidade de

conhecimento e beleza artística aos filmes, ademais repudiava a visão de que cinema era entretenimento de pessoas iletradas. Silveira analisou de forma pioneira a “interrelação cinema e subdesenvolvimento capitalista”, sob a ótica marxista, e influenciado pela teoria leninista acerca do imperialismo, refletindo que, durante os anos 1940, ocorreu uma ambivalência no Brasil entre “expressão artística e arma imperialista do século”, considerando a história econômica do cinema daquela fase com as características de “linguagem de massa e invasão dos mercados”.

Foi precisamente no Cine Clube da Bahia que Glauber Rocha e Orlando Senna aprimoraram o gosto pela Sétima Arte e participaram ativamente dos fóruns e demais atividades do cine clube, escrevendo nas revistas publicadas pela entidade. Assim, destaca-se que:

[...] o cineclubismo foi uma das principais marcas do movimento cultural dos anos 1950 e 1960 do último século. Esse movimento, marcado pela renovação do teatro, pelo surgimento de importantes inovações na música popular e pelo aparecimento do Cinema Novo, explicitou em diversas ambiências da produção artística, a presença de representantes de gerações influenciadas pelo cineclubismo. Dentre esses, pode-se destacar: Vinícius de Moraes, Glauber Rocha, Jean Claude Bernadet, Leon Hirszman, Gustavo Dahl, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Helena Ignês, Anecy Rocha, Maria Bethânia, Orlando Senna, João Batista de Andrade, Walter Lima Júnior, Anselmo Duarte, Othon Bastos, Nelson Pereira dos Santos, Guido Araújo e Rex Schindler. (GUSMÃO, 2008, p. 10)

Em 1965, Glauber Rocha teoriza o movimento e lança seu manifesto “Uma estética da fome”, onde resume os principais objetivos do Cinema Novo e faz um panorama da situação sócio-política da América Latina de sua época. Diz ele,

A fome latina [...] não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade. Aí reside a trágica originalidade do Cinema Novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é a nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida. (ROCHA, 1965, p. 2)

Com isso o cineasta queria deixar claro para os europeus e estadunidenses que a vanguarda cultural que estava surgindo não era mero exotismo para agradar festivais internacionais, mas sim um movimento com raízes no movimento estudantil, na vida política do país, nos ideários cubano, soviético e chinês. Os cinemanovistas precisavam dar uma resposta ao cinema moderno brasileiro que entrava em crise de identidade e, embora contassem com pouco equipamento (ou nenhum equipamento), dinheiro e

dificuldades quanto ao circuito e exibição, conseguiram responder com “radicalismo e violência”, segundo Jean-Claude Bernardet (1978); e, de acordo com Maria Carvalho (2006), a baixa qualidade técnica dos filmes, e seu envolvimento com a problemática realidade social do subdesenvolvimento, que foi “filmada de um modo subdesenvolvido”, resultou em uma agressividade nas imagens e nos temas, ligado a um novo modo de encarar a realidade; para a autora, Nelson Pereira e Ruy Guerra foram os precursores do Cinema Novo, representando assim uma primeira fase do movimento, enquanto que Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Paulo César Saraceni, Leon Hirszman, Carlos Diegues e David Neves, são considerados “fundadores”, e trabalhavam sobretudo visando à construção de uma nova cinematografia de forma coletiva; indo mais além, o entendimento real do significado de Cinema Novo só pode ser obtido analisando-se as obras coletivamente; numa terceira fase teríamos Walter Lima Jr., Eduardo Coutinho e Arnaldo Jabor, sem deixar de mencionar a única presença feminina que obteve destaque como cineasta no período: Helena Solberg; Ana Carolina e Lúcia Murat (a qual entrou para o MR-8) também foram contemporâneas do movimento, mas somente realizaram filmes mais tarde.

Glauber Rocha entendia a situação da América Latina inspirado nas teorias da dependência e, radicalizava, considerando que a situação de dependência colonial direta, incluindo no campo cultural, persistia, resultando no subdesenvolvimento marcado pela fome. O diretor, em outra passagem de seu manifesto, faz esta associação:

O Cinema Novo não pode desenvolver-se efetivamente enquanto permanecer marginal ao processo econômico e cultural do continente Latino-Americano; além do mais, porque o Cinema Novo é um fenômeno dos povos novos e não uma entidade privilegiada do Brasil: onde houver um cineasta disposto a filmar a verdade, e a enfrentar os padrões hipócritas e policialescos da censura intelectual, aí haverá um germe vivo do Cinema Novo. Onde houver um cineasta disposto a enfrentar o comercialismo, a exploração, a pornografia, o tecnicismo, aí haverá um germe do Cinema Novo. Onde houver um cineasta, de qualquer idade ou de qualquer procedência, pronto a pôr seu cinema e as sua profissão a serviço das causas importantes do seu tempo, aí o haverá um germe do Cinema Novo. A definição é esta e por esta definição o Cinema Novo se marginaliza da indústria porque o compromisso do Cinema Industrial é com a mentira e com a exploração. A integração econômica e industrial do Cinema Novo depende da liberdade da América Latina. (ROCHA, 1965, p. 3)

Outra temática abordada pelos cinemanovistas foi o recurso à história, crenças de que, ao realizarem seus filmes, comprometidos com a realidade latino-americana, estariam também construindo um novo capítulo da história desta; não é à toa que os

personagens geralmente são messiânicos ou líderes, mesmo que não revolucionários no mesmo espectro ideológico dos diretores, mas estas “alegorias do subdesenvolvimento”, como chama Ismail Xavier (2012), foram utilizadas como forma de crítica à opressão do imperialismo e do sistema como um todo. Para o autor, a referência estilística do Cinema Novo “alcançava todo o quadro do cinema da época”, num período em que o cinema brasileiro consolidava um processo de “atualização estética”; havia um exercício da liberdade de estilo, mas esta se localizava dentro dos padrões do gênero “cinema de arte” até metade da década (p. 432) e, a partir daí, diretores como Godard, Fellini e Resnais começaram a entrar no circuito comercial, o que deixou os cinemanovistas em uma tensão entre o mercado (“a sedução dos estratos médios da sociedade”) e o enfrentamento a este, justamente por estes setores terem apoiado o golpe militar de 1964 (XAVIER, 2012; CARVALHO, 2006).

A última fase do Cinema Novo brasileiro esteve imbuída de outro manifesto, lançado em 1971 na Universidade de Columbia, intitulado “Eztetyka do sonho”, por Glauber Rocha. Como não compreende o período deste trabalho, limita-se a explicar esta nova incursão do movimento, principalmente por parte de diretores consagrados internacionalmente (como foi o caso de Rocha, Nelson Pereira e Diegues) e que acabaram conseguindo driblar a censura (muita vez exibindo seus filmes no exterior) e a própria repressão da ditadura militar, especialmente após o AI-5. Esta nova estética, diante do novo cenário, defendia que se deveria buscar no sonho, “único direito que não se pode proibir”, matéria-prima para as novas produções, o que, na prática, desmantelava toda a concepção original do movimento. Assim, na década de 1970, durante do governo Geisel (1974-1979), Rocha será duramente criticado por sua aproximação com o regime, especialmente com Golbery do Couto, visando a revitalizar a EMBRAFILME e obter recursos estatais para as novas produções. De acordo com Celso Amorim (1985), em seus ensaios sobre cinema e política, Glauber revelaria, já no final de sua carreira, decepção com a ação estatal e, na última comunicação que enviou ao diplomata, demonstrava estar consciente de sua posição “marginal” na cultura brasileira, afirmando que: “Meu exílio deve ser interpretado como resultado das contradições do Cinema brasileiro que se refletem na EMBRAFILME” (p. 26).

O Cinema Novo, de toda forma, em suas fases de início e apogeu, foi consagrado nos festivais internacionais, especialmente em Cannes, e conquistou seu espaço na história do cinema mundial, de forma muito mais marcante que os demais cinemas novos da América Latina, como os outros estudos de caso aqui analisados. A

associação injusta com a *Nouvelle Vague* ou o neorrealismo italiano despreza as peculiaridades e as condições em que foram feitos os filmes cinemanovistas, que, neste ponto, relaciona-se com a questão do subdesenvolvimento, da dependência e do imperialismo atuante sobre o Brasil dos anos 1960. Assim, filmes como *Os Cafajestes* (1962) e *Os Fuzis* (1964), de Ruy Guerra; *Menino de Engenho* (1965), de Walter Lima Jr.; *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos; *O Deus e o diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em transe* (1967) e *O Dragão da Maldade contra o santo guerreiro* (1969), de Glauber Rocha; *O Desafio* (1965) e *Capitu* (1968), de Paulo César Saraceni; *Ganga Zumba, o rei dos palmares* (1963), de Carlos Diegues; e, o curta documental *A Entrevista* (1966), de Helena Solberg, todos marcaram história no cinema moderno mundial e revelam uma sensibilidade com temas candentes até os dias de hoje: dependência econômica, tecnológica e cultural, discriminação racial, o papel da mulher, o embate entre as tradições folclóricas nacionais e a modernidade, a disputa interna na Igreja católica entre uma ala progressista e outra conservadora, e assim por diante. Entretanto, nos anos 1960, esses temas foram abordados de forma radical, pensados como verdadeiros ensaios políticos, e não romantizada, como ocorre atualmente, isso em razão da conjuntura favorecida pela Revolução Cubana, pela figura de “Che” Guevara e a Tricontinental, pelo ideário revolucionário de que é possível derrubar um governo tirano e se implantar o socialismo, seja pela guerrilha, pela resistência ou através do campo das ideias, utilizando o cinema como arma revolucionária.

3.3 CHILE

Ao adentrar a década de 1960, o Chile vivenciava alto grau de agitação cultural e política, onde as forças sociais, muitas delas integradas pela primeira vez na política, como o campesinato e operariado, passaram a dividir-se entre três correntes antagônicas: os setores de direita e conservadores politicamente ao passo que liberais economicamente, sob a liderança de Jorge Alessandri Rodríguez; os Democratas Cristãos, liderados por Eduardo Frei Montalva, do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), com o lema “*revolución en libertad*”; e, por fim, a que se formaria ao longo da década, a “*Unidad Popular (UP)*”, de esquerda marxista, cuja liderança era Salvador Allende: este era o panorama político doméstico.

3.3.1 Contexto interno e externo: o Chile democrático

O presidente Jorge Alessandri (1958-1964), representante do alto empresariado chileno e de tradição liberal-conservadora, visou a reformar o sistema econômico chileno, através de um “programa de estabilização”, posto que identificasse no país dois grandes estrangulamentos para o desenvolvimento econômico: a estrutura institucional, que deveria dar mais liberdade de ação, inclusive para as reformas do Estado; e, a política econômica, a qual deveria permitir ao setor empresarial privado ser a “locomotiva do desenvolvimento”, aliado a uma política fiscal ativa, nos moldes keynesianos (FFRENCH-DAVIS, 2002). Durante a campanha presidencial, Alessandri criticou a análise do economista húngaro Nicholas Kaldor, que, a convite da CEPAL, visitara o Chile em 1956, fazendo um estudo dos principais entraves ao desenvolvimento do país: de acordo com ele, “baixa taxa de acumulação e desigual distribuição do produto”, propondo um aumento da poupança doméstica taxando-se o consumo dos capitalistas, sem prejuízos aos trabalhadores, que já se encontravam em situação difícil, o que foi considerado uma visão “esquerdista” por Alessandri e seus assessores. O artigo de Kaldor não obteve respaldo nem mesmo dentro da CEPAL e não chegou a ser publicado pela Comissão, por ignorar o “estrangulamento externo”, que afetava a todos os países menos desenvolvidos, posição de Prebisch, Furtado e demais cepalinos. Curioso notar que, na verdade, o que Kaldor propôs para o Chile, qual seja, “mudanças institucionais que permitissem simultaneamente que o setor público obtivesse uma maior poupança (através de uma melhor taxaço) e uma maior taxa de

investimentos” (PALMA; MARCEL, 1989), foi um dos pontos adotados pelo governo Alessandri.

De qualquer forma, durante toda a década de 1950, o Chile vivenciava uma “inflação persistente”, que em 1955 atingira a ordem de 75%. Alessandri buscou atacar a inflação através da busca pela eliminação do “financiamento inflacionário” do déficit fiscal e fixando a taxa de câmbio nominal (FFRENCH-DAVIS, 2002). Foi elaborado um programa de estabilização de curto prazo, ancorado na taxa de câmbio e obtido através de “abundantes empréstimos externos” ao governo, crédito que serviria para reverter a ambos: o déficit externo, esperado durante a fase de transição, e o próprio déficit fiscal. O programa, no entanto, carecia de uma “coerência de médio prazo com as medidas de ajuste implementadas”, e por essa razão obteve curto sucesso (1960-1961), quando a inflação de fato encolheu consideravelmente (GARRETÓN, 2007). O déficit no balanço de pagamentos foi tão grande que as reservas internacionais chilenas foram rapidamente dilapidadas. Ainda, a chamada “estratégia capitalista modernizadora”, através de suas tentativas de reformas, não contou nem com o apoio do empresariado, nem da maioria política chilena. Diante da crise cambial, o governo adotou uma desvalorização da moeda em 1962; as restrições às importações foram retomadas e a inflação retornou ao seu nível anterior; a agricultura mantinha-se estagnada; a taxa de investimento e o crescimento industrial aumentaram, entretanto o incremento nas exportações não fora suficiente para ultrapassar a “enorme expansão” das importações, excedendo o financiamento externo disponível, apesar da melhoria nos termos de troca entre 1959 e 1961 (FFRENCH-DAVIS, 2002).

O experimento reformista de Alessandri, em suma, fracassou. De acordo com o economista chileno Ricardo Ffrench-Davis (2002), isso ocorreu devido ao fato de haver uma falta de entendimento sobre as repercussões no médio prazo acerca da política fiscal adotada; o programa apresentava duas defasagens “previsíveis”: a primeira diz respeito ao fato de a inflação ter declinado em um nível mais baixo que a taxa internacional, o que fez com que a taxa de câmbio real se apreciasse; a segunda, diante da liberalização do comércio e da moeda estrangeira, as importações ultrapassaram as exportações, apesar dos incentivos para estas, o que também contribuiu para a apreciação da taxa de câmbio. Por outro lado, a política econômica de Alessandri foi um dos primeiros esforços do pós-guerra de modernizar uma economia mista e a natureza da intervenção estatal; houve uma tentativa de incrementar a participação do setor privado, aliado à intenção de seguir um modelo keynesiano clássico em que o Estado

atua através de política fiscal, estimulando os investimentos através de gastos públicos e criando, assim, um clima de confiança e estabilidade. Infelizmente, desconsideraram-se muitas características peculiares da economia chilena, além de a taxa nominal de câmbio ser, de acordo com Ffrench Davis, usualmente “um instrumento contraprodutivo de estabilização” (FFRENCH-DAVIS, 2002).

A política externa de Jorge Alessandri, dentro dos quadros da Guerra Fria, era de alinhamento aos Estados Unidos e ao bloco capitalista ocidental, contudo o Chile praticava cada vez mais uma política multilateral, associando-se a instituições internacionais multilaterais; como exemplo, a liderança do Grupo Latino-Americano e do Caribe (GRULA), em 1960, e a apresentação de candidatura para ingressar no Comitê Executivo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) no período 1960-1963. Ainda, adotou uma política de diversificação de parcerias rumo aos países recém-independentes da África e da Ásia, sendo o Chile o primeiro país a instalar embaixada na Argélia, além do ingresso no Comitê de Descolonização. A busca por novos parceiros se deu também rumo ao Pacífico e ao Caribe concomitantemente, daí a resistência de seguir os Estados Unidos na “questão cubana”. Os chanceleres Carlos Martínez (1961-1963), Enrique Ortúzar Escobar (1963) e Julio Philippi (1963-1964, chamado para resolver a questão fronteiriça com a Argentina) foram relutantes em ceder às pressões norte-americanas quanto ao rompimento de relações com Cuba ou mesmo o tema da expulsão da Ilha da OEA. De acordo com Cristian Valverde (2002), a política externa chilena tradicionalmente respeita o Direito Internacional e o princípio da autodeterminação dos povos, por isso, atuando de maneira não apenas legal mas diplomática (para manter bons laços com os vizinhos latino-americanos), o governo Alessandri 1) uniu-se aos demais países latino-americanos para resistir às pressões de Washington de “condenar expressamente Cuba” na VII Reunião de Consulta de Chanceleres, na Costa Rica, em 1960; 2) absteve-se de votar no Conselho da OEA uma proposição para chamar uma nova Reunião de Consulta em 1961; 3) absteve-se de votar na Reunião de Punta del Este a resolução que excluiu Cuba da OEA em 1962; e, 4) absteve-se frente à proposição de aplicar sanções a Cuba, em julho de 1964 (VALVERDE, 2002). Na ocasião da crise dos mísseis de 1962, entretanto, o Chile, bem como todos os países latino-americanos, respaldou unanimemente a decisão dos EUA, posto que entendessem que este era o conflito Leste-Oeste, e não regional, pois envolvia a outra superpotência externa, a URSS. Em 1964, no final do governo Alessandri, La Moneda rompe relações diplomáticas com Cuba, cedendo às pressões norte-americanas.

A Aliança para o Progresso (ALPRO), do presidente Kennedy, foi muito bem acolhida no Chile de Alessandri, até porque os EUA destinaram 100 milhões de dólares para a reconstrução do sul do país, devastado por catástrofes sísmicas em 1960. Para toda a América Latina, o montante destinado era de 500 milhões de dólares, quantia irrisória diante das perdas que o Chile teve com o cobre nos anos 1950, que só nesse aspecto ultrapassava tal soma. Tais recursos estavam previstos já em 1960, graças à Ata de Bogotá. Faz-se necessário notar, por outro lado, que o experimento reformista de transformar o Chile num país capitalista moderno de Jorge Alessandri enquadrava-se perfeitamente nos objetivos da ALPRO, que demandava inclusive reforma agrária, questão delicada par um governo de direita. O temor dos EUA era de que o subdesenvolvimento, a pobreza e a fome gerassem adeptos ao comunismo, e, mais ainda, que estes chegassem ao poder democraticamente eleitos e, por isso, enviaram ao Chile ajuda militar e apoio logístico para fins de contrainsurgência. As relações com os EUA estavam, assim, com laços muito estreitos, tanto que o Chile recebeu créditos norte-americanos através do Eximbank que passaram de 50,7 milhões de dólares para 150,7 milhões. Os números, de acordo com Valverde (2002), são de 447 milhões de dólares de assistência econômica e 80,9 milhões de assistência militar. Jorge Alessandri entrevistou-se com Kennedy, em 1962, e ambos reforçaram os laços entre as duas nações, embora o Chile buscasse cada vez mais uma posição autônoma no sistema internacional, através do crescente multilateralismo.

Em discurso na CEPAL, em 1961, Jorge Alessandri enfatiza o que os EUA exigiam em troca da ajuda econômica e militar à América Latina: as reformas para desenvolver o subcontinente e evitar a penetração comunista.

El mandatario norteamericano ha fundado su programa en el concepto de que la ayuda internacional sólo puede alcanzar la plenitud de sus objetivos si los países latinoamericanos realizan profundas transformaciones sociales que remuevan los obstáculos que impiden un crecimiento más dinámico de la economía y una distribución más justa de la riqueza entre los diversos grupos sociales. Por mi parte, coincido plenamente con estas apreciaciones y, de hecho, mi Gobierno ha puesto y pone en la actualidad su mayor empeño en llevar adelante profundas reformas, principalmente en los campos agrario, educacional y tributario. (RODRÍGUEZ, 1961, p. 7)

Sendo assim, contra sua vontade e de seu partido, mas pressionado pelos EUA e por mudanças nos condicionantes internos em 1961, o governo Alessandri apresenta ao Congresso o Projeto de Lei de Reforma Agrária, a Lei 15.020 de 1962, em consonância

com a Conferência de Punta del Este de 1961, cujo documento oficial, a Carta de Punta del Este, enfatizava a questão:

Impulsar, dentro de las particularidades de cada país, planes de reforma agraria integral orientada a la efectiva transformación de las estructuras e injustos sistemas de tenencia y explotación de la tierra, donde así se requiera, con miras a sustituir el régimen de latifundio y minifundio por un sistema justo de propiedad, de tal manera que mediante el complemento del crédito oportuno y adecuado, la asistencia técnica, y la comercialización y distribución de los productos, la tierra constituya para el hombre que la trabaja base de su estabilidad económica, fundamento de su progresivo bienestar y garantía de su libertad y dignidad. (CARTA DE PUNTA DEL ESTE, 1962)

A grande mudança ocorrida no panorama político chileno foi a derrota de Liberais e Conservadores nas eleições parlamentares do segundo semestre de 1961, onde o Partido Radical ganhou força e, para ampliar sua base de apoio, Jorge Alessandri pediu apoio aos radicais, que, em posição confortável, trataram de estipular algumas condições a tal apoio, dentre elas, a própria reforma agrária e um reajuste salarial aos trabalhadores. Daí que se imbricaram condicionantes internos e externos para a implantação de uma tímida reforma agrária por um governo de direita, a qual ficou apelidada pelos chilenos de “*reforma del macetero*”, porquanto não atendesse as reais necessidades do país e, segundo Chonchol (1976), faltava “vontade política”, embora tenha aberto caminho para que o processo de redistribuição no campo fosse aprofundado posteriormente por Frei Montalva e Salvador Allende, nas gestões seguintes. A importância da Lei 15.020, que facilitaria o aprofundamento da reforma agrária nos governos posteriores, se deveu, em partes, à criação de instituições como a Corporação de Reforma Agrária (CORA) e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (IDAP).

A partir de 1961 o governo Jorge Alessandri entra em uma nova fase, onde a Doutrina Alessandri, de 1959, que pregava o desarmamento na América Latina, perde espaço para uma reivindicação extremamente inovadora para a época: a defesa dos direitos humanos. O Chile vivenciava um período de grande estabilidade política e de respeito à democracia, portanto, colocava-se numa posição altissonante no cenário internacional, agora com o discurso da necessidade de se proteger os direitos humanos e os povos menos desenvolvidos, daí que passou a aproveitar a menor hierarquização do sistema internacional, a tímida distensão entre as duas superpotências, e lançou-se como guardião da democracia no subcontinente latino-americano. Apoiando-se nessas

prerrogativas, aplicou sua política externa para as novas nações africanas e asiáticas, através de uma política mais ativa com relação ao Terceiro Mundo e ao multilateralismo, enviando observadores para a I Reunião Ministerial de Países em Desenvolvimento, no Cairo, e passando a integrar o ECOSOC, o Comitê de Descolonização e a UNCTAD, além de ter facilitado assistência técnica aos novos Estados africanos para a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), cuja carta foi proclamada em Addis Abeba, em 1963. Faz-se necessário destacar que a tradição da política externa chilena era marcada pela diplomacia presidencial, portanto Alessandri realizou verdadeiro malabarismo político para acomodar as forças inquietas na segunda metade do seu governo e poder realizar o jogo de dois níveis de Putnam (2010), obtendo êxitos nos planos internacional e doméstico simultaneamente.

No plano regional, entretanto, concentravam-se alguns atritos com nações vizinhas, especificamente com relação a questões limítrofes, mas, ao mesmo tempo, fazia parte do espírito da diplomacia chilena a integração latino-americana. Nesse sentido, em 1961, foi assinada entre o presidente do Chile e o presidente da Argentina, Arturo Frondizi, a Declaração de Viña del Mar, como ficou conhecido um conjunto de acordos entre Chile e Argentina. Tais acordos, na prática, ratificavam a ALPRO, além de colocarem os dois países vizinhos em relações amistosas, graças a pontos da Declaração tais como: 1) adesão aos princípios da civilização ocidental; 2) fortalecimento do sistema regional e vigência dos acordos e princípios da Ata de Bogotá; e, 3) obrigava ambos os governos a efetuarem consultas “de caráter permanente” em assuntos de interesse comum para coordenar suas ações nos organismos internacionais. Com relação à Bolívia, havia uma crise desde 1958, em razão do projeto chileno de desviar as águas do rio Lauca, o que se concretizou em 1962, quando o Chile desviou metade das águas deste rio considerado internacional, resultando no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países por parte da Bolívia, a qual levou a questão para a OEA, alegando estar em iminente agressão, mas não teve sua reclamação acolhida. Com relação à Argentina, havia crescentes problemas fronteiriços, apesar das boas relações entre os países que Alessandri tentara manter, problemas estes que se referiam especificamente ao estreito de Beagle e que se aprofundariam nos anos seguintes; o Chile, entretanto, recorria sempre à via jurídica para solução de controvérsias, “como um Estado satisfeito de suas fronteiras e ameaçado por um revisionismo” (VALVERDE, 2002, p. 240).

Em 1964 assume a presidência Eduardo Frei Montalva, do PDC, o qual daria continuidade ao reformismo de Jorge Alessandri, aprofundando-o, o que Ffrench-Davis (2002) chamou de “reformas estruturais”. O programa de Eduardo Frei estava ancorado em três objetivos básicos, quais sejam: 1) um programa de estabilização “gradual, multiancorado e não recessivo”; 2) um programa de modernização industrial que “reativasse o papel do Estado como gerador de investimentos”; e, 3) um programa de mudança estrutural e social, que incluía reforma agrária, os primeiros passos para a nacionalização das minas de cobre e incentivos para uma participação popular efetiva no processo democrático chileno (FFRENCH-DAVIS, 2002). A nova administração herdara uma inflação da ordem de 50% e, tendo em vista que a capacidade produtiva do país no primeiro ano de governo estava “subutilizada” e os salários “deprimidos”, bastou reconciliar “impulso à produção, aumento de salários e redução da inflação”, o que foi facilitado pela melhora nos termos de troca ente 1965 e 1966. A princípio, parecia que o programa de estabilização estava sendo um sucesso, mas logo as relações entre o governo e as organizações sindicais se desgastaram e várias greves eclodiram, em razão das pressões de custo sobre os preços aos consumidores, devido ao aumento de salários reais, “mais do que o planejado”; à continuidade dos gastos em 1966, “excedendo projeções”; e ao fato de a capacidade produtiva subutilizada ter chegado à exaustão, enquanto que os investimentos continuavam moderados. Tudo isso apesar de o governo ter realizado uma bem sucedida reforma tributária, que promoveu maior equidade nos impostos e aumentou consideravelmente a receita do Estado (FFRENCH-DAVIS, 2002).

Os resultados econômicos do governo Eduardo Frei foram, no geral, positivos: a inflação em 1970 reduzira-se para 36%; a regulamentação do sistema econômico foi mantida, impedindo escaladas de salários; a taxa de investimentos ao invés de declinar aumentou em 20% em 1970; o crescimento da capacidade produtiva foi em média 4,3% ao ano; o PIB cresceu numa taxa anual de 4%, devido a “pesados investimentos públicos”, além de “investimento privado promovido pelo governo”; o setor externo reduziu sua alta propensão a crises devido à pioneira introdução de política de taxa de câmbio “*crawling peg*”, em 1965; e, por fim, a distribuição do produto melhorou consideravelmente. Tais sucessos, contudo, deveram-se a dois fatores: primeiro, os grandes volumes de crédito vindo dos EUA no âmbito da Aliança para o Progresso e, segundo, à parcial nacionalização das minas de cobre — e a boa performance do

mercado desta commodity —, além da reforma agrária. Estes dois últimos pontos merecem ser pormenorizados.

Os indicadores do campo não eram nada promissores na década de 1960, apesar do grande progresso encontrado nas cidades entre 1920 e 1960 e a situação, conforme descrita por Pradenas (2013), é de uma nação historicamente exportadora de produtos agropecuários que em 1965 se viu diante de uma crise de abastecimento interno, obrigando-se a importar carne, cereais, açúcar, entre outros alimentos básicos, o que gerou um grande desequilíbrio nas contas externas, com um déficit da ordem de 124 milhões de dólares. As condições de desenvolvimento no campo continuavam praticamente como na época da Colônia: os camponeses careciam de atendimento à saúde, à educação, a saneamento e a melhores habitações; trabalhavam sob um sistema de contratação conhecido como “*inquilinaje*”, uma espécie de servidão, onde dependiam de caridade de seus patrões em uma relação notadamente paternalista em que geralmente recebiam por seu trabalho em espécie (PRADENAS, 2013); viviam predominantemente em choças ou habitações rudimentares e o analfabetismo, embora não fosse tão alto no Chile nestes anos quanto nos demais países latino-americanos, na zona rural era mais do que três vezes o das cidades. A principal causa disso tudo era a concentração da propriedade da terra sob a forma do latifúndio improdutivo, onde 83,1% da superfície agrícola estava concentrada nas mãos de apenas 6,9% das explorações. Esses indicadores constituíam um entrave ao desenvolvimento econômico proposto pelos governos que passaram pelos anos 1960, pois um projeto reformista não poderia ser bem sucedido sem a inclusão das massas campesinas, as quais, até 1967 estavam proibidas de organizarem-se sindicalmente (CHONCHOL, 1976).

Diante deste quadro, já na eleição presidencial de 1964 os dois principais candidatos, Eduardo Frei e Salvador Allende, comprometeram-se com uma modificação no velho regime agrário chileno e, tendo saído vitorioso, Frei cumpriria sua promessa quando, em 1965, praticamente desapareceram as forças de direita do Parlamento. Assim, em 1966 foi promulgada uma lei que proibia a subdivisão e a venda privada de terrenos com mais de 80 hectares, isso porque, enquanto tramitava no Parlamento a nova lei de reforma agrária, muitos agricultores estavam realizando divisões fictícias das grandes propriedades entre familiares ou divisões comerciais que impossibilitariam que estas terras fossem distribuídas aos camponeses futuros beneficiários da reforma (CHONCHOL, 1976). Em 1967 vieram, enfim, as mudanças jurídicas e institucionais para a realização da reforma no campo: a Lei de Reforma Agrária, Lei 16.640, e a Lei

de Sindicalização Campesina, dando voz aos trabalhadores rurais pela primeira vez, permitindo sua maior participação na teia social chilena e até mesmo na vida política do país. A nova lei de reforma agrária contou com o apoio da Igreja Católica, dos industrialistas e dos comerciantes, além de amplos setores da classe média, do proletariado industrial e dos próprios camponeses, aliado ao fato de estar em consonância com a ALPRO de Kennedy, além das próprias recomendações da CEPAL, bastante influente nos quadros do governo Eduardo Frei. Como oposição à nova Lei, estavam os latifundiários e a imprensa, especialmente os jornais *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado*. A resistência dos grandes donos de terra foi tão intensa que em 1970 um engenheiro da CORA, Hernán Mery, foi assassinado por donos de latifúndios (PRADENAS, 2013).

O segundo ponto que merece atenção na política interna do governo Eduardo Frei foi o início de um processo de nacionalização das minas de cobre que ficou conhecido como “chilenização” do cobre. Desde o século XIX a mineração passou a ocupar o primeiro lugar nas exportações chilenas e, no início do século XX, diante da crise do salitre (1880-1920), empresas estrangeiras, majoritariamente norte-americanas, passaram a controlar a exploração e a comercialização do cobre, conforme permitia o Código de Mineração de 1888. Com a crise de 1929, aumentou o protecionismo no Chile e, em especial, durante a década de 1930, houve tentativas de taxaço das poucas empresas que controlavam a exploração de cobre de forma monopolística, além de outros minérios. Assim, gradualmente vai se configurando o processo rumo à “chilenização”, através de leis como: 1) Lei n.º 4.979 de 1931, que dispunha que todos os cidadãos que transferissem bens ao exterior teriam a obrigação de fazer remessas ao país no valor dos bens extraídos, embora excetuasse da disposição legal salitre, cobre, iodo e ferro; 2) Lei n.º 5.107 de 1932, que exigia às empresas de cobre o “retorno de uma pequena parte do valor de suas exportações, que não poderia ser inferior aos gastos de produção no Chile”; 3) Lei n.º 5.185 de 1933, que previa que a cota de exportação do cobre seria fixada pelo presidente a cada três meses; 4) Lei n.º 6.334 de 1939, que criou a *Corporación de Fomento a la Producción* (CORFO) e fixou uma taxa de 33% para as empresas de cobre; e, 5) Lei n.º 7.160, taxando 50% sobre a maior renda obtida pelas empresas de cobre com base em um valor calculado que equivalia ao aumento dos preços de venda sobre os preços-base fixados na lei (PRADENAS, 2013).

Em 1965, assume como Ministro de Mineração Alejandro Hales, que foi embaixador do Chile na Bolívia durante o segundo governo do general Ibañez (1952-

1958), e que, por esse motivo inspirara-se na Revolução Boliviana de 1952 para propor uma nacionalização suavizada das minas cupríferas chilenas, semelhante ao que fora feito na Bolívia com relação ao estanho. Autores como Esteban Valenzuela (2013) traçam inclusive um paralelo entre o “experimento reformista” que o Chile vivia desde os anos 1950 e a Revolução por que passara a Bolívia com Paz Estenssoro (1952-1956), e defende ademais que o PDC chileno possuía vínculos estreitos com a Bolívia, em razão principalmente da Igreja Católica e de sua doutrina social. Os democratas cristãos chilenos viram ocorrer na Bolívia o que o Chile só vivenciaria na segunda metade dos anos 1960 em termos de reformismo social e incremento da promoção popular e, como ambos eram anti-marxistas, repudiavam o guevarismo e a Revolução Cubana como alternativa para seus países. No espectro político chileno, como Eduardo Frei pode ser considerado um governo de centro, termos como “nacionalização” pareciam acenar para a esquerda, daí o fato de ter adotado a designação “chilenização”, pois, na prática, ocorreu um acordo entre o Estado chileno e as empresas norte-americanas em que se conseguiu encampar de fato 51% das minas cupríferas, portanto uma nacionalização parcial (VALENZUELA, 2013); o processo seria aprofundado através de uma efetiva nacionalização pelo governo da Unidade Popular em 1970.

O fato de a “chilenização” ter sido uma nacionalização parcial e previamente acordada com os Estados Unidos resolvia simultaneamente o conflito interno, já que se tratava um governo de centro, onde medidas de cunho nacionalista e reformistas muitas vezes eram interpretadas como políticas de esquerda; e, resolvia também qualquer atrito maior com Washington neste processo; foi, portanto, uma via moderada de defender um recurso mineral crucial para o Chile, nação que havia sofrido perdas imensas com o cobre desde a Segunda Guerra Mundial e depois com a Guerra da Coreia, e que, desde 1962, estava amparada pela Resolução 1.803 da Assembleia Geral da ONU denominada “Soberania Permanente dos Recursos Naturais” (PRADENAS, 2013). Foram desfeitas, portanto, as aparentes contradições entre o programa de governo do PDC e sua política externa, e a “chilenização” representava, assim, “uma solução que se encaixa bem no marco ideológico e político da Aliança para o Progresso” (WEATHERHEAD & MAIER, 1964).

A política externa de Eduardo Frei apresentou, assim como a de Jorge Alessandri, um alto grau de vinculação política com a Europa Ocidental, de acordo com a análise comparativa dos fluxos de política exterior de Quezada Alvarez (1983). Neste período, 50,4% dos acordos internacionais foram firmados com a Europa Ocidental,

20,7% com a Europa Oriental, 18% com a América Latina e somente 6,3% com os EUA, o que revela não só certo distanciamento com relação a esta superpotência, na busca por maior autonomia no sistema internacional, uma política exterior independente, bem como uma diversificação de parcerias rumo ao bloco socialista (ALVAREZ, 1983). Isso pode ser percebido através das iniciativas para reatar relações diplomáticas com a URSS, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária e Romênia, que resultaram em uma série de acordos internacionais políticos, o que, na análise de Alvarez, significa uma “vinculação formal”. Demais vinculações formais do governo Eduardo Frei se deram com a África e a Ásia, o que significou para o “*Chile la ampliación en más de un 200% de sus socios en este grupo*”, destacando-se o Japão como um sócio de importância (ALVAREZ, 1983, p. 56). Em termos de “vinculação informal”, ou seja, comércio ou exportações, o autor analisa que esta apresentou comportamento semelhante ao da vinculação formal, com destaque para a intensa relação comercial com o Reino Unido e, em menor grau, com a Holanda, República Federal da Alemanha e França como parceiros mais importantes do Chile deste período. Na América Latina, a Argentina era o maior parceiro comercial, seguido de um “aliado tradicional”, o Equador. O que se conclui na análise de Alvarez é que não houve qualquer ruptura com o mundo ocidental e na posição do Chile neste bloco, apesar do reatamento das relações com o mundo socialista, mas, pelo contrário, parece que Eduardo Frei incentivou a manutenção do status quo, porém aproximando-se mais da Europa Ocidental que dos EUA.

Joaquín Huerta (1991), em sua análise da política exterior chilena de 1966 a 1991, considera que no ano de 1966 o protagonismo do Chile como potência regional atingiu seu “zênite” e estendeu-se até 1970, embora sempre considerasse, como apontava Alvarez (1983), mais prudente a adesão ao status quo e ao sistema interamericano, evitando qualquer tipo de isolamento diplomático, o que viria a ocorrer no governo militar a partir de 1973. O Chile, em sua política externa da década de 1960, antes de o tema da democracia tornar-se central na esfera regional, propagava seu modelo de desenvolvimento político democrático, com instituições sólidas e uma tradição diplomática de respeito aos tratados e aspirava a ser um ator regional cada vez mais importante. Para isso apresentou-se timidamente como “terceiro-mundista”, na tentativa de estreitar relações com as nações vizinhas, além de com os novos Estados africanos e asiáticos (HUERTA, 1991). Assim, o Chile aparecia como “alternativa a Cuba de Castro”, aos olhos dos EUA e para toda a América Latina, e, por isso, neste

período Eduardo Frei contou com grandes volumes creditícios oriundos da América do Norte para seu programa reformista no âmbito da ALPRO, o qual extrapolava em termos ideológicos também para a política exterior. Durante todo o governo a política externa esteve nas mãos do chanceler Gabriel Valdés, o que deu “consistência e durabilidade” às iniciativas pretendidas. O estruturalismo do tipo cepalino e, mais tarde e em menor grau, a teoria da dependência, tiveram grande influência nos quadros da diplomacia chilena desta época, bem como no governo (HUERTA, 1991).

Na segunda fase do governo Eduardo Frei, a política exterior tomou contornos de um “latinoamericanismo”, o que, aliado à ascensão de Richard Nixon à presidência dos EUA, refletiu-se num distanciamento ainda maior deste país, que se refletiu no Consenso de Viña del Mar, de 1969, onde os países latino-americanos adotaram uma nova postura “concertada” diante da eleição do novo presidente norte-americano. Huerta assim define os resultados do Consenso:

Esta posición reflejaba la defunción definitiva del espíritu de la Alianza para el Progreso, daba especial énfasis a lo que se veía como diversidad de intereses entre América Latina y Estados Unidos y se demandaban nuevas formas de negociación que se referían más a las supuestas necesidades de América Latina. No estaba ausente de esta posición una cierta beligerancia, aunque las relaciones con Washington en general siguieron siendo buenas. (HUERTA, 1991, p. 436)

Gabriel Valdés defendia que a América Latina deveria construir uma posição conjunta para enfrentar o subdesenvolvimento econômico, o que implicaria em um processo de integração, inspirado no incipiente sucesso da experiência europeia desde os anos 1950, o que sempre agradou a falangistas e democratas cristãos. A ideia da integração latino-americana permeou toda a administração Eduardo Frei, desde 1964, o que muitas vezes entrou em conflito com os objetivos norte-americanos e brasileiros, haja vista que neste último ascenderam ao poder militares que instalaram um regime autoritário, apoiado pelos EUA, cujos objetivos eram a criação de uma Força Interamericana de Paz (FIP), à qual o Chile se opunha, porque parecia “legitimar sob uma fórmula multilateral as intervenções norte-americanas nos sistemas políticos da região” (WILHELMY, 1977), como o que ocorrera na República Dominicana em 1965.

Os primeiros atritos vieram após a II Conferência Interamericana Extraordinária, ocorrida no Rio de Janeiro em 1965, oportunidade em que ficaram evidentes as diferenças entre os EUA e os demais membros da OEA, por um lado, e as posições do Chile, Uruguai e México, por outro. As divergências entre os programas de Eduardo

Frei e Castelo Branco chegaram a um nível crítico, posto que para o presidente brasileiro a aplicação da chamada Doutrina de Segurança Nacional prevalecia sobre os interesses de desenvolvimento econômico latino-americano, de forma integrada e através de reformas, como pretendia o Chile. O Brasil foi o único a apoiar a FIP, junto aos EUA, enquanto o Chile se opôs radicalmente e México e Argentina acabaram retirando seus apoios, entretanto Castelo Branco não objetou a proposta chilena de uma cooperação econômica internacional (WILHELMY, 1977). A partir de 1967, com a chegada de Costa e Silva ao poder no Brasil, a diplomacia brasileira tornou-se mais “flexível em relação à integração”. Em 1968, Eduardo Frei concede uma entrevista ao jornal O Globo colocando no Brasil a tarefa de liderar um processo de integração regional, o que ao mesmo tempo abafava as críticas de uma possível tentativa de liderança regional do Chile. Nesta etapa da política exterior chilena dava-se uma maior ênfase aos “esquemas de coordenação latino-americanos”, e, de forma pragmática, Eduardo Frei visita o Brasil no mesmo ano, onde se produziu uma série de reuniões entre os chanceleres e os presidentes, focando no tema da “unidade latino-americana” e, nos documentos elaborados, pela primeira vez utilizou-se o termo “sistema latino-americano”, contrapondo-se ao sistema interamericano, como defendia o Chile. A visita, portanto, trouxe êxitos para a diplomacia chilena, pois melhorou a posição internacional do país, num momento de tensões bilaterais, especialmente com a Argentina (WILHELMY, 1977).

A integração latino-americana passa, assim, a ocupar o objetivo primordial da política externa do presidente Eduardo Frei, entretanto, as complexas relações vicinais dificultavam um projeto a nível continental, o que trouxe à tona a noção de uma integração sub-regional, que culminaria na criação do Pacto Andino, em maio de 1969, através do Acordo de Cartagena. A diplomacia chilena percebeu que tudo indicava a existência de blocos no sistema interamericano, o que dificultava a utópica (posto que desconsiderasse a necessidade de aliados) criação de um mercado comum latino-americano. De acordo com Valverde (2002), Frei enfrentou uma “situação de paralisia política”, apesar de todos os esforços de Gabriel Valdés para uma integração latino-americana, e, diante disso, passou a considerar um projeto alternativo de integração, dentro da ALALC, em suma, uma integração sub-regional, e para isso tratou de encontrar-se com o presidente da Colômbia, Carlos Restrepo, em 1965. Ambos os presidentes convidaram o mandatário argentino Arturo Illia para integrar a Argentina no acordo sub-regional, porém, com o golpe militar que leva ao poder o general Onganía,

em 1966, a iniciativa não evoluiu. Temendo ficar isolado diante de uma aproximação Brasil-Argentina, o Chile tratou imediatamente de convocar uma reunião em Bogotá para lançar os princípios do acordo de integração sub-regional, na qual participaram os presidentes do Chile, Colômbia, Venezuela e representantes do Equador e Peru (VALVERDE, 2002). As bases para um acordo sub-regional andino foram criadas na Reunião Ministerial de Assunção de 1967, onde foi permitida, dentro da ALALC, a criação de organismos sub-regionais. Após inúmeras conferências, finalmente em 1969 é aprovada a Declaração de Cartagena, ou Acordo Sub-regional Andino, assinado por Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia.

A criação do Pacto Andino foi um grande êxito da diplomacia chilena e do governo Eduardo Frei, e serviu para contrabalançar o Brasil e a Argentina, através da ampliação do poder de negociação (em bloco). Para Valverde, a frustração com a ALALC conduziu o Chile a negociar com a Colômbia a criação de um mercado comum sub-regional, portanto havia um misto de interesses políticos e econômicos no projeto integracionista. O Acordo de Cartagena representou um grande avanço para a região, estava de acordo com o que propunha a CEPAL desde os anos 1950 e, pela primeira vez, pareciam estar reunidas as condições necessárias para um pleno processo de integração entre países de nível de desenvolvimento “semelhantes”. Entretanto, o comércio intra-andino era “ínfimo” e, por essa razão, tornou-se uma aliança essencialmente política. Valverde critica os resultados imediatos do Pacto Andino, o qual desapontara o presidente Eduardo Frei no final de seu mandato; entretanto, foi uma iniciativa pioneira de integração, a qual o Chile integrou até 1976, quando Pinochet anuncia a saída do bloco (VALVERDE, 2002).

3.3.2 Dos Centros de Cinema Experimental ao *Nuevo Cine Chileno*

A gestação do *Nuevo Cine* chileno deu-se nas universidades, especialmente na *Universidad Católica*, com o Instituto Fílmico, criado em 1955, e na *Universidad de Chile*, com o Centro de Cinema Experimental, em 1957, este último criado por Sergio Bravo, militante comunista. A criação de tais instituições fílmicas de caráter experimental estava intrinsecamente ligada ao movimento estudantil, que, de forma cooperativa, criou cine clubes, que depois se tornariam os centros. Destes centros saíam os principais cineastas do movimento que viria à tona na década seguinte, pois tais institutos serviram para o desenvolvimento do cinema documental realista, em

contraposição à paralisia cinematográfica que experimentava o país, com uma produção de apenas 13 filmes entre 1951 e 1961, dos quais 5 foram dirigidos por estrangeiros. Não havia, até então, a exploração do tema da opressão do povo camponês, preocupação de Bravo em seus primeiros curtas-metragens documentais, como *Mimbre* (1957), em que, utilizando a técnica experimental, retratou com um lirismo inovador a artesanal confecção de peças de vime por um trabalhador do campo. No ano seguinte, realiza *Trilla* (1958), que contou com música de Violeta Parra, e, mais tarde, *Láminas de Lanahue* (1962), um curta que gira em torno de um moinho de água, metáfora para o fato de que a Terra gira e que a vida continua, encerrando com uma cena belíssima de um pôr do sol. Conforme Salinas, Roco e Stange (2008):

El espacio a partir del cual se abrirá camino al cine moderno en Chile proviene, precisamente, de un género y un ámbito de producción alejados de la escena comercial, del gran público y del modelo hollywoodense de producción: los cortometrajes documentales realizados en centros universitarios. (SALINAS; ROCO; STANGE., 2008, p. 26)

Da Universidade Católica veio o filme *Las Callampas* (1958), de Rafael Sánchez, película de extrema importância por colocar pela primeira vez em cena o movimento dos povoadores de Santiago e o problema dos assentamentos precários, diante de um déficit habitacional saliente. Sánchez tentou retratar um tipo de marginalidade, congruente com a daquela visão da classe política, especialmente a dos democratas cristãos, por isso seu filme não demonstra conflito de classes ou questionamento da propriedade privada e revela até certa aquiescência com relação às elites no poder, crente na democracia cristã, em que “todos deveriam trabalhar pelo Estado de bem-estar social”. O filme também faz acreditar nas instituições, em especial a Igreja católica, em consonância com o local onde foi produzido (FAURÉ, 2017). Trata-se, acima de tudo, de um curta que faz uso da “romantização” da pobreza, recurso típico de cineastas conservadores. Entretanto, o filme apresenta traços neorrealistas, não utiliza atores, mas apenas filma a população local, e apresenta a tomada dos terrenos de La Victoria, primeiro assentamento do Chile, ao mesmo tempo em que denuncia a quantidade de pessoas em Santiago ainda sem habitação.

A Revolução Cubana alteraria no Chile as forças políticas internas e até mesmo o conceito distorcido de marginalidade propagado pelos democratas cristãos. Os camponeses e os marginalizados das cidades passaram a ter mais consciência de classe e se organizar em movimentos como a *Frente de Acción Popular* (FRAP), inspirados no

ideário cubano, o que significa o início de um ambiente propício para a polarização política, como ocorreu a partir do surgimento do PDC e, mais tarde, da UP. O cinema chileno, assim, acompanhou a mudança da conjuntura internacional e doméstica e passou a “*modelar de manera más explícita sus posiciones políticas y a intentar buscar nuevos recursos teóricos y técnicos que permitieran construir un lenguaje nuevo para un escenario también nuevo.*” (FAURÉ, 2017, p. 46).

A renovação do cinema chileno nos anos 1960 se deu, assim, a partir das universidades, pelos estudantes, e através do cinema chamado experimental, mas sem o apoio do governo Jorge Alessandri. A definição de “cinema experimental” é bastante controversa, haja vista que para alguns autores o cinema, desde seu início, sempre foi experimental no sentido literal da palavra; outros, entretanto, definem como um tipo de cinema que “[...] traça um movimento inaugural de campos e formas, e, por seu estatuto desbravador e de choque, [...] de confronto com as normas e os protocolos, com as convenções e as instituições, e, enfim, com o repertório do espectador.” (BEZERRA; MURARI, 2016).

Nos primeiros anos da década, visitou o Chile o teórico Edgar Morin, que veio, a convite do Centro de Cinema Experimental da Universidade do Chile, dar contribuição aos jovens cineastas fora do circuito comercial e acabou gravando *La Alameda* (1962). Também se engajou o diretor da Cinemateca Francesa Henry Langlois e o documentalista político holandês Joris Ivens, que realizou *...A Valparaíso* (1963), em cooperação com o cineasta militante francês Chris Marker. Percebe-se, assim, que na primeira metade dos anos 1960, o cinema chileno não comercial, experimental e documental revestia-se de um caráter transnacional e a influência direta, neste período, era a *Nouvelle Vague* (FAURÉ, 2017; AGUIAR, 2013). O cinema experimental na Universidade do Chile, nesse sentido, desenvolveu-se acentuadamente entre 1963 e 1968, não tanto através do cinema de *auteur*, mas através de criações coletivas e cooperativas entre os iniciantes artistas-diretores. *...A Valparaíso* (1963) foi concebido a partir de uma conversa com Pablo Neruda, o que influenciou Joris na concepção do filme, porém o roteiro era um texto lírico escrito por Marker; o filme faz referência a Cuba, através do rum, de forma anedótica, segundo Aguiar (2013). A altitude de Valparaíso é apresentada como uma dificuldade a mais para a chegada da água e de comida, de maneira que na película se faz alusão às escadas, como no trecho da voz over: “*Plus on monte sur les collines, plus les gents sont pauvres. Au sommet, les*

pauvre des pauvres. À la ceinture de chaque colline, de grandes maison en fer noir et rouillé, les châteaux des pauvres. Comment vivre?.”. A autora ainda aponta que,

Além da experiência cubana compartilhada com o realizador holandês, Marker retomou no texto para *À Valparaíso* aspectos presentes em *Cuba si*, finalizado pouco antes: os dois filmes constituem uma espécie de ode a povos que resistem às intempéries. O francês encontrou nas imagens do holandês a poesia cotidiana na luta diária pela sobrevivência, mas também um potencial violento para a libertação. O imperialismo e a miséria (fruto de uma exacerbada desigualdade social na cidade chilena) são elementos explosivos que, ao longo do documentário, se transformam em um potencial de transformação. (AGUIAR, 2013, p. 6)

...A *Valparaíso* (1963) foi filmado em preto e branco, num jogo de luzes e sombras retratando a cidade, mas os cinco minutos finais são em colorido e nestes há uma referência direta à colonização e ao imperialismo, onde mapas do Novo Mundo, emprestados por Neruda, são expostos em alusão à pilhagem espanhola no período colonial; critica-se ainda o imperialismo britânico, os piratas e, por fim os EUA, numa cena em que o Tio Sam aparece abrindo o canal do Panamá com um prego no mapa da América (AGUIAR, 2013). O texto produzido para o filme apresenta de forma crua a realidade do subdesenvolvimento por que passavam os países latino-americanos e sua classificação no sistema internacional como Terceiro Mundo, resultado de séculos de exploração. O vermelho-sangue no filme retrata o caminho pela violência, influenciado pelos movimentos de libertação da época na África e Ásia, posto que o tema da dependência fosse visto como produto de um processo colonial e neocolonial e ganhava adeptos na esquerda chilena, através da fundação do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) do Chile, em 1965.

No governo do PDC houve o que foi chamado de “promoção popular”, que possibilitou a incorporação de camponeses, principalmente, mas também de trabalhadores urbanos, em organizações sindicais, movimentos sociais e políticos. Isso gerou grande agitação social, especialmente porque a população começou a tomar consciência, na medida em que ia sendo alfabetizada, como no caso da alfabetização de adultos, que atingiu a cifra de um milhão de alfabetizados. A grande contradição é que a base pedagógica utilizada pelo governo de Eduardo Frei era a de Paulo Freire, exilado no Chile naquele período, e que passou a integrar o *Instituto de Capacitación e Investigación de la Reforma Agraria* (ICIRA). Freire pregava a leitura do mundo a partir da leitura da palavra e, com isso, a construção de um horizonte político de

libertação, o que provocou tomada de consciência no campo; nas cidades, o movimento acompanhava o rural, com um total de 116 ocupações no período freísta (FAURÉ, 2017).

O cinema comercial chileno seguia seu ritmo decadente e a Chile Films, estatal criada para promover produções cinematográficas nacionais, fundada nos anos 1940, passou por um período em que seu papel como fomentadora do cinema chileno foi irrelevante. Nos anos 1960, no entanto, alguns cineastas do circuito aventuraram-se, através de incentivos da Chile Films, mas, em termos de instrumento de renovação revelavam-se inúteis, haja vista que apenas reproduziam a ideologia das elites no poder. A classe média não se identificava com essas películas, tampouco os grupos de esquerda e minorias, cada vez mais ativos na política, e unificados na segunda metade da década na UP. As produções da Chile Films foram favorecidas por uma lei de 1967 que isentava de taxas de importação as películas virgens e isentava de impostos a distribuição nacional, o que consistia em reativar a indústria cinematográfica nacional. O diretor Helvio Soto, ao considerar-se um homem de posição política, por exemplo, não pode lançar *Erase un niño, un guerrillero y un caballo*, que não agradou aos distribuidores. Um dos poucos filmes que conseguiu driblar a quase censura da Chile Films e seus distribuidores foi *Morir un poco* (1967), de Alvaro Covacevich, que “*apelando a escasos recursos lograba traspasar al cine modestos problemas de gente modesta, pero con una sinceridad que no había mostrado el cine chileno hasta ese momento*” (OSSA COO, 1971, p. 75). Muitos consideram este o primeiro filme do *Nuevo Cine Chileno* e o *debut* da luta de classes no cinema desta nação latino-americana.

Se na década de 1950, com exceção dos curtas experimentais, no circuito comercial a mediocridade era denominador comum, conforme concordavam Paulo Emílio Salles Gomes e Carlos Ossa Coó, na segunda metade dos anos 1960 ocorreu verdadeira renovação; o cinema deixou de ser plástico para ser orgânico, deixou de ser elitista e passou a ser popular, deixou de ser instrumento de opressão e passou a constituir ferramenta de *liberación*. Em 1968, a Universidade de Valparaíso criou cursos de cinema, um ano após o Encontro de Cineastas de Viña del Mar, onde a corrente renovadora latino-americana expôs suas ideias e “confrontou suas ambições” (PARANAGUÁ, 1985, p. 80). O primeiro filme de impacto, que inclusive ganhou prêmio no Festival de Locarno em 1969, foi *Tres Tristes Tigres* (1968), de Raúl Ruiz.

Pretextada en una obra teatral de Alejandro Sieveking, *Tres tristes tigres*, de Raúl Ruiz representa uno de los estrenos más importantes no sólo de 1968, sino de la trayectoria del cine chileno hasta ese momento. Ruiz, que había realizado anteriormente. *La maleta* y *El tango del viudo* (que no fueron exhibidas comercialmente), logró en este filme caracterizar sociológicamente al chileno medio, poner en evidencia la violencia subterránea que se desliza en sus relaciones cotidianas y que muchas veces no es percibida en integridad. (OSSA COO, 1971, p. 78)

Em 1969 foram lançados dois grandes filmes do *Nuevo Cine Chileno*: *Valparaíso mi amor* (1969), de Aldo Francia e *El Chacal de Nahueltoro* (1969), de Miguel Littin, que, junto a *Tres tristes tigres* (1968), foram exibidos no II Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano. O objetivo dessas películas era dotar a atividade cinematográfica de uma “função social relevante”, ou seja, política, e, nesse sentido, em 1970, proclamou-se a urgência de um cinema revolucionário e comprometido com a construção do socialismo, através do Manifesto dos Cineastas da Unidade Popular, haja vista que, da segunda metade dos anos 1960 até 1970 houve uma proliferação de manifestos dos movimentos cinematográficos que foram surgindo em diversos países da América Latina. Cavallo e Diaz (2007), ao analisarem o cinema chileno dos anos 1960, alertam para uma “desmitificação” destas três películas e apresentam outros cineastas importantes que, desde o início da década, produziram películas que abordavam “a sede de progresso”, “o espaço opressivo”, “*la virgen, la madre y la puta*” (querendo com este subtítulo referir-se à revolução sexual da época), dentre outros temas que escapam de um movimento puramente documental e político-sociológico³. Os autores apontam que o cinema deste período representa uma ponte entre o tradicional e o “lento ingresso na modernidade”, em razão de ser um cinema extremamente patriarcal: “El cine chileno de los 60 es machista por acción y por omisión” (CAVALLO; DIAZ, 2007, p. 151). Apesar do clima revolucionário da época, e do próprio *Nuevo Cine Chileno*, o espaço para o desenvolvimento de um cinema feito por mulheres ainda lhes era tolhido; mesmo assim, nos anos 1960 sobressaiu-se, em um grupo de realizadoras de documentais, Ximena Leyton, que dirigiu *Andanzas de un chileno: fruta* (1967), película que “apresenta a mulher como parte de um processo de produção e como eixo da comunidade, através de seus relatos”. Demais diretoras da época foram Filma Canales, Angelina Vásquez, María Luisa Mallet, Carmen Duque e Valeria Sarmiento.

³ Patricio Kaulen, Helvio Soto, Pedro Chaskel, Patricio Guzmán, Germán Becker, Hernán Correa, Alejo Álvarez, Gabriel Alfaro, Tito Davison, Naum Kramarenco, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, assim, a partir da detalhada análise dos três estudos de caso em questão que, na década do estudo, havia inicialmente na Argentina, no Brasil e no Chile governos democráticos até 1964, quando ocorre o golpe militar no Brasil e, em 1966, na Argentina, ficando o Chile sob um regime democrático até 1973. Em termos de estrutura econômica, sociedade, política e cultura, os três países analisados se assemelham e apresentavam na década em questão um importante espectro ideológico e político que revelava convulsões sociais por parte das classes oprimidas pelas oligarquias tradicionais e as elites no poder. A situação era de pobreza generalizada, analfabetismo, precárias condições sanitárias, dificuldades de acesso à saúde e a demais direitos civis básicos, o que provocou reação da população descontente com os governos populistas e, depois, com os governos militares, que agudizaram a situação de dependência ao capital estrangeiro e aprofundaram as desigualdades sociais e a concentração de renda nos países analisados. A resposta não veio apenas dos movimentos revolucionários que se espalharam por toda a América Latina, muitos fazendo uso da luta armada e da guerrilha, inspirados na Revolução Cubana, mas também no campo da cultura houve uma demonstração clara de insatisfação, de perplexidade e sobretudo de inconformismo com a situação de subdesenvolvimento por que passavam as nações latino-americanas.

A tudo isso se uniu o contexto internacional bipolar da Guerra Fria, que enfrentava resistências através do movimento de luta pela descolonização, na África e na Ásia, que vinha desde a metade dos anos 1950, com a Conferência de Bandung, marco do movimento dos Países Não-Alinhados e início do neutralismo, o que encontrou respaldo nas políticas externas independentes de Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil; de Arturo Frondizi, na Argentina; e de, Jorge Alessandri, no Chile. Este cenário foi propício para que emanasse dos cine clubes, das universidades, dos institutos fílmicos, uma insatisfação constante com o sistema, com a opressão que passava a maioria da população, com a alienação do cinema comercial estadunidense e mesmo das produções nacionais inspiradas em Hollywood. Os movimentos eram de libertação, no sentido mais amplo da palavra: libertar-se dos padrões estéticos e formais do cinema estadunidense, libertar-se dos padrões europeus, libertar-se do neocolonialismo e da repressão das ditaduras militares. Nesse sentido, os cineastas-autores tiveram papel importante atuando como “intelectuais orgânicos” e promovendo

mudanças importantes no nível da conscientização das massas e da mobilização popular. A América Latina despertou com os Cinemas Novos dos anos 1960 e a alienada classe média viu pela primeira vez retratada nas telas a verdadeira face do imperialismo que atuava há séculos sobre nosso continente e seus resultados.

Assim, ao se perpassar as análises das políticas externas dos diferentes governos que passaram pela década de 1960 nos três países analisados, verifica-se que todos defrontaram-se com a Revolução de Fidel Castro e tiveram de lidar, muitas vezes para contrabalançar os EUA, visando a obtenção de empréstimos, com o apoio ou o rompimento de relações diplomáticas com a Ilha, este último somente ocorreria com a implantação de um BA no Brasil e, na Argentina, um governo civil, Frondizi, rompeu relações precocemente com Cuba diante da enorme pressão popular e da dos próprios EUA. Cuba era, portanto, o grande temor da década, e a superpotência capitalista, na medida em que a Revolução aproximava-se mais e mais da URSS, chegou a um nível de paranoia ao atuar intensamente no subcontinente latino-americano, não apenas através da diplomacia ou da relação direta com os Estados nacionais, mas através da imprensa, da criação de institutos de orientação liberal pró-EUA, através da cooptação de setores da Igreja católica e de demais setores da sociedade civil, que, talvez por falta de esclarecimento, deixaram-se conduzir por um espírito dualista de que a sociedade estadunidense seria o modelo e o “bem”, enquanto Cuba e os demais países do bloco comunista seriam o “mal”. A análise da política externa dos EUA, muito bem exposta por Cristina Pecequillo, revela-nos o constante sentimento persecutório dos estadunidenses quanto à chamada “questão cubana” e a própria perseguição aos comunistas, e isso se estenderá além da década analisada neste trabalho.

O problema de pesquisa deste trabalho foi, portanto, respondido, pois de fato percebeu-se uma relação no campo fenomenológico entre a eclosão da Revolução Cubana, seu trajeto rumo ao socialismo, e a consequente expansão de seu ideário, especialmente através de Ernesto “Che” Guevara, que partiu em 1965 para a África e depois para países latino-americanos onde se pudesse iniciar uma célula revolucionária. Não se tentou, de forma alguma, estabelecer uma relação de causa e efeito entre o surgimento da Revolução Cubana e o dos Cinemas Novos, mas sim uma relação de influência no pensamento dos intelectuais que gestaram estes movimentos e, mais tarde, os colocaram na prática e teorizaram através de seus manifestos, mesmo vivenciando ditaduras. O período, portanto, foi marcado por um idealismo, por uma utopia, por certo romantismo, mas sempre com a realidade nua e crua como substrato para uma

consciência de classe e para uma tentativa de mudar o mundo em que viviam. Nesse sentido, os diretos dos Cinemas Novos dos anos 1960 obtiveram sucesso em semear um gérmen de uma cinematografia sociológica e política, que, ao invés de puramente entreter, fizesse com que o espectador refletisse e tomasse consciência dos reais problemas consequentes do capitalismo dependente latino-americano, além de ter rompido com a forma, a técnica e os padrões hollywoodianos muitas vezes copiados pelas incipientes indústrias cinematográficas nacionais, remodulando toda a forma de fazer cinema daí em diante e, por isso mesmo, foram, assim como a própria Revolução Cubana, movimentos revolucionários no campo da Sétima Arte.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. **Inflação, estagnação e ruptura (1961-1964)**. In: _____ A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ACTA DE LA REVOLUCIÓN ARGENTINA, 1966. In: VILLEGAS, Guillermo Osiris. Políticas y estrategias para el desarrollo y la seguridad nacional. Enfoques y temas. Buenos Aires: Círculo Militar, 1969, p. 309-310.
- ALVAREZ, Gonzalo Quezada. Política exterior chilena 1958-1973: un análisis comparativo de flujos. **Revista de ciencia política**, v. 5, p. 48, 1983.
- AMORIM, Celso. **Por uma questão de liberdade**: ensaios sobre cinema e política. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, EMBRAFILME, 1985.
- AYERBE, Luís Fernando. A revolução cubana. São Paulo: Unesp, 2004.
- BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo veintiuno editores, 1974.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BIRRI, Fernando. Manifesto de Santa Fe. Disponível em: <<http://www.catedras.fsoc.uba.ar/decarli/textos/Birri.htm>> Acesso em: 15 Mai. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- CARDOSO, Mauricio. **O cinema tricontinental de Glauber Rocha**: política, estética e revolução (1969-1974). 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CARDULLO, Bert. **World Directors and Their Films**: Essays on African, Asian, Latin American, and Middle Eastern Cinema. Lanham MD: Scarecrow Press, 2012.
- CARVALHO, Maria do Socorro. **Cinema Novo Brasileiro**. In: MASCARELLO, Fernando (Org.). História do cinema mundial. Campinas: Papirus, 2006.
- CASTRO, Fidel. **La historia me absolverá**. Buenos Aires: Ediciones Colihue SRL, 1993.
- CAVALLO, Ascanio; DÍAZ, Carolina. **Explotados y benditos**: mito y desmitificación del cine chileno de los 60. Santiago do Chile: Uqbar Editores, 2007.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- CHONCHOL, Jacques. La reforma agraria en Chile (1964-1973). **El Trimestre Económico**, v. 43, n. 171 (3, p. 599-623, 1976.

COUSIÑO, Angela Vicuña; OVALLE GANA, María Angélica. **Reforma agraria chilena: Testimonios de sus protagonistas.** Santiago de Chile: Memoriter, 2013.

DOMINGUEZ, Jorge. **Cuba since 1959.** In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Cuba: a short history.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

EL CHACAL DE NAHUELTORO. Dirección: Miguel Littin. Producción: Miguel Littin. Chile (CL). CINE EXPERIMENTAL DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE, 1969.

ESPINOSA, Julio García. **Por un cine imperfecto.** Madri: Castellote, 1976.

FAURÉ, Daniel. El Nuevo Cine Chileno y los pobres del campo y la ciudad: ¿Hacia una concepción político-pedagógica del cine?(1957-1973). **Palimpsesto. Revista Científica de Estudios Sociales Iberoamericanos**, v. 7, n. 10, p. 042-071, 2017.

FELDMAN, Simón. **La generación del 60.** Instituto Nacional de Cinematografía, 1990.

FLORES, Silvana. **El Nuevo Cine Latinoamericano y su dimensión continental.** Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

_____. **Fundamentos teóricos y estéticos del Nuevo Cine Latinoamericano.** Em Questão, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 42-64, 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 587-622, 2004.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Economic reforms in Chile.** From Dictatorship to Democracy, Michigan: Michigan University Press, 2002.

GALT, Rosalind; SCHOONOVER, Karl (Ed.). **Global art cinema: new theories and histories.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Matriz sociopolítica y desarrollo socio-económico en Chile.** Santiago de Chile, 2007. Disponível em: <<http://www.manuelantoniogarreton.cl/documentos/artespanolmatrizippg.pdf>> Acesso: 30 Jun. 2016

GETINO, Octavio. **Algunas observaciones sobre el concepto del “Tercer Cine”.** Notas sobre el cine argentino, p. 113-142, 1984.

GETINO, Octavio; SOLANAS, Fernando. Hacia un tercer cine. **Hojas de cine: testimonios y documentos del Nuevo Cine Latinoamericano**, v. 1, p. 29-62, 1969.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema, trajetória no subdesenvolvimento.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Los Intelectuales y la organización de la cultura.** México: Juan Pablos Editor, 1975.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Afonso Arinos de Melo Franco: Atualidade e Paradoxo.** Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964). Brasília: FUNAG, 2013.

GUAZZELLI, Cesar Barcellos. **A Revolução Cubana e a questão da revolução na América Latina.** In: _____ História contemporânea da América Latina, 1960-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

GUSMÃO, Milene Silveira. **O desenvolvimento do cinema:** algumas considerações sobre o papel dos cine clubes para formação cultural. IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 28-30 Mai. 2008.

HUERTA, Joaquín Fernando. De una inserción a otra: política exterior de Chile, 1966-1991. **Estudios Internacionales**, p. 433-455, 1991.

KAMRAVA, Mehran. **Cultural Politics in the Third World.** London: University College of London Press, 1999.

KAPUR, Jyotsna; WAGNER, Keith B. (Eds.). **Neoliberalism and Global Cinema: Capital, Culture, and Marxist Critique.** Londres: Routledge, 2011.

KING, John; BELLO, Gilberto. **El Carrete Mágico:** una historia del cine latinoamericano. Santa Fé de Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

KNIGHT, Arthur. **Uma história panorâmica do cinema:** a mais viva das artes. Rio de Janeiro: Editora Libador, 1970.

LA HORA DE LOS HORNOS: NOTAS Y TESTIMONIAS SOBRE EL NEOCOLONIALISMO, LA VIOLENCIA Y LA LIBERACIÓN. Direção: Octavio Getino, Fernando E. Solanas. Argentina (AR). GRUPO CINE LIBERACIÓN, 1969.

LAGUADO DUCA, Arturo Claudio. **Cuestión social, desarrollo y hegemonía en la Argentina de los años sesenta.** El caso de Onganía. Universitas Humanística. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79119344006>> Acesso: 20 Jun. 2017.

LÁMINAS DE ALMAHUE. Direção: Sergio Bravo. Produção: Sergio Bravo. Chile (CL). CINE EXPERIMENTAL DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE, 1962.

LAS MUJERES EN EL CINE (1910-1973). Memória Chilena. Disponível em <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-100682.html>> Acesso em: 07 jun. 2017.

LENZ, Maria Heloísa; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **The New-Style Of Developmentalism In Latin America: Kubitschek And Frondizi.** ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2014

LIMA, Mônica Cristina A. **Cinema e transformação social:** o Instituto de Cinematografia de Santa Fé (1956-1962). História, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 162-178, 2006.

LILLO, Gastón; CHACÓN, Albino. **El cine latinoamericano**: del código realista al código postmoderno. Anclajes, v. 11, p. 45-56, 1998.

LIMA, Mônica Cristina A. Cinema e transformação social: o Instituto de Cinematografia de Santa Fé (1956-1962). **História, São Paulo**, v. 25, n. 2, p. 162-178, 2006.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MEDINA VALVERDE, Cristián. **Chile y la integración latinoamericana: política exterior, acción diplomática y opinión pública, 1960-1976**. Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 2002.

MÍGUEZ, María Cecilia. **¿Anticomunistas, antiestatistas, antiperonistas?** La “nacionalización” de la Doctrina de Seguridad Nacional en la Argentina y la legitimación del golpe de estado de 1966. *Revista de la Sociedad Argentina de Análisis Político*, v. 7, n. 1, Mayo, 2013.

MIMBRE. Dirección: Sergio Bravo. Producción: Sergio Bravo. Chile (CL): CINE EXPERIMENTAL DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE, 1957.

MORGENFELD, Leandro. Desarrollismo, Alianza para el Progreso y Revolución Cubana: Frondizi, Kennedy y el Che en Punta del Este (1961-1962). **CICLOS en la Historia, la Economía y la Sociedad**, v. 20, n. 40, p. 00-00, 2012.

MOUESCA, Jacqueline. **El documental chileno**. Santiago: Lom, 2005.

NOWELL-SMITH, Geoffrey. **The Oxford history of world cinema**. Londres: Oxford University Press, 1997.

O DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL. Dirección: Glauber Rocha. Producción: Luiz Augusto Mendes. Brasil (BR). COPACABANA FILMES, 1964.

O'DONNELL, Guillermo. **BA**: Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários. São Paulo: Vértice, 1987.

OLIVO, Ramón Gil. **El nuevo cine Latinoamericano (1955-1973)**: fuentes para un lenguaje. *Comunicación y Sociedad*, Guadalajara, n. 16-17, 2015.

OSSA COO, Carlos, **Historia del Cine Chileno**. Santiago: Quimantú, Colección Nosotros los Chilenos, 1971.

PARANAGUÁ, Paulo. **Cinema na America Latina**: longe de Deus e perto de Hollywood. Porto Alegre: L&PM, 1985.

PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. 1967. Resoluciones de la primera conferencia nacional de organización (13-14-15 de agosto de 1966). Santiago, [s.p.]

PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. 1962. Estatuto del Partido Socialista, [s.p.]

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. POULANTZAS, Nicos. *State, Power, Socialism*. Londres: New Left, 1978.

PELOSI, Hebe Carmen; MACHINANDIARENA DE DEVOTO, Leonor. **Las relaciones internacionales en la presidencia de Frondizi 1958-1963**: desarrollo, integración latinoamericana y paz mundial. Saarbrücken: Lap Lambert Academic Publishing; Editorial Académica Española, 2012. Disponível em <<http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/greenstone/collect/libros/index/assoc/relacion.dir/doc.pdf>> Acesso em: 15 Mai. 2017.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1977.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973. **Revista mexicana de sociología**, p. 531-565, 1977.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. **Estados Unidos ante el Brasil y la Argentina**: los golpes militares de la década de 1960. Editorial Economizarte, 2000.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. 2006. Buenos Aires: Machi Ediciones, 2000.

RIO 40 GRAUS. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Produção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil (BR). EQUIPE MOACYR FENELON, 1955.

RIO ZONA NORTE. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Produção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil (BR). NELSON PEREIRA DOS SANTOS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS, 1958.

ROCHA, Glauber. **Uma estética da fome**. Tempo Glauber, 1965. Disponível em: <http://www.tempoglauber.com.br/t_estetica.html> Acesso em: 25 Jun. 2017.

SADER, Emir. 1991. **Chile (1818–1990): a independência à redemocratização**. São Paulo, Brasiliense.

SALINAS, Claudio R.; ROCO, Sergio S.; STANGE, Hans. **Historia del cine experimental en la Universidad de Chile, 1957-1973**. Uqbar Ed., 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **¿Qué es la literatura?**. Buenos Aires: Losada, 1972.

SELSER, Gregorio. **El onganiamo**: La espada y el hisopo. C. Samonta, Editor, 1973.

SILVA, André Luiz Reis da; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)**. Curitiba: Juruá, 2014.

SILVA, Vera Lucia Correa da. **Da operação Pan-americana aos entendimentos de Uruguiana**: as relações Brasil-Argentina (1958 a 1962). 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001.

SMULOVITZ, Catalina. La eficacia como crítica y utopía. Notas sobre la caída de Illia. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.33, n. 131, p. 403-423, 1993.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TIRE DIÉ. Direção: Fernando Birri. Produção: Fernando Birri. Argentina (AR). INSTITUTO DE CINEMATOGRAFÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL, 1960.

TRES TRISTES TIGRES. Direção: Raúl Ruiz. Produção: Raúl Ruiz. Chile (CL). LOS CAPITANES, 1968.

TRILLA. Direção: Sergio Bravo. Produção: Sergio Bravo. Chile (CL). CINE EXPERIMENTAL DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE, 1958.

VALPARAÍSO MI AMOR. Direção: Aldo Francia. Produção: Aldo Francia. Chile (CL). CINE NUEVO, 1969.

VALDES, S. (1988). **Historia de la Reforma Agraria en Chile**. Editorial Universitaria

VALENZUELA, Esteban. La revolución boliviana de 1952 y Chile: del padre Hurtado a las reformas de Frei y Allende. **Encrucijada Americana**, 2013.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Walter da Silveira**, o filósofo do cinema brasileiro. Bahia na Rede, 2013. Disponível em: <<https://blogbahianarede.wordpress.com/2013/04/21/walter-da-silveira-o-filosofo-do-cinema-brasileiro>> Acesso em: 26 Jun. 2017.

VERCESI, Alberto Juan. Influencias **doctrinarias en la política económica de la Revolución Argentina (1967-1970)**. Buenos Aires: Asociación Argentina de Economía Política, 2001.

VIDAS SECAS. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Produção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil (BR). LUIZ CARLOS BARRETO PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS, 1964.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A Guerra Fria – O desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

WAYNE, Mike. **Understanding film: Marxist perspectives**. Londres: Pluto Press, 2005.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of international politics**. Boston: Addison-Wesley, 1979.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. International organization, v. 46, n. 02, p. 391-425, 1992.

_____. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILHELMY, Manfred. La política exterior chilena y el Grupo Andino. **Estudios Internacionales**, v. 10, n. 38, p. 67-87, 1977.

XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento**: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal. São Paulo: Cosac Naify, 2012.